

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
DA UFPE - PDI
2019-2023**



Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023

Documento aprovado pelo Conselho Universitário em 20/09/2019

Documento revisado e aprovado pelo Conselho Universitário em 16/12/2020

Lista de Autoridades na Elaboração

Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitora: Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira Campos

Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos: Paulo Sávio Angeiras de Goes

Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação: Ernani Rodrigues de Carvalho Neto

Pró-Reitora de Extensão: Maria Christina de Medeiros Nunes

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças: Thiago José Galvão das Neves

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida: Sônia Maria Medeiros de Menezes

Pró-Reitora de Gestão Administrativa: Niedja Paula S. Veras de Albuquerque

Pró-Reitora para Assuntos Estudantis: Ana Maria Santos Cabral

Pró-Reitor de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação: Décio Fonseca

Elaboração do PDI

Coordenação Geral:

Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças: Thiago José Galvão das Neves

Diretoria de Avaliação e Planejamento Institucional:

Diretora: Maria Cristina Falcão Raposo

Equipe Técnica: Lucas Gallindo Martins Soares

Thaís Buarque Vieira de Mello

Sydclécia Maria Marcelino Bento e Silva

Participação: Alexandre Luna

Equipe Responsável pela elaboração do PPI:

Ana Karina Moraes de Lira (DPOE; NACE)

Edson Francisco de Andrade (DAEPE)

Eleta de Carvalho Freire (PROACAD)

José Batista Neto (DMTE)

Fátima Maria Leite Cruz (DPOE)

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (NFD/CAA)

Márcia Maria de Oliveira Melo (DMTE)

Maria da Conceição Carrilho de Aguiar (DAEPE)

Maria Elizabeth Varjal Médicis (DPOE)

Paulo Sávio Angeiras de Goes (PROACAD)

Colaboradores participantes das diversas Comissões Temáticas: ver Anexo 1

Lista de Autoridades na Revisão

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

Pró-Reitora de Graduação: Magna do Carmo Silva

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Carol Virgínia Góis Leandro

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Oussama Naouar

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamentário e Finanças: Daniel Cavalcanti Pereira do Lago de Medeiros

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida: Brunna Carvalho Almeida Granja

Pró-Reitora de Gestão Administrativa: Liliana Vieira de Barros

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Fernando José do Nascimento

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Pedro Valadão Carelli

Revisão do PDI

Chefe de Gabinete: Sérgio Paulino Abranches

Chefe de Gabinete Adjunto: Emanuel Moraes Lima dos Santos

Assessoria do Gabinete: Karla Isabella de Lima Silva

Breno Caldas de Araújo

Maria Lúcia Barbosa

DEPLAG: Jansen Dodo da Silva Campos

Sumário

1. INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2. A UFPE E SUA HISTÓRIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1. PERFIL DO CORPO DOCENTE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3. ARCABOUÇO DE PLANEJAMENTO DA UFPE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4. MÉTODO UTILIZADO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0
4.1. ATUALIZAÇÃO DO PEI E ANÁLISE DE CONJUNTURA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.8
4.2.1. PROPÓSITO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.8
4.2.2. MISSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.8
4.2.3. VISÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.8
4.2.4. VALORES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.3. MAPA ESTRATÉGICO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0
5. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (2019-2023)	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
5.1. CONCEPÇÕES SÓCIO-FILOSÓFICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
5.1.1. A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA MODERNIDADE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
5.1.2. FUNDAMENTOS SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.5
5.1.3. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
5.1.4. CONCEPÇÃO DE ENSINO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.2
5.1.5. PRÁTICA PEDAGÓGICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.4
5.1.6. USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO ENSINO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.5
5.1.7. CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
5.1.8. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.7
5.2. POLÍTICAS DE GESTÃO ACADÊMICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.49
5.2.1. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	49
5.2.2. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE CURSOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0
5.2.3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
5.2.4. POLÍTICA DE ENSINO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.3
5.2.5. POLÍTICA DE INOVAÇÃO NO ENSINO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.5
5.2.6. POLÍTICA DE GESTÃO DO ENSINO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.7

5.3. PERFIL DO EGRESSO	59
6. ANÁLISE SITUACIONAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0
6.1. FORMAÇÃO ACADÊMICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
6.1.1. ENSINO BÁSICO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
6.1.2. ENSINO DE GRADUAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.2
6.1.3. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.5
6.1.4. PESQUISA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
6.2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	67
6.2.1. ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	68
6.2.2. INFRAESTRUTURA	69
6.2.3. MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.3
6.2.4. ATIVIDADES PRESENCIAIS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.4
6.2.5. ATIVIDADES A DISTÂNCIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.5
6.2.6. FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
6.2.7. PREVISÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DO PÚBLICO-ALVO.	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
6.3. PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.2
6.3.1. PERFIL DO CORPO DOCENTE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.2
6.3.2. PERFIL DO CORPO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
6.4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	89
6.4.1. ESTRUTURA ORGÂNICA	89
6.4.2. ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
6.4.3. ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.3
6.5. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
6.5.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
6.5.2. SEGURANÇA INSTITUCIONAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.97
6.5.3. INFRAESTRUTURA DE MANUTENÇÃO E EXPANSÃO	97
6.5.4. MEIO AMBIENTE, ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE	98
6.5.5. ACERVO BIBLIOGRÁFICO FÍSICO E VIRTUAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0
6.5.6. EQUIPAMENTOS DE TIC DA UFPE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.4
6.5.7. HOSPITAL DAS CLÍNICAS - HC	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.5
7. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.07
8. AÇÕES E INDICADORES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2019/2023	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.09
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.3

ANEXO 1 - RELAÇÃO NOMINAL DAS PESSOAS QUE FORAM CONVIDADAS E PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DO PLANO, POR COMISSÃO TEMÁTICA

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.26

COMISSÃO 1: POLÍTICA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COMISSÃO 2: ASSUNTOS ESTUDANTIS

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.26

COMISSÃO 3: GESTÃO INSTITUCIONAL

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.26

COMISSÃO 4: POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.27

COMISSÃO 5: RESPONSABILIDADE SOCIAL

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.27

COMISSÃO 6: COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.28

COMISSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.28

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.29

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E EAD E OS ÚLTIMOS CONCEITOS DO INEP/MEC

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0

ANEXO 3 - ALINHAMENTO COM ANÁLISE DE CONJUNTURA DO PEI E IDENTIDADE ORGANIZACIONAL - VALORES

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.3

ANEXO 4 - ALINHAMENTO COM ANÁLISE DE CONJUNTURA DO PEI E

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL – FRAQUEZAS ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.37

1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma exigência legal instituída pelo Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, artigos 15 e 16, como documento que reúne elementos do planejamento estratégico das instituições de ensino superior para um horizonte de atuação de 5 anos. Estão incluídos no PDI elementos tradicionais de planejamento, como a missão, visão e valores além de elementos específicos para instituições de ensino, como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O primeiro PDI da UFPE foi elaborado, nos termos deste decreto, no período de 2006 a 2008, aprovado e publicado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 2009 para vigorar entre 2009 e 2013. O segundo PDI da UFPE, também elaborado nos termos deste decreto, foi aprovado pelo Conselho de Administração (CADM) em 2014 e válido até 2018.

Este documento apresenta o terceiro PDI da UFPE, para o período 2019/ 2023, elaborado de acordo com normativas mais recentes – em particular, o Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, artigos 20 e 21, e documentos auxiliares como:

- Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB): Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seu art. 46 faz referência ao processo de regulação entre outros;
- Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Introduziu como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior – IES o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
- Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE 2007: O PDE sistematiza várias ações na busca de uma educação equitativa e de boa qualidade e se organiza em torno de quatro eixos: educação básica; educação superior; educação profissional e alfabetização.
- Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: O PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE);
- Documento UFPE Futuro, disponível na página da UFPE, no link: <https://www.UFPE.br/futuro> (acessado em 09/04/2019);

- Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional disponível no site do MEC (http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm - acessado em 09/04/2019, arquivado em <http://tiny.cc/FormPDI>);
- Estatuto e Regimento da UFPE, disponível em <https://www.UFPE.br/institucional/estatuto-e-regimento> (acessado em 09/04/2019);
- PDI UFPE 2014/2018, disponível na página da UFPE, no link: https://www.UFPE.br/documents/38954/713399/pdi_14_18_of.pdf/28b6c0d5-ed53-4484-9936-1b8a9236e9ec (acessado em 09/04/2019);
- PDTI-UFPE 2017/2019, disponível na página da UFPE, no link: <https://www.UFPE.br/documents/38954/1335637/PDTIC+2017-2019.pdf/1ddf793f-2914-416a-b395-b745f33a33f6> (acessado em 09/04/2019);
- Plano de Internacionalização da UFPE;
- Políticas Institucionais já aprovadas, em particular as Políticas de Comunicação, Informação e TI, disponíveis no site da UFPE no link: <https://www.UFPE.br/procit/politicas> (acessado em 09/04/2019);
- Curricularização da extensão, disponível na página da UFPE, no link: <https://www.UFPE.br/documents/40659/0/Resolu%C3%A7%C3%A3o+Proexc.pdf/afc458e5-d06a-42dc-8632-109cb438cbb3> (acessado em 09/04/2019);
- Histórico de Estatutos, Regimentos, Políticas, Planejamento e Avaliação da UFPE.

2. UFPE e sua história

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ainda como Universidade do Recife (UR), teve o início de suas atividades datado de 11 de agosto de 1946, tendo sido fundada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.338/46, de 20 de junho do mesmo ano. A Universidade do Recife compreendia a Faculdade de Direito do Recife (1827), a Escola de Engenharia de Pernambuco (1895), a Faculdade de Medicina do Recife (1895), as Escolas de Odontologia e Farmácia e de Belas Artes de Pernambuco (1932), e por fim a Faculdade de Filosofia do Recife (1941), sendo considerado o primeiro centro universitário do Norte e Nordeste.

Em 1948, iniciou-se a construção do Campus Universitário em um loteamento na Várzea, onde hoje está localizado o Campus Recife. No ano de 1965, a Universidade do Recife passou a integrar o Sistema Federal de Educação do país, com a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, na condição de autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

A UFPE reúne uma comunidade de mais de 49 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação. A Administração Central é composta pela Reitoria, oito Pró-reitorias, uma Superintendência de Segurança Institucional (SSI) e uma Superintendência de Infraestrutura¹.

Atualmente a UFPE se faz presente em três regiões de Pernambuco nas quais mantem três campi. Um campus está situado na cidade de Caruaru, região do Agreste pernambucano, um campus na Zona da Mata, na cidade de Vitória de Santo Antão e o já tradicional campus Joaquim Amazonas no Recife, localizado na capital pernambucana. Os três campi comportam 13 Centros Acadêmicos nos quais atua um corpo docente formado por 2.417 professores do quadro efetivo, 408 professores substitutos, 8 professores visitantes e um quadro técnico-administrativo composto por 3986 pessoas. Conta ainda com um total de 1.327 funcionários terceirizados.

Em relação à ampliação das oportunidades de formação para os jovens, a UFPE oferece 107 cursos de graduação somando um quantitativo de 30.944 alunos, sendo 102 cursos presenciais, com 29.754 matrículas e 5 cursos EAD, com 1.190 matriculados. A pós-graduação oferece 52 cursos de doutorado, com 3.924 alunos; 73 cursos de mestrado acadêmico com 4.117 matriculados; 14 cursos de mestrado profissional com 399 alunos; 41 cursos de especialização presencial com 1.718 alunos; 3 cursos de especialização EAD com 649 matrículas, além de manter 5.281 alunos em 123 cursos de extensão presencial e 4.050 alunos em 12 cursos de extensão EAD.

¹ Em 2020, a Resolução nº 02/2020 do Conselho de Administração aprovou o Regimento da Reitoria com a criação de mais duas Superintendências: Tecnologia da informação (STI) e de Comunicação (SUPERCOM).

A UFPE atua em todas as áreas acadêmicas, conforme apresentado na Tabela 1 que ilustra o quantitativo de cursos de graduação e pós-graduação, por área do CNPq.

Tabela 1: Cursos presenciais de graduação e pós-graduação ofertados pela UFPE, por tipo, em 2018

Área do CNPq	Graduação		Pós Graduação					
			Latu-Sensu*		Stricto-Sensu			
					Mestrado		Doutorado	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1	0,9		0,0	0	0,0	0	0,0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	5	4,7	7	15,9	15	16,7	10	19,2
CIÊNCIAS DA SAÚDE	16	15,0	7	15,9	19	21,1	11	21,2
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	18	16,8	6	13,6	10	11,1	7	13,5
CIÊNCIAS HUMANAS	15	14,0	2	4,5	13	14,4	7	13,5
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	22	20,6	21	47,7	18	20,0	10	19,2
ENGENHARIAS	14	13,1		0,0	11	12,2	6	11,5
LINGÜÍSTICA E ARTES	16	15,0	1	2,3	4	4,4	1	1,9
TOTAL	107	100	44	100	90	100	52	100,0

Observações: Dos 107 cursos de graduação, 102 são presenciais e 5 a distância.

Dos 44 cursos de especialização, 41 são presenciais e 3 a distância

Dos 90 cursos de mestrados, 15 são profissionais sendo 8 cursos em rede e 75 acadêmicos sendo 1 em rede

Dos 52 cursos de doutorado, 2 cursos são em rede e 6 possuem o programa DINTER

*Informação de 2017

Adiante, encontra-se o detalhamento dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação stricto-sensu existentes, por centro acadêmico:

Cursos de Graduação

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

- Bacharelados em: Administração, Ciências Econômicas, Design, Comunicação Social e Medicina
- Licenciaturas em: Educação Intercultural (última turma em 2018), Física, Matemática, Pedagogia, Química e Música
- Engenharia Civil e Engenharia de Produção

Centro de Artes e Comunicação – CAC

- Bacharelados em: Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Cinema e Audiovisual, Design, Gestão da Informação, Jornalismo, Letras, Música Canto, Música Instrumento, Publicidade e Propaganda, Rádio, TV e Internet
- Licenciaturas em: Artes Visuais, Dança, Expressão Gráfica, Letras Espanhol (Presencial e EaD), Letras Francês, Letras Inglês, Letras Libras, Letras Português (Presencial e EaD), Música e Teatro

Centro Acadêmico de Vitória - CAV

- Bacharelados em: Educação Física, Enfermagem, Nutrição e Saúde Coletiva
- Licenciaturas em: Ciências Biológicas e Educação Física

Centro de Ciências Biológicas - CCB

- Bacharelados em: Biomedicina, Ciências Biológicas e Ciências Biológicas (Ciências Ambientais)
- Licenciaturas em: Ciências Biológicas

Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN

- Bacharelados em: Física, Matemática, Química e Estatística
- Licenciatura em: Física, Matemática (Presencial e EaD) e Química

Centro de Ciências Jurídicas - CCJ

- Bacharelado em Direito

Centro de Ciências Médicas-CCM

- Bacharelado em Medicina

Centro de Ciências da Saúde – CCS

- Bacharelados em: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional
- Licenciatura em: Educação Física

Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA

- Bacharelados em: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis (Presencial e EaD), Ciências Econômicas, Hotelaria, Secretariado, Serviço Social e Turismo

Centro de Educação - CE

- Licenciatura em Pedagogia

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH

- Bacharelados em: Arqueologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Museologia e Psicologia
- Licenciaturas em: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia (Presencial e EaD) e História

Centro de Informática - CIN

- Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Sistemas de Informação

Centro de Tecnologia e Geociências - CTG

- Engenharia Cartográfica, Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval, Engenharia Química, Geologia, Química Industrial, Oceanografia

Cursos de licenciatura para atender ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (com conclusão em 2018)

Presencial

- Licenciatura em: Ciências Biológicas, Educação Física e História

Educação à Distância

- Licenciatura em: Letras Língua Espanhola, Letras Língua Portuguesa e Matemática

Programas de Pós-Graduação

- Administração (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)

- Antropologia (Mestrado e Doutorado)
- Arqueologia (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Animal (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Aplicada à Saúde (Mestrado e Doutorado)
- Biologia de Fungos (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Vegetal (Mestrado e Doutorado)
- Bioquímica e Fisiologia (Mestrado e Doutorado)
- Biotecnologia Industrial (Mestrado)
- Ciência da Computação (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)
- Ciência de Materiais (Mestrado e Doutorado)
- Ciências Biológicas (Mestrado e Doutorado)
- Ciências Contábeis (Mestrado e Doutorado)
- Ciência da Informação (Mestrado e Doutorado)
- Ciências da Saúde (Mestrado)
- Ciências Farmacêuticas (Mestrado e Doutorado)
- Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação (Mestrado)
- Ciência Políticas (Mestrado e Doutorado)
- Cirurgia (Mestrado e Doutorado)
- Comunicação (Mestrado e Doutorado)
- Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado)
- Desenvolvimento Urbano (Mestrado e Doutorado)
- Design (Mestrado e Doutorado)
- Direito (Mestrado e Doutorado)
- Direitos Humanos (Mestrado)
- Economia (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)
- Educação (Mestrado e Doutorado)
- Educação Contemporânea (Mestrado)
- Educação em Ciências e Matemática (Mestrado)
- Educação Matemática e Tecnológica (Mestrado e Doutorado)
- Enfermagem (Mestrado e Doutorado)
- Eng. Biomédica (Mestrado)
- Eng. Civil (Mestrado e Doutorado)
- Eng. Civil e Ambiental (Mestrado)
- Eng. de Produção (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)
- Eng. Elétrica (Mestrado e Doutorado)
- Eng. Mecânica (Mestrado e Doutorado)
- Eng. Mineral (Mestrado)
- Eng. Química (Mestrado e Doutorado)
- Ensino de Física (Mestrado Profissional)
- Educação Física (Mestrado)
- Ergonomia (Mestrado Profissional)
- Estatística (Mestrado e Doutorado)
- Filosofia (Mestrado e Doutorado)
- Física (Mestrado e Doutorado)

- Fisioterapia (Mestrado)
- Genética (Mestrado e Doutorado)
- Geociências (Mestrado e Doutorado)
- Geografia (Mestrado e Doutorado)
- Gerontologia (Mestrado)
- Gestão e Economia da Saúde (Mestrado Profissional)
- Gestão, inovação e Consumo (Mestrado)
- Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (Mestrado Profissional)
- História (Mestrado e Doutorado)
- Hotelaria e Turismo (Mestrado)
- Inovação Terapêutica (Mestrado e Doutorado)
- Integrado e Saúde Coletiva (Mestrado)
- Letras (Mestrado e Doutorado)
- Matemática (Mestrado e Doutorado)
- Medicina Tropical (Mestrado e Doutorado)
- Neuropsiquiatria e Ciência do Comportamento (Mestrado e Doutorado)
- Nutrição (Mestrado e Doutorado)
- Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica (Mestrado)
- Oceanografia (Mestrado e Doutorado)
- Odontologia (Mestrado e Doutorado)
- Patologia (Mestrado)
- Políticas Públicas (Mestrado Profissional)
- Propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação (Mestrado Profissional)
- Psicologia (Mestrado e Doutorado)
- Psicologia Cognitiva (Mestrado e Doutorado)
- Química (Mestrado e Doutorado)
- Saúde da Criança e do Adolescente (Mestrado e Doutorado)
- Saúde Translacional
- Saúde Humana e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado)
- Saúde da Comunicação Humana (Mestrado)
- Serviço Social (Mestrado e Doutorado)
- Sociologia (Mestrado e Doutorado)
- Tecnologias Energéticas e Nucleares (Mestrado e Doutorado)

Programas de Pós-Graduação em Associação com a UFPE

- Filosofia – CFCH (UFPB/UFPE/UFRN) – Doutorado
- Artes Visuais – CAC (UFPB/UFRN) – Mestrado
- Desenvolvimento e Meio Ambiente – Rede (Doutorado)
- Biotecnologia – Renórbio – Doutorado
- Nanotecnologia Farmacêutica (UFG/UFRGS/UFSC/UFPE e outras) – Doutorado (início em 2014)
- Letras – PROFLETRAS – Mestrado Profissional

2.1. Perfil do Corpo Docente

Tomando como referência dezembro/2018 a Universidade Federal de Pernambuco conta com 2833 docentes sendo 2417 efetivos e destes 98,0% do com titulação em nível de formação *stricto sensu*, sendo 87,6% doutores e 10,4% mestres. No que se refere ao regime de trabalho, dos professores efetivos 86,8% têm dedicação exclusiva. Embora esse dado seja considerado significativo, objetivando a valorização da docência e primando pela qualificação da educação superior, a UFPE tem buscado oferecer oportunidades para reflexão e trocas de experiências entre pares que atuam nos vários campos da docência universitária. Dessa forma, a Universidade prima por espaços contínuos de aperfeiçoamento e de debates, por entender que esses constituem fatores indispensáveis para a construção e aprimoramento dos processos de ensino e melhoria da aprendizagem.

Para atender o corpo docente a UFPE desenvolve ações de formação continuada dos professores que se justifica pela necessidade de oportunizar aos docentes desta Universidade uma formação pedagógica que os estimule a participar de um processo de desenvolvimento pessoal e técnico- profissional-político, em face das demandas internas institucionais de melhoria do magistério superior e das exigências externas legais e, sobretudo, dos requerimentos sociais postos à educação superior. Além disso, esta proposta baseia-se no entendimento da docência como uma prática multidimensional que não se dá de forma isolada, nem distante das subjetividades dos sujeitos, razão pela qual não se afasta da dimensão humana da formação.

Com este entendimento, a UFPE conta com o Núcleo de Formação Continuada Didático-Pedagógica dos Professores da UFPE (NUFOPE), que surgiu como uma necessidade de ampliar as oportunidades de diálogo entre docentes, dando maior consistência e aprofundamento a um processo de formação didático-pedagógica continuada, que toma o exercício profissional da docência como objeto de investigação e de intervenção dos professores da UFPE na realidade social e política. Os objetivos do Núcleo de formação de professores estão alicerçados no princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e da docência como principal articuladora desta relação, no sentido de contribuir para a construção de uma docência teórico-prática na Universidade.

3. Arcabouço de Planejamento da UFPE

A UFPE realiza seu planejamento institucional em três níveis, conforme ilustrado na figura 1:

- 1) **Estratégico:** Plano de longo prazo, realizado de forma genérica, possuindo visão global da organização, sendo representado pelo PEI (Plano Estratégico Institucional). Este plano não é exigido por normas internas nem externas;
- 2) **Tático:** Plano de médio prazo, realizado de forma mais específica para o período, possuindo visão departamental/setorial, sendo representado pelo PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) que é uma demanda legal de nível federal;
- 3) **Operacional:** Plano de curto prazo, com foco na tarefa, sendo realizado de forma detalhada, sendo representado pelo PAI (Plano de Ação Institucional), que também não é exigido por normas legais.

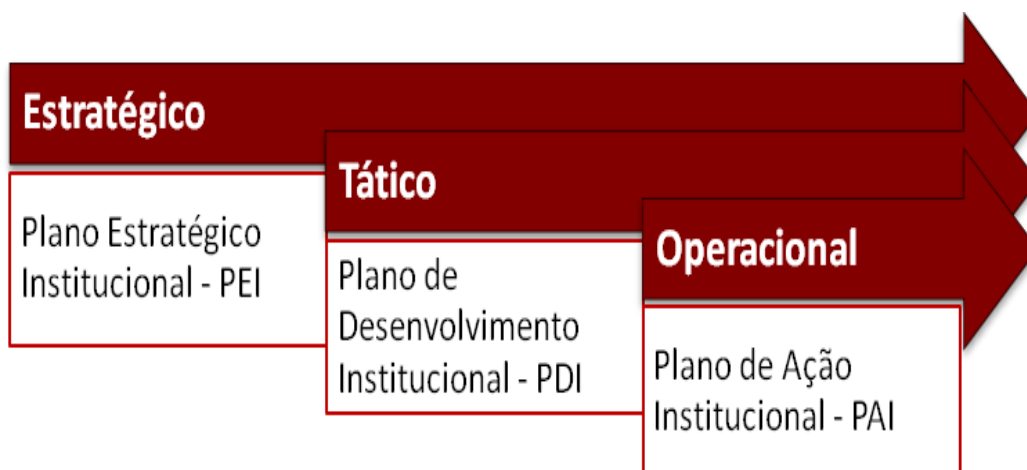


Figura 1 - Arcabouço de Planejamento da UFPE

O nível mais alto estabelece o propósito, a missão, a visão e os valores da instituição, definindo a identidade organizacional da instituição, para um ciclo de longo prazo, na UFPE temos o PEI-2013/ 2027. O nível tático produz indicadores de sucesso e metas aos elementos do planejamento, bem como delibera sobre exigências legais de planejamento como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), delineando os objetivos das diversas áreas no médio prazo. Por último, no planejamento operacional, as unidades acadêmicas e administrativas postulam propostas para a sua operação, anualmente, sob tutela dos elementos fundamentais institucionais definidos nos níveis mais altos. Cronologicamente, o **PEI** atual tem vigência 2013-2027, contemplando 3 PDI's (2014-2018, 2019-2023 e 2024-2028), e cada PDI, subdivide-se em 5 PAI's, cada PAI com periodicidade anual, conforme ilustra a Figura 2 .

Esses marcos temporais, por atravessarem vários períodos de mandato eletivo, caracterizam esta prospecção como um projeto da Universidade, transcendendo, portanto, a uma visão atual da gestão e dos aspectos conjunturais. Contudo, é importante que se diga que o esforço de elaboração desse novo PDI-2019/2023, está na direção da institucionalização do pensamento estratégico e tático, de longo e médio prazos.

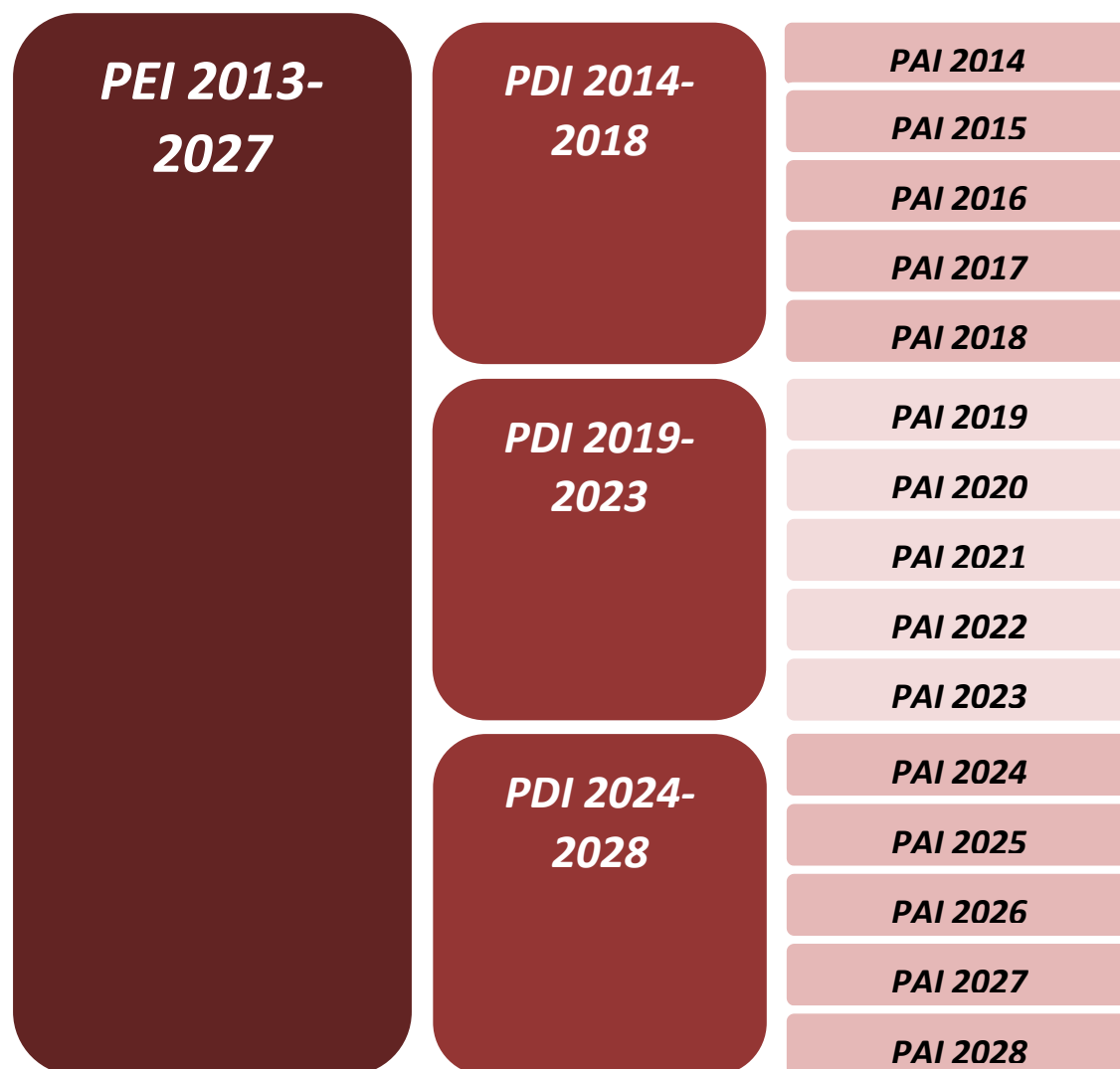


Figura 2 - Relacionamento temporal entre os níveis de planejamento.

Um processo de planejamento implantado numa organização aumenta suas chances de sucesso, auxilia no reconhecimento de problemas futuros, permite melhor identificar e explorar oportunidades de mercado, agiliza a tomada de decisão, e principalmente facilita a criação de mecanismos de avaliação e controle.

O PDI- 2019-2023 é o plano que define os rumos da instituição universitária em termos de seu desenvolvimento e suas metas para os próximos cinco anos. O Plano reafirma a missão da instituição definida no PEI-2013/2027, explicita as ações, as metas e os indicadores que serão executados no próximo quinquênio.

Os órgãos suplementares ligados à UFPE, tais como o HC- Hospital das Clínicas, e outras unidades como a FADE-Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade, além dos centros, departamentos e núcleos acadêmicos devem elaborar os seus respectivos planos pautados nos objetivos e diretrizes do PEI e do PDI.

Vale a pena ressaltar que a garantia de sucesso de todo o processo de planejamento requer esforços dos diversos atores na busca por um plano que agregue a melhoria da qualidade acadêmica com uma maior eficiência administrativa, associadas à incorporação dos valores institucionais, em benefício de toda a sociedade.

4. Método Utilizado

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI da Universidade Federal de Pernambuco foi elaborado no período de setembro/2018 a maio/2019, e teve os indicadores e metas revisadas em novembro/2020, com vigência até 2023. Está alinhado com os objetivos estratégicos do seu Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, os quais foram revistos no processo de construção deste plano. A elaboração do PDI 2019-2023 considerou três premissas principais:

- 1) O plano reflete as necessidades e anseios da instituição, da comunidade universitária e da sociedade em geral, não da gestão universitária ou política corrente. A vigência de 5 anos do plano atravessa gestões;
- 2) O plano garante a continuidade das operações, dos projetos e dos objetivos da instituição através de mudanças de gestão.
- 3) A avaliação do que foi realizado no período 2014/2018 é conhecida.

Sendo o PDI uma proposta de referência para o futuro da instituição, seu processo de elaboração se pautou por ampla discussão com todos os segmentos da comunidade universitária para coletar propostas e sugestões e subsidiar a apreciação do Conselho Universitário da UFPE. Devido à importância do processo de planejamento tático para a Universidade, tal como ocorreu em 2013, foram adotados os seguintes princípios no processo de elaboração do PDI:

- 1) Participativo (professores, técnico-administrativos, alunos e sociedade);
- 2) Forte interação com o novo estatuto e o novo regimento da UFPE;
- 3) Interação com o processo de avaliação institucional;
- 4) Alinhado com o plano estratégico institucional.

Para garantir este elemento participativo, a primeira etapa foi uma identificação de stakeholders pela Diretoria de Avaliação e Planejamento – DAP² – da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Stakeholders são “Pessoas, ou organizações, ativamente envolvidas nos projetos, positiva ou negativamente, ou as quais os interesses possam ser atingidos com o desenvolvimento ou com o encerramento do projeto. Dentro deste, haverá várias escalas de autoridade e responsabilidade para os stakeholders, possibilitando variações no decorrer do seu ciclo de vida” (da Silva et al 2017).

Com isso em mente, vamos listar os tipos de Interessados e Interventores na Elaboração, Execução e Monitoramento do PDI, segundo sugerido por (da Silva et al 2017):

i) Stakeholder Definitivo:

- ☐ Tem Legitimidade para atuar sobre o plano, tem Poder para atuar sobre o plano e tem Urgência na atuação sobre o plano.
- ☐ Em termos clássicos, é o Patrocinador do projeto (Project Sponsor): A decisão final sobre alocação de recursos será dele.

ii) Stakeholder Dependente:

- ☐ Tem Legitimidade e Urgência, mas não tem Poder impositivo;

iv) Stakeholder Dominante:

- ☐ Tem Legitimidade e Poder, mas não atuam sem provocação.

Portanto, o Plano deve ser elaborado com a participação de toda comunidade acadêmica, em seus diversos níveis de colaboração.

O Plano de Desenvolvimento Institucional, como determinação legal, representa uma prestação de contas à sociedade de forma ampla. Estamos num momento de intensa atividade política na sociedade em geral, o que amplia a visibilidade dos atos discricionários da instituição, e de incertezas sobre a disponibilidade de recursos diante de cortes e congelamentos no orçamento, conforme comprovado na Emenda Constitucional 95 de 15/12/2016 que limita o crescimento do orçamento ao longo dos anos. Dessa forma, se faz necessário considerar, num escopo mínimo, como Stakeholders relevantes:

² Em 09 de março de 2020, por meio da Resolução nº 02/2020, do Conselho de Administração, a DAP passou a ser a Diretoria Estratégica de Planejamento, Avaliação e Gestão (DEPLAG), unidade estratégica vinculada ao Gabinete do Reitor, enquanto que a PROPLAN passou a ser Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças.

- Sociedade, como parte interessada no bom funcionamento da instituição, com Legitimidade e Urgência, mas sem Poder direto de execução – Stakeholder Dependente;
- Órgãos de Controle e Elementos Associados, que são os fiscais que representam o stakeholder Sociedade no dia-a-dia. Por Elementos Associados, entendemos todos os órgãos dos Três Poderes que possam solicitar informações ou demandar ações. Este grupo se caracteriza como Stakeholder Dominante – Tem Legitimidade jurídica, tem Poder efetivo, mas atua de forma gradual, sem Urgência.

Este escopo mínimo garante o respeito aos ideais de Responsabilidade Social Empresarial, Corporativa e Universitária (Lopes 2017): “tendência em adotar fins e valores da sociedade”, “gestão definida pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade” e “produzir o saber buscando o equilíbrio entre conteúdo social e a excelência acadêmica especificamente profissional, num explícito comprometimento com a elevação das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa significativa interação com o entorno social onde se situa, cumprindo, assim, o papel que cada vez mais é chamada a desempenhar”.

O plano foi elaborado sob a coordenação de um Comitê Central e de uma Comissão Executiva, e de 7 (sete) comissões temáticas, conforme organograma a seguir apresentado.



Figura 3 - ORGANOGRAMA PARA ELABORAÇÃO DO PDI 2019/2023

O Comitê do PDI foi constituído pelo Comitê de Governança da UFPE e mais 4 (quatro) representantes do Conselho Universitário.

Competências do Comitê do PDI:

- ☐ Responsável pela coordenação geral da elaboração do PDI.
- ☐ Encaminhamento do PDI ao CONSUNI para aprovação.

A Comissão executiva sob a coordenação da PROPLAN, contou com a representação da PROACAD, PROPESQ, PROEXC, PROCIT³, representação dos Diretores de Centros Acadêmicos, Presidente da CPA e representante de Técnico-administrativos.

Competências da Comissão Executiva:

- ☐ Coordenar todo o processo de construção do documento.
- ☐ Fornecer orientações técnicas, acompanhar o cronograma de trabalho, gerenciar a comunicação e consolidar os documentos e informações geradas pelas comissões temáticas.
- ☐ Coordenar as ações das Comissões Temáticas.
- ☐ Sistematizar as contribuições da comunidade acadêmica e da sociedade.
- ☐ Elaborar o texto final do plano.

A Equipe de Logística e Comunicação, sob a coordenação da PROCIT, com a representação da PROPLAN, ASCOM e o NTI⁴ foi responsável por dar suporte na divulgação do PDI incluindo a página do Plano e seus desdobramentos: consulta pública, e-mail, facebook, dentre outros.

O site: <https://www.UFPE.br/pdi> manteve a agenda atualizada dos trabalhos.

O detalhamento das comissões temáticas e sua relação com as dimensões do SINAES estão apresentados a seguir.

A) Comissão temática 1: Política para ensino, pesquisa e extensão, sob a coordenação de PROACAD com a participação da PROPESQ, PROEXC, DRI e POSITIVA, PROAES⁵, 3 representantes docentes (coordenação de graduação, coordenação de pós-graduação, extensionista), 2 diretores de centro, responsável por:

³ Com a aprovação do novo Regimento da Reitoria (Resolução nº 02/2020-CONSAD) a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos passou a ser Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD; a Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação foi desmembrada em outras duas: a Pró-Reitoria de Pós-Graduação/PROPG e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação/PROPESQI, que englobou a Diretoria de Inovação/DINE como uma de suas Diretorias. Concomitantemente, a PROCIT foi extinta.

⁴ Com a extinção da PROCIT, pelo novo Regimento da Reitoria, o NTI deixou de ser órgão suplementar se transformando em Superintendência de Tecnologia da Informação. A ASCOM, por sua vez, juntamente com outras duas Diretorias - a DICOM (da antiga PROCIT) e o NTVRU (que também deixou de ser órgão suplementar) - passou a integrar a nova Superintendência de Comunicação/SUPERCOM.

⁵ Sobre a Positiva - DINE, PROACAD e PROPESQ, ver notas anteriores.

- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Esta dimensão foi também responsável pela Política para EAD, Interiorização, Internacionalização e Inovação. Saiu desta comissão o novo PPI da UFPE sob coordenação do NUFOPE.

B) Comissão temática 2: Assuntos Estudantis, sob a coordenação da PROAES, com a participação da PROACAD e de 4(quatro) estudantes, responsável por:

- Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes.

C) Comissão temática 3: Gestão Institucional, sob a coordenação da PROPLAN com a participação da PROGEST, Gabinete do Reitor, 2 docentes, responsável por:

- Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

D) Comissão temática 4: Política de Pessoas (docentes e técnicos), sob a coordenação da PROGEPE com a participação da PROACAD, CPPD, 2 representantes do Conselho de Administração, 2 técnicos, responsável por:

- Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

E) Comissão temática 5: Responsabilidade Social, sob a coordenação de PROEXC com a participação da PROAES, SINFRA, NACE, 2 docentes, 2 técnicos, responsável por:

- Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

F) Comissão temática 6: Comunicação e Informação, sob a coordenação de PROCIT com a participação da ASCOM, NTVRU, Sociedade, responsável por:

– Dimensão 4: A comunicação com a sociedade;

G) Comissão temática 7: Infraestrutura física, sob a coordenação da PROPLAN com a participação da SINFRA, PROCIT, SSI, NTI, NACE, BC, 1 docente, 1 representante do conselho, responsável por:

- Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, infraestrutura de rede;

Todo o processo de elaboração do PDI, realizado no período de setembro/2018 a maio/2019, foi dividido em três partes:

1) Identificação das necessidades e definições da equipe (Documentos, Premissas, Princípios e Stakeholders; Comitê do PDI, Equipe de Logística e Comunicação e Comissão Executiva; Comissões Temáticas, sob demanda do Comitê do PDI)

2) Divulgação da Iniciativa e Diagnóstico (Site para o PDI, Seminário de Abertura e Campanha Publicitária; Diagnóstico junto às Unidades de Planejamento; Elaboração de propostas por Comissões Temáticas e Consulta Pública sobre Propostas);

3) Consolidação (Consolidação do trabalho de grupos temáticos e resultado de consultas públicas e elaboração de documento unificado, nos termos da legislação vigente; Consulta pública final e redação final; Submissão ao Conselho para aprovação e publicação). Para melhor visualização deste processo, foi construído o fluxograma ilustrado na Figura 4.

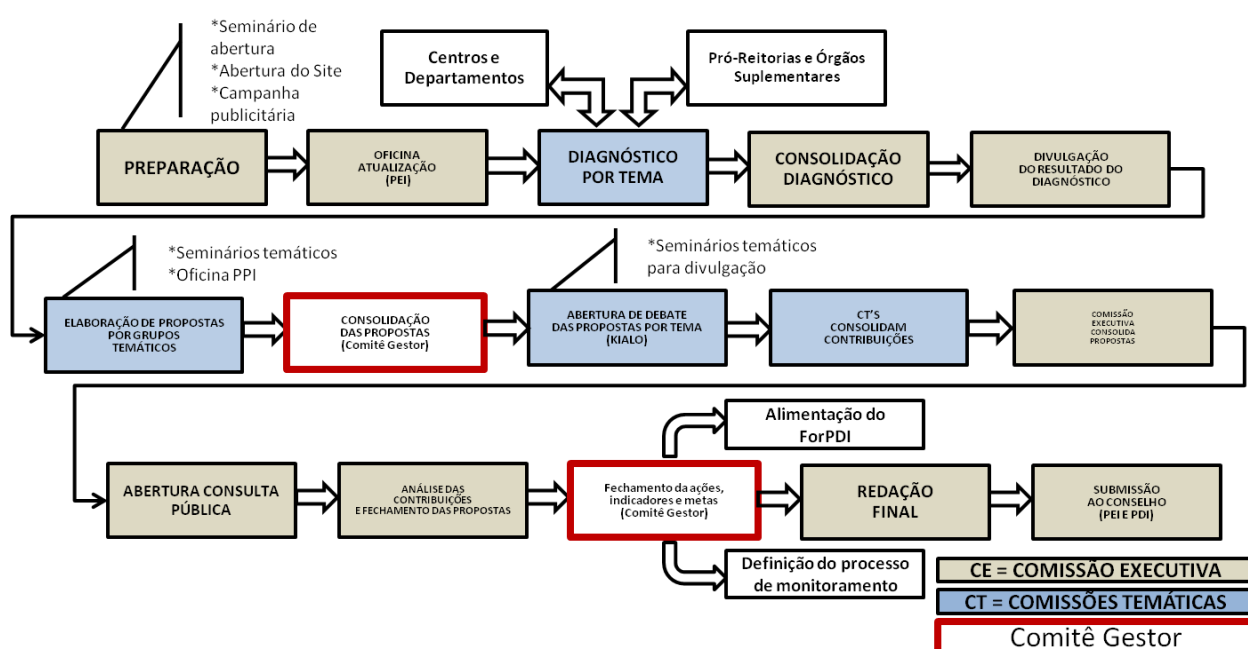


Figura 4 - FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES PARA ELABORAÇÃO DO PDI 2019/2023

Dentro do processo de atualização das metas previsto neste instrumento, foi destacada a Assessoria do Gabinete para realizar a interlocução junto às unidades com vistas a estabelecer os parâmetros para os resultados esperados até 2023.

Neste sentido, foram realizadas diversas reuniões com as respectivas unidades de gestão visando reavaliação das ações, indicadores e metas para submissão à equipe revisora do texto.

4.1. Atualização do PEI e Análise de Conjuntura

Em 2018 foi realizada uma “Oficina de Atualização do Plano Estratégico Institucional UFPE [2013-2027]” com a participação efetiva da Diretoria da POSITIVA, do Gabinete do reitor e da PROPLAN, com a participação do Comitê de governança da UFPE, os membros do GAPE que elaboraram o PEI e alguns convidados, com o objetivo de fazer uma análise da conjuntura, revisar as declarações de missão, visão e valores além de uma atualização do Mapa Estratégico.

Assim como no planejamento 2014-2018, a análise de conjuntura foi realizada usando o método SWOT - um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Este trabalho começou na oficina de atualização do PEI já referida e terminou com o trabalho das diversas comissões temáticas.

Forças e Fraquezas são características do ambiente interno da instituição que podem influenciar os resultados positivamente ou negativamente, respectivamente. De forma análoga, Oportunidades e Ameaças são características do ambiente externo à instituição que podem influenciar os resultados da instituição positivamente ou negativamente. Os Quadros 1 e 2 apresentam o resultado da análise SWOT.

Quadro 1 - SWOT: Ambiente Interno.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Credibilidade e tradição institucional	Comunicação institucional precisando de expansão
Abrangência e quantidade de oferta de cursos e vagas	Política de sustentabilidade (econômica, social, ambiental e institucional), ainda não totalmente abrangente.
Capacidade de captação de recursos financeiros	Cultura de avaliação precisando ser consolidada
Quadro qualificado de docentes, discentes e técnicos administrativos	Integração de saberes de forma ainda restrita
Competência adequada do corpo funcional e capacidade instalada	Manutenção de espaços físicos e equipamentos sem garantia de recursos
Qualidade e quantidade da produção acadêmica	Política de internacionalização ainda desconhecida de parte do corpo docente

Política de apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão	Ensino a distância restrito
	Capacidade de produção científica docente ainda não totalmente utilizada.
	Novas práticas pedagógicas ainda não exploradas
	Importância estratégica da pesquisa para o futuro da UFPE ainda pouco conhecida
	Formas alternativas de captação de recursos externos ainda desconhecidos

Quadro 2 - SWOT: Ambiente Externo.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Demanda crescente por ensino e qualificação profissional	Mercantilização do ensino superior
Desenvolvimento econômico e social no Brasil, NE e PE	Forte concorrência universitária
Importância Geopolítica do Brasil	Deficiência do sistema educacional em todos os níveis
Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (regulamentado pelo decreto nº 9.283/2018)	Desigualdade no fomento à pesquisa entre regiões brasileiras
Valorização da sociedade do conhecimento e economia criativa	Autonomia limitada (gestão de pessoal, administrativa, financeira)
Valorização da dimensão cultural diferencial do Estado	Infraestrutura urbana (mobilidade, segurança, habitabilidade, energia, etc.)
Posicionamento Geopolítico, econômico e cultural: Fácil diálogo África, AL e outros	Afastamento dos centros de decisão que demandam conhecimento, tecnologia e pessoal qualificado
Novas tecnologias de ensino	Crise econômica, política e social do País
Aumento das demandas da sociedade por pesquisa inovação e conhecimento	Redução de investimentos públicos nas IFES
	Redefinição das prioridades e redução do financiamento público para CTI e Ensino
	Desconhecimento da sociedade sobre a importância das atividades das IFES
	Tensão geopolítica impactando a soberania do Brasil

4.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional da UFPE é definida pelo PEI, com base nos resultados da análise de conjuntura. Seguem as informações atualizadas da identidade organizacional.

4.2.1. Propósito

Promover a transformação social através da formação humanizada e produção de conhecimento de excelência.

4.2.2. Missão

Promover a formação humana, ética e solidária, e a construção de conhecimentos de excelência voltados à transformação da sociedade.

4.2.3. Visão

.....

Ser uma universidade de referência mundial comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade.

.....

4.2.4. Valores

.....

Cidadania – assegurar a liberdade, os direitos e as responsabilidades individuais e comunitárias;

.....

.....

Cooperação – interagir para o bem comum: local, regional, nacional e internacionalmente;

.....

.....

Criatividade – inovar teórica e aplicativamente, na construção interdisciplinar de conhecimentos relevantes à transformação socioambiental;

.....

.....

Sustentabilidade - produzir conhecimento eticamente responsável, consciente de que desenvolvimento econômico e social é perfeitamente compatível com preservação ambiental;

.....

.....

Dignidade – tratar e retratar com respeito toda pessoa e comunidade;

.....

.....

Diversidade – respeitar as características distintivas de pessoas e comunidades, em seus modos de ser e agir;

.....

.....

Equidade – promover o justo compartilhar das condições fundamentais ao desenvolvimento humano;

.....

.....

Inclusão – promover a inclusão de pessoas, em todas as dimensões, em função de suas necessidades e/ou diferenças.

.....

4.3. Mapa Estratégico

Visão: Ser uma universidade pública de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade

Formação Acadêmica: Ensino, pesquisa, extensão, inovação e cultura

Resultados

1. Adotar novas práticas pedagógicas para formação acadêmica

2. Expandir e consolidar cursos de graduação, pós-graduação e da educação básica

3. Reduzir a evasão e retenção nos cursos de graduação e pós-graduação

7. Ser referência na Governança e Gestão Institucional

4. Ampliar a integração da universidade com outros setores da sociedade, dentro de um programa de ensino, pesquisa, extensão, cultura, empreendedorismo e inovação

5. Consolidar e expandir a interiorização

6. Expandir e consolidar a internacionalização

Gestão

Processos

8. Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social

10. Implantar uma política de planejamento e avaliação (interna e externa) em todas as instâncias

12. Desenvolver a Educação Midiática

14. Promover uma análise crítica que impulse políticas propositivas para a pesquisa e a pós-graduação

9. Implantar uma política de valorização, preservação e acesso à cultura

11. Redefinir a política de gestão de pessoas (docentes e técnicos)

13. Aprimorar a governança de TI e a gestão de TI

Pessoas

Infraestrutura

Comunicação, informação e TI

Alicerces

15. Conceber e implantar um Modelo de Gestão estratégica de pessoas

16. Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa da formação acadêmica dos estudantes

17. Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia

18. Desenvolver e implantar aplicativos e sistemas integrados de informação que abranjam todas as áreas da instituição

19. Fortalecer a comunicação institucional e a comunicação pública

20. Aperfeiçoar a gestão da informação, promovendo a transparência, a qualidade da informação e a produção do conhecimento

21. Assegurar recursos orçamentários necessários para implementação da estratégia

5. Projeto Pedagógico Institucional (2019-2023)

O Projeto Pedagógico Institucional da UFPE, visando à concretização de um projeto de sociedade em que a produção e disseminação do conhecimento sejam acessíveis a todos os cidadãos, está ancorado em valores como cidadania, cooperação, criatividade, sustentabilidade, dignidade, diversidade, equidade, ética e integridade, buscando, sobretudo, contribuir para a inclusão social dos sujeitos, independente de sua condição sociocultural e econômica.

Como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, a UFPE está comprometida com a formação de profissionais bem preparados, com competência técnica inquestionável, mas também atentos às demandas sociais das comunidades e sensíveis à condição humana dos sujeitos. Visa à formação de pesquisadores competentes e comprometidos com o bem comum, por entender que a competência relacional se destaca entre as mais relevantes condições para um exercício profissional qualificado em quaisquer áreas da docência, da pesquisa e da extensão, que constituem o tripé de sustentação da Universidade. Assim, em consonância com Santos (2010, p. 89 ⁶), a universidade assume sua responsabilidade social “aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo, àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para se impor”. Com base nesse entendimento, o projeto pedagógico da UFPE assume as concepções de ensino e de aprendizagem, destacadas a seguir.

5.1. Concepções sócio-filosófico-pedagógicas da educação superior

5.1.1. A universidade no contexto da Modernidade

Para a constituição da universidade, tal como ficou conhecida na Modernidade, foi necessário que se rompessem vínculos que a mantinha sob a influência da Igreja, mas, sobretudo, que surgisse uma nova ordem econômica, social e política. As mudanças que resultam da construção das sociedades modernas, caracterizadas pela vida urbana, pelo intenso comércio, inclusive entre regiões de continentes distantes, pelo desenvolvimento industrial, são demandantes de conhecimentos, de nível cada vez mais elevado (de nível superior), fazendo com que a ideia de universidade, como a instituição que provem a sociedade desses conhecimentos, vá se consolidando. Com efeito, a ideia de universidade como instituição produtora de conhecimentos é um feito da modernidade, entronizadora da Ciência, de sua lógica e de sua razão.

A separação entre Igreja e universidade é lastreada pela primeira ruptura epistemológica: da Ciência com a Religião, da Ciência com a Fé. Tal separação não se

⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

efetiva plenamente, uma vez que vêm de arrasto, na construção da modernidade, elementos constitutivos da cultura do medievo, a exemplo do método praticado nas escolas eclesiais que dominam as universidades medievais, e que encontra nas universidades modernas um terreno fértil para sua permanência. A concepção escolástica marca tanto as formas de produção de conhecimento como o método de ensino. A concepção magistral caracterizará, em definitivo, a prática docente universitária.

No que toca ao Brasil, a educação superior tem início nas primeiras décadas do século XIX, em cursos isolados ofertados por faculdades especializadas. A universidade é instituída de forma tardia no país, tendo que aguardar pouco mais de um século desde que os primeiros cursos de nível superior começaram a funcionar.

A universidade surge no Brasil a partir das críticas formuladas ao caráter fragmentado e profissionalizante das instituições de ensino superior no país. Denunciava-se “a insuficiência das escolas profissionais, meras transmissoras de um saber não superior porque estritamente especializado e comprometido com aplicações imediatas” (COSTA DE PAULA, 2019, p.5). Defendia-se o “cultivo de um saber livre e desinteressado, capaz de contribuir para o progresso da nacionalidade em formação e para o enriquecimento da educação” (Idem). Na prática, pretendia-se erigir uma universidade que cultivasse esses valores humanísticos e padrões nacionais, condição que a tornaria capaz de formar as novas elites dirigentes.

Na verdade, são várias as fontes que estruturam a ideia de universidade no Brasil: a jesuítica, a napoleônica, a humboldtiana, a norte-americana. As teses jesuíticas, sistematizadas no *Ratio Studiorum*, dotaram a instituição universitária de regras e prescrições para a prática pedagógica, incidindo, portanto, no modo de conceber as relações entre professor e aluno, aluno e aluno, professor e aluno com o conhecimento (seleção e trato dos conteúdos da formação – conhecimentos, procedimentos e valores ético-morais) e com a avaliação. As bases das teses jesuíticas estavam nas ideias de unidade (defesa de um modelo único) e de hierarquia entre os sujeitos pedagógicos. Assim, prevalecia o modo e material de ensino comuns a todas as escolas, independente da região em que cada uma se situava e das características dos educandos a quem sua ação se destinava.

As diretrizes gerais integravam um sistema a ser observado universalmente, que se inscrevia em uma estratégia da Igreja Católica romana de enfrentamento ao avanço do Protestantismo. A associação entre evangelização e educação foi estimulada pelos estados que adotaram o modelo jesuítico. O ensino referenciava-se no método escolástico (em vigor desde o século XII) e no *modus parisienses* (vigente na Sorbonne). Nesse sentido, influências do modelo jesuítico na prática docente no ensino superior traduzem-se no uso da preleção docente, no recurso à memorização de conteúdos de ensino, na avaliação fundada nas práticas da emulação e do castigo. O

estudo dos clássicos por meio de textos e a aplicação de exercícios inspirados em práticas de perguntas e respostas foram presença constante nas orientações jesuíticas.

As diretrizes do regime napoleônico para as universidades francesas constituíram a segunda fonte estruturadora da nossa mais destacada instituição de educação superior. As influências marcaram a educação superior até o final dos anos 1960, período em que prevaleceu a tese de que o ensino superior se faria, no Brasil, através de cursos e em faculdades de caráter eminentemente profissionalizante. A preparação de quadros para a gestão do estado e de atuação profissional nas cidades, centros de maior dinamismo social, foi a ação mais vistosa do modelo napoleônico. O método transmissivo consistia em uma permanência das ideias jesuíticas em um mundo urbano industrial que se formava no país.

Foi necessário aguardar a reforma universitária, de corte liberal, mas sob um regime autoritário, para que a universidade brasileira incorporasse a função de centro produtor de conhecimento, com grande prestígio emprestado à pesquisa e aos pesquisadores. As teses do filósofo e linguista alemão Friedrich Wilhelm von Humboldt⁷ influenciaram intensamente a formação da universidade no Brasil. Essas influências fincaram suas bases a partir dos anos 1930, na universidade paulista. Costa de Paula (s/d) identificará aproximações entre a concepção alemã de universidade e aquela que presidiu a criação e organização da USP, tais como: “preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não-imediata entre intelligentsia e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade” (p. 5).

No entanto, só atingiram alcance nacional a partir de 1968, por meio de um ideário que se compõe da combinação de teses alemãs originárias dos anos 1930 com ideias norte-americanas. A concepção norte-americana influencia, a partir da Reforma Universitária de 1968 do século passado, as finalidades, o currículo e a estrutura organizacional das universidades brasileiras. A instituição universitária, segundo essa concepção, procura compor os aspectos ideais (ensino e pesquisa) aos funcionais (serviços) e ajustar-se às demandas de massificação da educação superior e da sociedade de consumo. Ela passa a assimilar a forma empresarial, de modo a atender aos interesses imediatos do setor

⁷ A publicação de *Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim*, de autoria de Humboldt, é um dos marcos inaugurais das reflexões sobre a universidade. O “enriquecimento da cultura moral da Nação” constitui um pressuposto básico de sua argumentação sobre as instituições científicas. As ideias de educação básica propedêutica e da neutralidade do conhecimento (conhecimento desinteressado) compõem parte dessas reflexões. A defesa da laicidade, ao instituir a liberdade frente à religião, possibilitou abrir a prática científica à problematização, à indagação da natureza, da vida e das sociedades.

produtivo, do Estado e de setores da sociedade, formando profissionais em nível superior, produzindo conhecimento tecnológico e aplicado, promovendo pesquisas de interesse utilitário, assim como serviços de uma maneira geral.

Passadas cinco décadas da Reforma, as ideias de uma universidade de pesquisa de matriz humboldtiana e as de uma universidade presidida por princípios utilitaristas formam um vasto campo de tensão no interior do sistema de ensino superior. A tensão ganha visibilidade ao se traduzir por um embate continuado pela hegemonia das IES entre interesses sociais favoráveis à formação acadêmica e à formação profissional. Na trajetória dessa tensão há momentos em que os interesses de uma parte ou de outra têm prevalência, quando não se combinam, na disputa pelos fundos públicos de financiamento de atividades acadêmicas.

As universidades vão se transformando conforme os contextos em que se inserem e têm procurado cumprir com as finalidades que, historicamente, a sociedade brasileira a ela atribuiu, quais sejam: “a produção do conhecimento e do saber nas diferentes áreas; a formação profissional; a disseminação do conhecimento e saber ali produzidos e a criação, dinâmica e sedimentação de clima cultural” (WEBER, 1999). O que o debate acadêmico propunha, então, para educação superior, em especial para a universidade, guardava grande sintonia com o debate social e no âmbito dos governos de Estados nacionais pelo mundo.

Assim, em consonância com os princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, participantes da Conferência Mundial sobre Educação Superior, reunidos na sede da UNESCO em Paris, em outubro de 1998, declararam fundamentos e finalidades da educação superior, atualizando-os ao novo contexto econômico, social, cultural globalizado. Defendem de forma clara e inequívoca respeito à ordem democrática e à educação como um direito de todos, ao longo da vida.

Nessa perspectiva, com base no entendimento de que a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz, aponta a importância de políticas públicas que assegurem a contribuição da educação superior com o desenvolvimento econômico, social e cultural dos Estados, razão pela qual propõe a articulação “entre os diversos setores e dentro de cada um deles e, em particular, entre a educação em geral, técnica e profissional secundária e pós-secundária, assim como entre universidades, escolas universitárias e instituições técnicas” de nível superior (UNESCO, 1998). Um conjunto de orientações é proposto, revelando que o Brasil, que aprovou a sua Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em dezembro de 1996, estava em sintonia com as proposições de políticas educacionais para educação superior em debate em diferentes níveis e instâncias.

A propósito, a LDB (Lei nº 9394/96) reafirmará princípios e diretrizes desse debate, dentre os quais se destacam:

- Formação profissional, inclusive a formação continuada, visando a diplomação de quadros especializados com vistas à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivo à pesquisa científica, objetivando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com a finalidade de produzir conhecimentos sobre as sociedades e o meio em que vive;
- Promoção da difusão de conhecimentos culturais, científicos e culturais por meio diversos meios individuais e coletivos, presencial e a distância, impresso e digital;
- Estabelecer interação com setores e segmentos sociais, com o estímulo de atividades de extensão, na perspectiva participativa do conhecimento dos problemas do tempo presente, em particular os de abrangência nacional e regional;
- Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, por meio da formação de profissionais da educação, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis educacionais.

O ideário fixado pela LDB passou a nortear a educação superior, estabelecendo a missão e apontando caminhos e tônicas. A legislação informa o amplo debate e as lutas entre setores e segmentos da sociedade brasileira, cujas disputas mais intensas são vividas entre meados dos anos 1970 e o final da década seguinte, com a edição da Constituição de 1988.

Resultam desse período três pilares fundamentais que estruturam a universidade brasileira no início do século XXI: a pesquisa, a gestão democrática e a carreira do magistério superior.

Não é sem razão que, em um momento em que se agride a ordem democrática, no Brasil, mas não só no Brasil, estes três fundamentos da universidade estejam sofrendo ataques, cuja finalidade é a sua supressão do cenário universitário, com vista à instituição de uma nova ordem.

5.1.2. Fundamentos socioeconômico, político e cultural

A construção do novo Projeto Pedagógico Institucional da UFPE (2019-2023) considera a importância dessa Instituição, na próxima gestão do seu reitorado, desenvolver um balanço, revendo as suas realidades, com base em uma análise sócio-político-econômica, científico-cultural-tecnológica, e, humano-educativa, no sentido de pensar o seu presente, com vistas ao acompanhamento das novas reconfigurações do tempo contemporâneo avançado.

É também importante que a UFPE vá ajustando, *pari passu*, a concretização de um projeto de universidade para o século XXI, de modo bem fortalecido de ideias e práticas, com base em contínuas projeções para um novo presente, dentro do que existe de mais avançado e civilizado no mundo contemporâneo, dando margem, ainda, para a realização contínua da avaliação coletiva de seu projeto, ao longo da gestão, com base, ainda, no critério da justiça social.

Importa considerar os rebatimentos dos “cenários contemporâneos” deste século, ou seja, os efeitos inter-relacionados entre três matrizes fundamentais como: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal (DOURADO e FERNANDES, 1999, pp.4-11), com vistas a fazer, também, uma

reflexão sobre a matriz do estrangulamento sócio – econômico - cultural e político, ao seu redor. Em particular, sobre a situação daqueles que puderam ou não puderam ter a condição de justiça e liberdade, de se inserirem nos espaços cotidianos institucionais, com dignidade e justiça, por apresentarem condições adversas.

Entretanto, vale acrescentar, que esses sujeitos do “lado de fora”, são portadores do direito de se inserirem na educabilidade formal, com qualidade social, com vistas à melhoria da sua “condição humana”, sobretudo, aqueles que sofrem de “esquizofrenia sócio-cultural”, perdidos no seu tempo-espaço, como já identificava Frederic Jameson (1995, pp. 319-321), nas suas análises “pós-modernas”. Nesse sentido, ele pensou sobre uma nova “estrutura de sentimento” para aqueles sujeitos, no contexto da realidade contemporânea, na perspectiva de combater os efeitos anti - democráticos e anti – solidários da sociedade contemporânea (idem).

Requer-se, ainda, nessa proposta, delinear outros pressupostos teóricos, de modo a particularizar, algumas identificações históricas da universidade, a que a ela se filia, do final do século XX, ao contexto atual do séc. XXI, a fim de que sejam delineados, criticamente seus fins, objetivos e meios articulados à realidade contemporânea, tomando como ponto de partida, a própria modernidade (JAMESON, 1989, pp.319-321) e as suas perspectivas de combate aos efeitos não solidários e, não democráticos, da realidade contemporânea, segundo, Jameson (op. cit., MELO, 2009, p.20). E, ainda, com base na constatação de Santos (2009, p.33), quando explicita, que “a lógica da apropriação/ violência”, faz encolher a lógica da regulação/emancipação (idem) tendo, isso, como implicação, um rebatimento na universidade, e, em outras práticas, sócio – culturais econômicas, e, políticas.

Nesse contexto de análises multifacetadas, Dourado e Catani (1999, p.5-6), já, afirmavam, grosso modo, que “os cenários contemporâneos podem ser esboçados com base na compreensão inter-relacionada de três matrizes fundamentais: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal”.

Para esses autores, essas referências, no plano macro, iriam ajudar “a explicitar, o contexto atual e os seus desdobramentos, em diferentes espaços da sociedade, especialmente nas instituições educativas e formativas como, por exemplo, as universidades” (p.6), nos âmbitos das “mudanças no mundo da produção e do trabalho (idem). Por conseguinte, elas ajudariam, a entender, “a realidade da produção do conhecimento e as perspectivas da formação profissional” (idem), como, “as transformações técnicos – científicas, econômicas, políticas e culturais”, dentre outros: “o desemprego estrutural e tecnológico; a globalização da produção, do consumo e do trabalho”; “a redefinição do papel do Estado e das políticas públicas, a exigência de novo perfil do trabalhador, de novo modelo de formação profissional (pp.6-7); bem como, a “alteração nos padrões de financiamento da educação pública, adoção de novas formas de gestão, implementação de novos mecanismos de avaliação, controle, reorganização curricular, formação e profissionalização do professorado” (DOURADO e CATANI (1999, pp.10-11).

Por outro prisma, Santos (2004), problematiza limites, explicando que, “no momento, porém, em que o Estado, ao contrário do que se passou com a justiça, decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado”. Nesse alinhamento, “a universidade entrou automaticamente

em crise institucional. Se existia antes, aprofundou-se” (SANTOS, 2004, p.12-13), na medida em que “o crescimento do sistema universitário público, expresso no aumento de matrículas e na ampliação de seu corpo docente e técnico-administrativo”, foi se processando “de forma desigual em relação ao sistema de ensino privado da educação superior, sob a influência da lógica da privatização” (Idem, p.13).

Questões essas e outras, que foram, também, discutidas por Morgado (2009, p.55), por outro ângulo, no contexto da realidade europeia de Universidade, quando indicou que, o Estado desde “as últimas décadas do século XX, por contingências várias, foi - se revelando inoperante nas funções de regulação e de provisão de bens e serviços que lhe estavam consignadas, mergulhando numa progressiva falta de credibilidade, vendo-se compelido a reposicionar-se e refazer as suas relações com a sociedade” e, nesse sentido, ao fazer face aquela situação, “desencadeia uma série de reformas em que se desfaz de responsabilidades que até então lhe cabiam, transferindo-as para a sociedade e para o mercado” (MORGADO, 2009, p.46).

Nessa direção, o referido autor explica que a transferência em termos econômicos dessa “tendência para a sociedade e o mercado, sucedida por uma lógica de regulação do tipo mercantil” (idem), traz “como consequência a escassez de financiamentos e recursos para a universidade”, assim como assinalou, Benedito (2009, p.16), através da constatação de que “as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente suas matrículas para atender à crescente demanda do acesso”.

Indicativos esses, compreendidos, do ponto de vista do capitalismo, já fortemente globalizado no século XXI, “como uma força motriz com base” e alicerçada nos “eixos da transformação produtiva do desenvolvimento econômico” (idem) que, tinha em vista a estimular a concretização da lógica da “emprezarización de la universidad de la mano de la Nueva Gestión Publica” (REZER, 2013, p.96).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015, p.33), nesse contexto, muitos desses indicativos foram historicamente engendrados, na realidade brasileira como, as “transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas”, cujos fatos, viriam a “expressar simultaneamente uma perda geral de prioridade em relação à educação superior e às políticas sociais”. Essa crise, que vem sendo caracterizada “pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas” (idem), variando de país para país, ao mesmo tempo em que foi se expandido, até hoje, o grande mercado das instituições privadas no Brasil.

Numa perspectiva mais radical, no âmbito de uma economia mais globalizada, no século XXI, vai sendo intensificada a estruturação de um novo paradigma corporativo, de modo que, “o capital financeiro, torna-se hegemônico e o monetarismo assume o lugar da macrogestão econômica em nível mundial, influenciando as estruturas das grandes companhias mundialmente organizadas e dos Estados Nacionais, tornando altamente instável um pacto social mundial, que, em vão, se tenta construir” (SGUISSARDI, W.; JÚNIOR, J. R. S. (2009, p.30).

Nesse sentido e numa ação prospectiva, a educação superior do país foi se desenvolvendo sob as forças objetivas das influências externas estruturais da economia, como aquela do mercado/consumo material e intelectual, numa dinâmica conjuntural de

intervenção nas práticas sociais, em que pese, também, o redirecionamento do papel do Estado, sob a direção ideológica da política neoliberal. Isso vai ocorrendo num conjunto de ajustes ao capital em crise e, sob os embates na sociedade civil, vindo a requerer novos rumos para a universidade brasileira e maiores investimentos para a sua melhoria, com vistas a interferir nesses limites, na perspectiva de buscar e instaurar uma nova ordem para os novos tempos, como:

(1) O expressivo aumento das Instituições de Ensino Superior (IES), com fins lucrativos, isto é, privados/mercantis; (2) algumas ações do governo federal, expandindo vagas, matrículas e cursos nas Instituições Federais de ensino superior, seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou, ainda, mediante programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); (3) a forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino da Graduação, cabendo destaque à utilização do ensino a distância (EaD); (4) a expansão da pós-graduação, com redefinição de seus rumos no sentido do empresariado do conhecimento” (MANCEBO, D.; VALE, A.A. e; MARTINS, T.B, 2015, p. 33).

Essas iniciativas ocorreram no espaço de lutas de seus dirigentes e da sociedade, em nível político macro e micro, muito embora, de modo tardio. E também foram orientadas por um modelo de sociedade e de universidade mais aberto e democrático, entre outras iniciativas, como a expansão da educação superior, com propósitos científicos, culturais avançados e mais inclusivos, através do PROUNI (Programa Universidade para Todos). Este Programa foi instituído, em 2004, como uma das “tentativas do governo federal, de cumprir as exigências da Declaração Mundial sobre Educação Superior, no Século XXI/98” (CUNHA, Apud PINTO, 2012, pp.9-10).

Além dessas iniciativas, aquelas autoras indicam que foram criados, ainda, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, da Universidade Aberta do Brasil e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. E, pelo o que se observa, esse programa favoreceu o acesso e a permanência da população de baixa renda na educação superior privada, como também, foi desenvolvido, com base numa política de democratização, na qual se incluiu, ainda, o FIES, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (idem).

Nesse âmbito, a educação também foi marcada pela positividade de suas “trocas acadêmico-científicas, socioculturais e políticas entre outras universidades do país e estrangeiras, como em relação às realidades educacionais diversas próximas ao seu redor” (idem).

Vale lembrar que, também, nesse contexto, o crescimento da universidade, que, desde o começo, foi acompanhado, neste século XXI, por uma crise institucional que, já vinha se prolongando, segundo, SANTOS (2004 p.12), teve como resultado, a “desvalorização de diplomas”, com a “precarização financeira” e a “perda geral de prioridade nas políticas, da educação, saúde, previdência” (p.15), no contexto da “globalização neoliberal”. Ao mesmo tempo em que se destaca que ela “perdeu a hegemonia mesmo no desempenho de suas funções e teve que as passar, a desempenhar num contexto competitivo” (idem, p.90), e a necessitar também “de condições adequadas, tanto financeiras como institucionais” (idem), a fim de “firmar a sua hegemonia”, com “responsabilidade social” e “aceitando a ser permeável às demandas sociais, sobretudo

àquelas oriundas de grupos sociais”, que não tiveram o poder para as impor, diante dessas questões (p. 91).

Esses fatos vêm demandando, desde o começo do sec. XXI, que a universidade pública tenha por base, a teoria crítica social e pós-crítica, como compromisso com a defesa de práticas que criem para a universidade, “uma nova institucionalidade”, cujos “desafios contextuais em função da região, ou do local”, não possam “ser enfrentados com medidas gerais e rígidas” (SANTOS, 2004, p.91), a fim de que a mesma consolide a sua autonomia nos planos nacional/internacional global. E também na perspectiva, da universidade ter a capacidade de articulação entre as diversas práticas e sujeitos, em um processo de gestão institucional acadêmico– político - democrática nas práticas universitárias. Mas, para que, isso, venha a ocorrer, segundo o referido autor, seria necessário “que essas práticas, fossem dotadas de condições adequadas tanto financeiras como institucionais” (p, 90) e que os sujeitos fossem imbuídos, daqueles intentos. Entretanto, o que se observa, é a secagem financeira impedindo de atender até questões básicas, em sua realidade tão plural, como são as atividades acadêmicas.

De fato, SANTOS (idem, p.92) é bem enfático quando discute “o que resta da hegemonia na universidade” é ser, “um espaço público, onde o debate e a crítica sobre o longo prazo da sociedade, com muito menos restrições do que é comum ao resto da sociedade”, não obstante o cerne da hegemonia “ser demasiado irrelevante nas sociedades capitalistas de hoje para poder sustentar a legitimidade da universidade”. E, é “por isso que a reforma institucional da universidade tem que se centrar nesta última” (p.92), a se pautar nas ideias: “rede, democratização interna e externa, avaliação participativa” (idem).

Em outro nível de argumentação crítica e clássica, “a Universidade é resultado da evolução do pensamento humano, que viu na formação humana, técnica e científica um dos fundamentos para a sua existência. A universidade reveste-se como um instrumento de emancipação, reflexão crítica, produção, divulgação de conhecimento e cultura” (idem, p.22), e de consumo também, em um contexto de convivência plural e do diálogo com outras posturas teóricas. Nesse sentido, a universidade, “transformou-se, num bem público, capaz de influenciar o bem-estar e o progresso das sociedades, pela constante (re) construção e (re) criação humana – ser, conhecer, progredir, como variáveis constituintes do saber humano” (idem). Reveste-se, também, de “uma mola de impulso para o bem social, quer seja local, regional ou global. Constitui-se, assim, como um instrumento ímpar na construção da comunidade, da cidadania, da participação e do sentido político” (idem, p.22).

É importante explicitar, ainda, no contexto da educação superior brasileira moderna e/ou pós-moderna que “a ética e ciência caminhem juntas, reflexão e crítica - crítica livre, larga, sem deixar de ser rigorosa. De um rigor não determinista, mas um rigor que gosta do provisório; porque a sociedade e o homem são da ordem do provisório” (CUNHA, Camilo, 2013, p.21). Com base nesses pressupostos e, nas realidades vividas, em que elas estão circunscritas, chega-se ao debate de se formular outro pressuposto importante, de que a universidade, ao exercer sua função de sistematização, produção, difusão, dinamização da cultura e do conhecimento, como já dizia WEBER (2000, p.3), ela se vincula ao movimento mais amplo da construção do conhecimento na práxis social (global/local), sofrendo influências externas, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a (re)organização/realização de rupturas nesse âmbito, bem como em

seus próprios sujeitos, a partir de suas próprias influências, a demandar, face à globalização, dela ser mais inclusiva em vários sentidos.

Nesse contexto, em particular, a produção da ciência vai requerer, segundo Santos (2004, p.76), “uma luta por uma justiça cognitiva que se traduz na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico” Não obstante, ser, “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade, consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade” (idem).

Tais pressupostos implicam em reconhecer que tais mudanças, nos tempos hodiernos, tomam, ainda, o conhecimento, a qualificação profissional com base na eficiência e na produtividade na formação/trabalho, sob a lógica da liberdade do indivíduo e da competitividade perante o mercado (enquanto princípio fundante da sociedade), parecendo obstaculizar o atendimento aos valores formativos da ética, equidade, justiça, integração humana, ao mesmo tempo, em que se abrem novos desafios para a Educação Superior e às novas funções para a universidade, em particular, para docência universitária.

Nessa perspectiva, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão da reforma universitária, desde 1968, vai ganhando liminarmente força, em uma perspectiva mais inclusiva e democrática, com base, na pesquisa - ação e na “ecologia dos saberes” (Santos, 2004, pp.75), que “transcendem a extensão, uma vez que, tanto atuam ao nível desta, como ao nível da pesquisa e da formação”.

Destaque-se, em particular, a “pesquisa-ação, que não é de modo nenhum específico das ciências sociais, não tem sido em geral, uma prioridade para a universidade”. Enquanto, a “ecologia dos saberes”, na visão de Santos, é, por assim dizer (p.76), “um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência. A ecologia dos saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc. que circulam na sociedade (..). Pela perspectiva contrária, a universidade contribui para a “marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento”.

Nesse contexto, em particular, a produção da ciência vai requerer, segundo aquele autor “uma luta por uma justiça cognitiva que se traduz na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico”, segundo Santos (p.76) que é por assim dizer, “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade” (idem, p.76).

Entretanto, nesse contexto, acrescenta Santos (2009), a existência de “uma cartografia moderna dual, em que a ecologia dos saberes se assenta, numa “cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social”. Assim, a “humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para outra parte da humanidade se afirmar, enquanto universal” (pp.30-31).

Essas orientações indicam um aceno para embasar a materialização da prática institucional na educação superior e, na UFPE, como base para o desenvolvimento das metas do novo Plano Nacional da Educação Superior (2017), como “o Epicentro das Políticas de Estado para Educação Brasileira” segundo, Dourado, L. (2007).

5.1.3. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está colocada como princípio no Artigo 207 da Constituição Federal e foi reafirmada e desdobrada na LDB 9394/96. Assim, no Artigo 43, a LDB afirma que a educação superior tem entre suas finalidades:

II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Na UFPE, o ensino, entendido como atividade educativa que medeia a relação entre o discente e os saberes historicamente construídos, supõe que o/a estudante é sujeito ativo na construção do seu próprio conhecimento e que a ação docente não poderá prescindir da problematização da realidade, da interdisciplinaridade no trato com os conhecimentos e da dialogicidade necessárias à construção de uma relação pedagógica que contribua com o desenvolvimento e a constituição da autonomia discente. Nessa perspectiva, distancia-se da ideia de transmissão de conhecimentos, de imposição de valores e diferencia-se daquela concepção por meio da qual o conhecimento é entendido como algo pronto e acabado, permanentemente válido, universal e incontestável.

Por sua vez, a prática pedagógica, compreendida como uma dimensão da prática social mais ampla, ganha materialidade ao se tornar reflexiva e tem na pesquisa a concretização da relação entre teoria e prática que deve compor os processos de ensino e de aprendizagem, caracterizados na ação docente e discente.

Por outro lado, a extensão constitui uma forma de interação e socialização de conhecimentos entre a universidade e a comunidade na qual se insere. Representa uma etapa do processo de construção e disseminação de saberes que complementa juntamente com a pesquisa e o ensino, a tríade definida como função prioritária da universidade. Trata-se de um processo de troca, em que a universidade aprende sobre os valores e a(s) cultura(s) da comunidade, devendo, por conseguinte, planejar e executar as atividades de extensão com o objetivo de dialogar com a sociedade da qual emergem as problemáticas sobre as quais as pesquisas se debruçam, visando encontrar respostas aos problemas formulados na e pela sociedade. Nesse sentido, compreende-se a pesquisa como prática teórica que vincula pensamento e ação, e que emerge de um problema gerado da vida prática. Trata-se de uma atividade intencional que investiga o mundo e a experiência – passada e atual – da humanidade, com vistas a solucionar problemas e intervir na realidade. De igual modo, a pesquisa e a extensão (re) alimentam a atividade de ensino, colocando-a em atualidade frente à realidade cotidiana do mundo.

Deste modo, o entendimento na/da UFPE é que a produção acadêmica dos/as estudantes deve ser incentivada, promovendo-se ao máximo a sua participação nos projetos de iniciação científica, em congressos, seminários, encontros de pesquisas, e demais atividades acadêmicas nas quais possam estar vivenciando o movimento de articulação entre os conhecimentos científicos historicamente acumulados e a dinâmica e complexidade da realidade cotidiana. Com isso a Universidade alinha-se à estratégia do PNE de “fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País”. (BRASIL, 2014)⁶.

5.1.4. Concepção de Ensino

A concepção de ensino de uma instituição formadora expressa o projeto de sociedade em curso em determinado momento histórico. Diz sobre a maneira como a IES concebe a atuação social dos sujeitos, as relações em sociedade e a democratização do conhecimento, ou seja, revela a intencionalidade e o envolvimento com um projeto de transformação social em que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento, tais como o conhecimento filosófico, ético, estético, religioso, de senso comum, entre outros. Nesse sentido, alinha-se a Santos (2010, p. 76) quando o autor chama atenção para o fato de que “a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento”.

Assim, em contraposição a essa concepção de conhecimento único e universal, a compreensão que ancora o trabalho na UFPE argumenta em favor de um processo educativo que considere o conhecimento como produção histórica, reconhecendo sua condição de provisoriedade, bem como a condição de inacabamento do ser humano que o produz, nos vários espaços de suas vivências cotidianas.

A princípio, parece consenso entre educadores que “o objetivo da ação educativa, seja ela qual for, é ter interesse em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e

coletivamente”, como afirma Luckesi (2000, p. 121)⁸. No entanto, esse objetivo diz da relação que se estabelece entre a docência e a produção e disseminação do conhecimento. Implica compreender que a construção do conhecimento não se processa de forma linear e fragmentada, antes supõe um permanente diálogo entre áreas do saber e entre diferentes saberes, como suporte a uma perspectiva de ação interdisciplinar.

Nessa mesma direção, a ação interdisciplinar, por sua natureza essencialmente dialógica, não pode prescindir da flexibilização que deve perpassar os currículos dos vários cursos, como possibilidade de favorecer a mobilidade acadêmica, a correção de fluxos interrompidos ou espaçados e a vivência de situações de ensino diversificadas. Assim sendo, com vistas ao alcance da meta 12 antevista no Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, que prevê a elevação da taxa de matrícula no ensino superior, uma das estratégias é “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior”. (BRASIL, 2014)⁹.

Com esse entendimento, a UFPE concebe o ensino como processo de mediação da relação que se estabelece entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido. Supõe interação e compartilhamento de saberes, apoiados no rigor metodológico que essa mediação requer. Trata-se de uma ação que demanda planejamento e organização da atividade docente com vistas ao processo de ensinagem. Nesse sentido, ao professor não caberia a transmissão de conhecimentos, uma vez que não se concebe o conhecimento como objeto de transmissão, mas como uma construção dos sujeitos.

Assim sendo, ao professor compete a problematização de situações que possam provocar o estudante a buscar respostas para questões que emergem da realidade socioeconômica e político-cultural e, portanto, dizem respeito a sujeitos concretos, aos quais devem ser oportunizadas experiências curriculares interdisciplinares e flexíveis, visando à garantia de acesso amplo e inclusivo.

Dessa forma, as respostas aos problemas formulados poderão/deverão ser construídas com base nos conteúdos acadêmicos em articulação com a realidade cotidiana de sujeitos comuns, entendendo-se que “a educação é antes de tudo um ato político sério, um processo que se direciona para finalidades que estão intrinsecamente envolvidas com valores que embasam a formação técnica e cidadã” (MELO, 2008, p. 153)¹⁰.

Trata-se ainda de pensar o ensino apoiado em uma relação dialógico-problematizadora que contribua para a construção de conhecimentos científicos, mas também de valores e

⁸ LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 17 edição. São Paulo: Cortez, 2005.

⁹ BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Publicado no DOU de 26.6.2014 - Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 18 de setembro de 2014.

¹⁰ MELO, Márcia M. de Oliveira. *Influências das crises da sociedade sobre o currículo e a docência universitária e as necessidades de rupturas epistemológicas e pedagógicas nessas práticas*. In: CORDEIRO, Telma Santa Clara; MELO, Márcia M. de Oliveira. *Formação e docência do professor universitário: um debate em construção*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

atitudes necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais cidadã. Nesta perspectiva, a estratégia geral do ensino seria a de proporcionar ao estudante ajuda no processo de desenvolvimento de um pensamento autônomo, crítico e criativo. Aos professores cabe proporcionar a orientação necessária para que os objetivos possam ser explorados pelos estudantes sem oferecimento de soluções prontas. De acordo com este entendimento, a essência da educação é a dialogicidade, por meio da qual educador e educando tornam-se sujeitos de um processo em que crescem juntos. Nesta perspectiva, o conhecimento deve ser entendido como uma transformação contínua e não transmissão de conteúdos programados.

É importante destacar que tomamos o ensino enquanto movimento curricular como aquele que é vivenciado no contexto da prática de ensino. Nesse sentido, elucidamos que o currículo como contexto da prática se corporifica nas práticas docentes que perpassam as relações sociais no espaço escolar e/ou acadêmico, sendo materializado pelos alunos e professores das instituições, especialmente os professores e alunos no âmbito da sala de aula, evidenciando a historicidade e a intencionalidade do processo formativo (Souza Júnior, 2007). Assim, o contexto da prática está relacionado com o que se diz, com o que se pensa, com o que se pode dizer, onde se pode dizer e com que autoridade se pode fazer (Ball, 2006). Assim, partimos da compreensão do ensino na dimensão do entendimento da inconclusão e incompletude da teoria e da prática. Dessa forma, não há teoria que seja conclusiva e que se baste a si mesma, da mesma forma que não há prática que esteja acabada ou pronta.

Então, a indissociabilidade entre a teoria e a prática possibilita a atualização reflexiva de ambas e intensifica o processo de construir sentidos sobre a identidade profissional do professor e, conseqüentemente, sobre seu exercício profissional. Neste sentido, o ensino não se limita, nem se constitui, unicamente, pela dinâmica de acumulação de teorias e de práticas. O ensino possui, como um de seus elementos fundantes, a reflexão crítica sobre ambas. Essa reflexão crítica se materializa na construção e (re) construção da teoria e da prática.

É então necessário que o ensino se constitua em processos nos quais sejam estabelecidas, constantemente, relações entre o cotidiano das IES e das escolas. E o movimento entre o cotidiano das IES e a educação básica.

5.1.5. Prática Pedagógica

De acordo com Souza (2006), a prática pedagógica pode ser compreendida como uma práxis que se caracteriza pela intencionalidade pela qual as ações são dirigidas de maneira coletiva e institucionalizadas. Além disso, a prática pedagógica se constitui pela relação e dinamicidade de outras práticas que a compõem, a saber: a prática gestora, a prática docente, a prática discente e a prática epistemológica. Assim, entende-se que a prática docente, que é desenvolvida pelo professor, é uma das dimensões da prática pedagógica.

A prática de ensino constitui-se de movimentos que possibilitam diálogos entre: a teoria e a prática; o pensar e o fazer; o campo de formação e o campo de atuação. Por isso, configura-se como contexto de produção de sentidos sobre aquilo que fundamenta a prática pedagógica e docente na dinâmica de sua materialização. Dessa forma, na vivência da prática de ensino tanto se ressignifica a teoria quanto a prática no espaço-tempo da formação das (IES) e no espaço-tempo da atuação profissional. É neste

sentido que é importante garantir uma sólida base teórica e uma diversidade de experiências no campo de atuação profissional. A ideia de prática em movimento nos leva a compreender que o campo da formação inicial não se restringe às IES. O ciclo do movimento de ensino, da vivência curricular, se completa no diálogo reflexivo e transformador entre a sólida base teórica e as experiências do campo profissional. Esse diálogo reflexivo e transformador contribui para dar início à constituição da identidade profissional do professor e de sua prática pedagógica e docente. Nessa discussão, faz-se necessário elucidar o entendimento sobre a prática pedagógica e a prática docente.

Diante disto, a relação da teoria e da prática não é de oposição, mas uma relação imbricada de elaboração e constituição de saberes, na medida em que se atua sobre a prática, embasando-se pela teoria, e que se produz teorização sobre o que é vivido no contexto da prática. Desse modo, os alunos e professores, ao relacionar as concepções sobre o ensino, estudadas e discutidas no âmbito da formação, no ensino superior, com a sua realidade no campo de atuação, destaca que, no que se refere à formação docente, há a possibilidade de superação de algum modo das perspectivas tradicionais de formação, além de apresentar que relação teoria e prática possibilita que os alunos passem a refletir sobre o que é prática, como se constitui sua prática e como vivenciar um processo de repensar a prática, no processo de profissionalização docente.

Neste sentido, entendemos a prática como possibilidade de trazer a concreticidade das situações-problema do campo de trabalho para a formação de professores objetivando que seus desafios possam efetivamente ser discutidos, interpretados e reinterpretados tomando como lente a teoria. Assim, não consideramos que a prática seja entendida só como caráter utilitário e única fonte do saber, e como posto pelos teóricos do movimento que questionou a importância da construção teórica considerando o ato educativo como um fazer da prática, em que o currículo tem o papel de procurar ações apropriadas à resolução dos problemas que decorrem dessa mesma prática.

Acreditamos no movimento reflexão-ação-reflexão da prática reflexiva no qual o conhecimento tácito seja respeitado sem, no entanto, desconsiderar o conhecimento social e historicamente produzido. É, pois, no quadro destas ideias que reconhecemos a prática pedagógica e nela a prática de ensino que envolve e requer uma reflexão em torno do uso das tecnologias da informação e da comunicação no ensino.

5.1.6. Uso das tecnologias da informação e da comunicação no ensino

Definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, com objetivo comum e utilizado de forma integrada, as TICs (tecnologias da informação e comunicação) são utilizadas nos mais diferentes ramos de atividade, nas mais diferentes áreas e vão se interligando, também, à atividade educativa (nos processos de ensino e de aprendizagem, na educação à distância, na mobilidade virtual). Dessa forma, a tecnologia se faz presente no meio universitário, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos, seja por meio de projetos envolvendo educação e tecnologia.

O uso de TICs foi potencializado nos diferentes campos pela popularização da internet. Através desse conjunto de redes, novos sistemas de comunicação e informação foram

criados. Ferramentas como chat, e-mail, fóruns de discussão on-line, agenda de grupo, comunidades virtuais, instagram, videoconferência, WhatsApp, entre outros, permitiram trabalho colaborativo entre pessoas, entre profissionais geograficamente distantes e, por conseguinte, a construção de novos conhecimentos revolucionando os relacionamentos humanos e tornando a aprendizagem mais significativa.

A área educacional é beneficiada com o uso de TICs não só por potencializar os processos de ensino e de aprendizagem, presencial ou não, mas também por permitir inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. A difusão das TICs no ensino superior promove mudanças não só na esfera pedagógica, associação de cursos presenciais com parte em EAD (educação à distância), mas também nas atividades administrativas assim como nas modalidades de gestão nas universidades, esse último percebido ultimamente na UFPE com a implementação do SIPAC. A discussão não está em usar ou não as TICs no ensino superior, mas nas formas de uso das mesmas por professores e alunos. A escolha das ferramentas digitais deve ser definida com as metodologias apropriadas ao perfil dos alunos e aos seus estilos cognitivos. A finalidade fulcral desse processo é, sem dúvida, a procura de resultados “mais rápidos” e eficientes, e, melhoria nas performances dos envolvidos nos processos de ensino aprendizagem. De acordo com COLLIS (1996), novas oportunidades aparecem, e a integração de recursos pedagógicos e tecnológicos permite aumentar a flexibilidade da aprendizagem, melhorar a comunicação entre professores e alunos e reforçar a interação entre os docentes. Todavia, é necessário estabelecer critérios de escolhas das ferramentas apropriadas entre as TICs educativas disponíveis. Afinal, o uso dessas tecnologias muda a maneira com a qual os professores desenvolvem as suas atividades, num fazer diferente.

É importante destacar que além de investimento na infraestrutura em TICs pelas IES, observação de aspectos metodológicos dos docentes dos diferentes cursos nas escolhas de ferramentas, há um aumento na carga de trabalho do professor do ensino superior. O docente investirá na incorporação das TICs na sua vida profissional (papel de investidor em sua própria formação), nas suas aulas e, de forma conjunta, no planejamento, no currículo do curso, para que as TICs não sejam complemento ou aparato marginal. O docente irá inteirar-se das novas possibilidades de trabalho, cobrir o programa definido, realizar as atividades de pesquisa e de produção acadêmica.

As inovações oriundas do uso das tecnologias da informação e da comunicação tornam-se parte de um conjunto de relações, e ao fazerem isso dificultam a distinção entre o que é tecnológico e o que é social. Desse modo a construção do conhecimento é pensada como atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge, sem negar as condições históricas e culturais de sua produção.

5.1.7. Concepção de Aprendizagem

A compreensão de aprendizagem que ancora o trabalho na UFPE argumenta a favor de um processo educativo que considera o conhecimento como produção histórica, necessariamente provisória e atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge. Sem negar as condições sócio-culturais dessa produção, realça a condição de inacabamento do ser humano que a produz em diferentes espaços de suas vivências cotidianas. Implica, portanto, admitir que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento,

tais como o conhecimento filosófico, ético, estético, religioso, de senso comum, entre outros.

De acordo com esse entendimento, aprender é muito mais do que memorizar ou reproduzir discursos veiculados nos textos orais e escritos disponibilizados aos estudantes durante a formação acadêmica. Aprender representa uma ação, ao mesmo tempo, individual, cognitiva, social, cultural, racional e afetiva que, envolvendo condições internas e externas, resulta na reestruturação dos esquemas mentais do estudante. Aprender é, ainda, o exercício de relacionar, problematizar, mobilizar campos conceituais diversos no enfrentamento de situações implicadas na vida, e além da racionalidade, envolve a intuição, a sensibilidade, e as subjetividades dos seus produtores.

A aprendizagem, portanto, consiste na construção e reconstrução de esquemas interpretativos, com base nos conhecimentos e representações construídos pelo estudante através de suas experiências acadêmicas e extra-acadêmicas. Trata-se de um processo de mediação entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido, visto que supõe interação e compartilhamento em via de mão dupla; uma ação dinâmica e ativa dos sujeitos aprendentes: professores e estudantes, a partir da organização da atividade docente em espaços formativos de aprendizagem, com estratégias didáticas adequadas ao contexto e aos grupos, em particular, contemplando interesses, estilos, contextos de aprendizagens diversos, ritmos de aprendizagem diferentes; pluralidade e diversidade de sujeitos; organização de formas de trabalhos distintos para um mesmo grupo de alunos/as; variedade e multiplicidade de circunstâncias do cotidiano e experiências acumuladas.

As práticas pedagógicas orientadas por essa concepção de conhecimento e de aprendizagem passam a realçar conteúdos desafiadores que assegurem a flexibilização dos percursos formativos; experiências socioculturais que facilitem a produção acadêmica e referenciem a inserção dos sujeitos no mundo. Nessas práticas, o erro não é concebido como algo a ser punido. Diferentemente, deve ser explorado como mais uma possibilidade de aprendizagem porque permite instaurar o conflito cognitivo que favorece saltos e avanços no desenvolvimento cognitivo e social do estudante.

5.1.8. Concepção de Avaliação

Essa concepção de aprendizagem como processo de construção pessoal do sujeito que aprende a partir de sua interação cognitiva, social, cultural e afetiva como os objetos e conteúdos de aprendizagens, exige que sua avaliação se alinhe aos seus fundamentos, sendo, portanto, compreendida como uma prática educativa de acompanhamento e regulação do percurso de construção das aprendizagens dos estudantes ao longo de sua formação acadêmica, tendo em vista o avanço gradativo do seu nível de qualidade. Trata-se de um processo formativo dialógico, orientado por princípios, que exige a comunicação e a cooperação entre professores e estudantes.

O princípio da negociação orienta o processo de interpretação dos sentidos e significados que vão sendo paulatinamente construídos pelos estudantes em conexão com suas redes de conhecimentos prévios e aprendizagens significativas. Aos professores avaliadores cabe negociá-los, confrontando-os com os convencionais sistematizados pela ciência, arte, ética ou estética. Esse processo de negociação exige uma ação compartilhada entre todos que participam do processo de avaliação.

Nesse sentido, a prática avaliativa é também orientada pelo princípio da cooperação entre professores, estudantes e coletivos de pares recomendando que ela não se restrinja apenas à heteroavaliação, mas inclua também procedimentos sistemáticos de autoavaliação e coavaliação compartilhando diferentes olhares e juízos avaliativos.

Evidentemente, ao considerar a possibilidade de múltiplas interpretações, a avaliação das aprendizagens precisa ser flexível, o que não implica em negligência. Muito pelo contrário, o princípio da flexibilidade suaviza a rigidez avaliativa, mas impõe a necessidade de cuidado para com as aprendizagens dos estudantes no sentido de acompanhar e orientar seus processos construtivos e seus resultados para que, dessa forma, elas sejam efetivas e de qualidade.

Considerando que as aprendizagens de conceitos, fatos, procedimentos e atitudes ocorrem ao longo de um processo interativo que inclui acertos e erros construtivos ou convencionais, a avaliação necessita ocorrer continuamente, acompanhando os desdobramentos desse processo, com o compromisso de buscar sua constante melhoria. O princípio da continuidade recomenda que ela não seja uma ação pontual e esporádica vinculada a determinado período letivo. Ele orienta para que ela seja uma ação contínua, sistemática, planejada, incluindo a construção e aplicação de instrumentos avaliativos específicos e adequados.

O processo avaliativo também requer o exercício do princípio da diversidade. Recolher uma série de informações e dados das aprendizagens dos estudantes é fundamental para que os professores avaliadores possam programar as estratégias didáticas, bem como os critérios, as técnicas e os instrumentos de avaliação necessários a uma competente orientação pedagógica. Testes ou provas comumente utilizados pela cultura avaliativa predominante são instrumentos de avaliação úteis e necessários, mas, sem dúvida, não precisam ser exclusivos. Outros instrumentos como mapas conceituais, sequências didáticas, inventários de conceitos, de atitudes, de procedimentos e de habilidades, artigos, exercícios de aplicação conceitual, estudo de casos, simulações, construções de protótipos e de maquetes, entre vários outros, podem fazer parte do repertório de instrumentos avaliativos utilizados pelos professores avaliadores.

Essa diversidade de instrumentos para obter as necessárias informações sobre as aprendizagens dos estudantes e possibilitar atribuir suas respectivas pontuações, é imprescindível para que se possa exercer o princípio da cumulatividade da avaliação que implica reconhecer o valor agregado a essas aprendizagens. Faz-se necessária a proposição de novos desafios para que elas se ampliem e se complexifiquem até atingirem o patamar de qualidade desejado.

Por essa razão, as aprendizagens a serem construídas pelos estudantes dos diversos cursos da UFPE precisam ser descritas nos seus respectivos projetos pedagógicos de curso e planos de ensino com a finalidade de cumprirem o princípio da transparência na avaliação, o qual, protegendo o direito do estudante à informação, assegura que cada estudante saiba o que se espera dele em termos de expectativas de aprendizagens, bem como tome conhecimento dos critérios, objetivos, procedimentos e regulamentos avaliativos.

Finalmente, espera-se que o princípio da justiça seja a máxima moral orientadora da cultura avaliativa da UFPE. Toda a nossa comunidade educativa sabe que a prática avaliativa não é neutra visto que representa um julgamento de mérito ou de valor de um

sujeito sobre outro, sendo, portanto, imprescindível a nossa luta e o nosso desejo para que esse julgamento seja legítimo. É consenso o entendimento de que os resultados da avaliação têm repercussão na vida das pessoas, cujos desdobramentos muitas vezes mudam rotas e trajetórias de maneira positiva ou negativa. Nosso compromisso é o de que, através de avaliações justas, possamos interferir positivamente nas vidas de nossos estudantes de forma a favorecer suas conquistas.

Para isso, a proteção dos seus direitos, principalmente, os inerentes à avaliação de suas aprendizagens, precisa ser incorporada urgentemente à nossa cultura avaliativa, como por exemplo, o direito à contestação de critérios avaliativos e o direito ao sigilo, evitando que os resultados das avaliações individuais sejam tornados públicos. Os resultados das avaliações de alto impacto (high stake), podem expor o indivíduo a situações de constrangimento. Por esse motivo devem ser objetos de intimidade e de sigilo porque podem comprometer a sua reputação. Nessa perspectiva, não se recomenda o uso de procedimentos de publicização de notas e de resultados de seleções.

Considerando essas concepções de conhecimento, aprendizagem e avaliação, parece-nos ser recomendável estimular um processo de construção de uma nova cultura avaliativa capaz de preservar e aperfeiçoar a relação entre avaliação, direitos e justiça dignificando a UFPE e o nosso projeto democrático de sociedade e de humanidade.

5.2. Políticas de Gestão Acadêmica

5.2.1. Política de Avaliação Institucional

Seguindo a portaria 2051 de 09 de julho de 2004¹¹, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, definidos pela referida Lei, a UFPE em 14 de julho de 2004, através de Portaria do Reitor, de nº 1291, designou membros para instituírem a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES. Na UFPE, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes, o princípio da autonomia da CPA é respeitado, contudo reconhece-se o Conselho Universitário como foro legítimo de aprovação de suas ações em última instância.

A Comissão Própria de Avaliação da UFPE conta com Regimento Interno, aprovado e publicado no Boletim Oficial Especial 58 de 13 de julho de 2017, e sua composição consta assim descrita: Art. 4º A CPA-UFPE será composta por um Núcleo Gestor (NG) e uma Secretaria Administrativa, sediados em Recife; dois Núcleos de Avaliação (NA), sediado cada um deles nos campi de Vitória de Santo Antão e Caruaru.

Desde a sua criação, a CPA da UFPE vem atuando no acompanhamento aos processos avaliativos externos através da simulação de avaliação e ajuda na autoavaliação dos cursos, cujas orientações e acompanhamento estão sob a responsabilidade das coordenações de Graduação e de Avaliação de Cursos da Diretoria de Desenvolvimento

¹¹ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2051 de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/32>. Acesso em 19.09.2014.

do Ensino (DDE) da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), bem como da Diretoria de Avaliação e Planejamento Institucional – DAP – PROPLAN¹².

Cabe à CPA da UFPE a coordenação da elaboração do Relatório anual de autoavaliação inserido anualmente no sistema e-MEC.

5.2.2. Política de Avaliação de Cursos

A avaliação de cursos é entendida na UFPE como uma oportunidade de interlocução com pares externos à IES para um diálogo específico e aprofundado sobre os saberes de uma determinada formação profissional com a qual se compromete e para a qual busca cada vez maior qualificação.

Assim, seja a comissão de avaliação recebida por ocasião das visitas in loco, pelos avaliadores do INEP/MEC, seja a documentação encaminhada para atendimento às demandas do MEC, o atendimento às demandas advindas do ENADE ou ainda a possibilidade de um credenciamento de quaisquer outra ordem, todos os processos avaliativos externos constituem procedimentos através dos quais a Universidade busca a excelência na formação que oferece, tendo clara a sua missão em relação à construção de conhecimentos e de competências e à formação de pessoas.

Com essa finalidade, a UFPE realiza um trabalho de apoio à avaliação dos cursos por meio de duas coordenações integrantes na Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), que se encarregam do acompanhamento e orientação aos cursos com vistas à qualificação dos processos formativos, bem como ao atendimento às exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em cujo centro estão os aspectos relativos ao ensino, pesquisa, extensão, à responsabilidade social da IES, à gestão da instituição e ao corpo docente.

A Coordenação de Graduação, objetivando qualificar os currículos dos diversos cursos da UFPE, realiza um trabalho de acompanhamento à elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), orientando em relação às exigências de atendimento à demandas sociais postas aos cursos e de cumprimento aos dispositivos legais regulamentadores das diversas formações profissionais que oferece. A referida coordenação constitui um canal de diálogo com os cursos e possibilita uma assistência direta aos seus coordenadores, aos chefes de departamentos e aos professores em geral.

A Coordenação de Avaliação de Cursos de Graduação adota uma agenda de acompanhamento aos processos avaliativos do SINAES, que inclui as visitas in loco para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Trabalha na realização de um permanente diálogo com os coordenadores e com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, no sentido de acompanhar mudanças, atualizações e ajustes feitos

¹² A Portaria Normativa nº 18, de 29 de julho de 2020, do Reitor, aprovou a estrutura regimental da PROGRAD, e dentre outras unidades, estabeleceu as atribuições da Coordenação de Avaliação dos Cursos de Graduação e da Coordenação Didático-Pedagógico dos Cursos de Graduação, da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, da Pró-Reitoria de Graduação. A DEPLAG, por sua vez, foi regulamentada por meio da Portaria Normativa nº 27, de 31 de julho de 2020.

nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), dos vários Centros Acadêmicos. Acompanha os trabalhos das comissões do INEP responsáveis pela avaliação in loco através da realização de reuniões com os cursos, recepção à comissão, acompanhamento dos resultados da avaliação, leitura dos relatórios das referidas comissões e respostas às diligências do MEC; Atua em interlocução com a Comissão Própria de Avaliação nas questões relativas à avaliação dos cursos.

5.2.3. Política de Educação Inclusiva

As políticas para a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) têm sido gradativamente definidas e fortalecidas nesta Instituição de Ensino Superior, nos últimos anos. Nesse sentido, a criação do Núcleo de Acessibilidade (NACE), em junho de 2014, representa um marco em termos de política de educação inclusiva, institucionalizando-se ações voltadas à inclusão e definindo-se um setor responsável por promover a acessibilidade e a inclusão educacional, em parceria com os diversos setores da universidade.

Essas ações se voltam para um público de estudantes e servidores (docentes e técnico-administrativos) que apresentem deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; Transtorno do Espectro Autista (TEA); altas habilidades ou superdotação; transtorno específico da aprendizagem, a saber: dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou mobilidade reduzida.

De uma forma geral, a educação inclusiva pode ser considerada como uma questão de direito e de atitudes. No tocante ao direito, apoia-se em uma extensa legislação que garante à pessoa com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas o acesso e permanência na instituição educacional em condições de equidade com os demais estudantes. No tocante às atitudes, no entanto, ainda se encontra em processo de consolidação tendo em vista a existência de preconceitos e de um grande desconhecimento com relação a essas pessoas.

Com base na Lei nº 13.409/2016, que altera a Lei nº 12.711/2012 no que tange a reserva de vagas para estudantes com deficiência, a UFPE começou a receber esses estudantes através de cotas a partir de janeiro de 2018. Tal política intensificou a demanda por acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência, ação que foi beneficiada pela ampliação do número de profissionais da equipe técnico especializada do Núcleo de Acessibilidade (NACE). Em agosto de 2018, segundo levantamento do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)¹³, havia 308 (trezentos e oito) estudantes com deficiência, 23 (vinte e três) docentes e 49 (quarenta e nove) técnico-administrativos em educação.

Na UFPE, ações têm sido realizadas de forma a favorecer a criação de uma cultura inclusiva na Instituição, buscando-se a difusão do conhecimento sobre as deficiências e

¹³ Atual STI. Vide notas anteriores.

a sensibilização da comunidade acadêmica. De fato, a dimensão atitudinal da acessibilidade influencia sobremaneira a dimensão educacional ou pedagógica, uma vez que determina as relações - positivas ou negativas – estabelecidas com as pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas na Instituição.

De forma a garantir a permanência desse público na UFPE, esforços têm sido envidados para se instituir uma política voltada ao atendimento em acessibilidade e inclusão educacional. Isso envolve a adoção de estratégias e procedimentos institucionais para a identificação de estudantes e acompanhamento pedagógico individualizado, tais como: recursos didático-pedagógicos adequados; recursos de tecnologia assistiva e adaptação no ambiente de trabalho; orientação e mobilidade; adaptação das atividades avaliativas; oferta de tradutor e intérprete de Libras; leitor; transcritor e outros apoios especializados que se julgarem necessários, conforme a especificidade apresentada.

Diante do exposto, destacam-se as principais metas para a promoção de políticas de educação inclusiva na UFPE para os anos de 2019 a 2023:

1. Formação continuada de docentes e de técnicos-administrativos, com vista ao aperfeiçoamento e atualização sobre temas referentes à educação inclusiva e acessibilidade;
2. Atualização dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação ofertados pela UFPE, os quais devem abordar conteúdos que versem sobre pessoas com deficiência, inclusão e acessibilidade, contribuindo com a qualificação de profissionais sensíveis às mais variadas condições de deficiência e fornecendo bases para uma atuação inclusiva nos mais diversos setores do mercado de trabalho;
3. Mapeamento das condições de acessibilidade física do acesso às edificações da UFPE;
4. Fortalecimento núcleos de acessibilidade no Interior para busca da excelência no atendimento às pessoas com deficiências;
5. Estabelecimento de programas de apoio pedagógico para estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas;
6. Organização de atividades e eventos sobre acessibilidade para informar e sensibilizar a comunidade acadêmica;
7. Orientação aos coordenadores de curso e professores de graduação e pós-graduação sobre adequações didático-pedagógicas em consonância com as singularidades dos estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas;
8. Instituição de repositório de acervo acessível de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Pernambuco reafirma seu compromisso social para instituir as práticas necessárias à inclusão de pessoas com deficiência nessa IES.

5.2.4. Política de Ensino

O estágio é concebido como principal instrumento de integração entre os diversos cursos e seus respectivos espaços formais de trabalho. Em sintonia com esse entendimento, a UFPE tem trabalhado sob a orientação de uma perspectiva ampliada, preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que define como estratégia “ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior” visando o atingimento da meta 12 que prevê, conforme citado anteriormente:

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014)⁶.

A concepção de estágio na UFPE articula a formação oferecida nos cursos de graduação às diferentes possibilidades de formação disponibilizadas em campos de prática no mundo do trabalho onde o aluno exercerá suas atividades. Busca-se com isso enfrentar os desafios postos pelo "aprender a fazer", ou seja, buscando favorecer a aprendizagem pela praxis. Neste aspecto, a UFPE deverá propiciar para alunos e professores o apoio institucional necessário para essas atividades, que deverão incluir as aulas de campo, as aulas práticas, as visitas técnicas, a educação tutorial e o estágio.

Nesse sentido, entendemos que atrelar a formação propiciada pela universidade à formação proporcionada pelo mundo do trabalho favorece a formação cidadã do aluno. Possibilita a compreensão sobre sua futura inserção profissional no mundo das políticas públicas, no mundo das relações de trabalho e trabalhistas e, em consequência, no mundo daqueles para os quais a sua formação deverá estar voltada, tendo como meta o aperfeiçoamento e a dignidade humana.

O estágio, em razão de sua importância estratégica nesse processo, deverá estar previsto nos PPC de todas as graduações da UFPE, na sua forma obrigatória e não obrigatória; inclusive reconhecendo as possibilidades geradas pelos programas de mobilidade nacional e internacional, quando a perspectiva conceitual das proposições é atender ao aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos seus alunos.

Para tanto, a UFPE deverá assegurar os mecanismos institucionais relativos à prospecção, regulamentação e avaliação dessas atividades, inclusive, por meio virtual, integrando dessa forma os diversos atores envolvidos no processo. Deverá também estruturar-se como concedente de estágios para outras IES nacionais e internacionais. Desta forma, nos próximos anos será necessário aprofundar e consolidar o diálogo entre os concedentes de estágio, de modo a garantir a qualidade desta ferramenta para todos os cursos da UFPE.

A UFPE deverá também manter, consolidar e ampliar os programas que potencializem a educação tutorial como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), nas suas diferentes modalidades; bem como aqueles que inserem os alunos dos cursos de graduação em seus campos do trabalho, propiciando um ganho recíproco, a

partir da permanente interlocução entre a formação acadêmica e os campos de prática onde esses alunos atuam, notadamente na saúde e na educação, em especial, por meio do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Por sua vez, o Programa de Monitoria da UFPE constitui um espaço de aprendizagem, proporcionado aos alunos dos cursos de graduação, visando o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino de graduação. Este programa tem como objetivos:

Contribuir para a melhoria do ensino de graduação;

Propiciar o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas;

Facilitar as relações didáticas entre docentes e discentes;

Ampliar a participação do discente de graduação na vida acadêmica, através de atividades pedagógicas relacionadas ao ensino;

Possibilitar o aprofundamento teórico/prático dos conhecimentos relacionados à área específica da monitoria.

O programa está estruturado do seguinte modo: a coordenação geral de monitoria está na Coordenação de Apoio Acadêmico, da Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), que compõe a PROACAD. Em cada Centro Acadêmico da UFPE há um coordenador geral de monitoria, e em cada Departamento há um professor coordenador.

A monitoria pode ser concedida na modalidade bolsista e voluntária. Quando concedida com bolsa, a monitoria impede que o aluno acumule com quaisquer outras bolsas, como, por exemplo, com bolsa de iniciação científica, uma vez que a única bolsa que pode acumular com outras é a bolsa de manutenção acadêmica.

O crescimento dos cursos na UFPE a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como o ingresso de 50% de cotistas impulsionou a necessidade de mais bolsas de monitoria, fazendo com que a UFPE passasse de 900 em 2014 para as atuais 1468 bolsas de monitoria, distribuídas entre seus três campi: Recife, CAA e CAV. A ampliação do número de bolsas está distribuída entre os três campi conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2: Oferta de Bolsas de Monitoria, por Campus. 2014-2018

Campus	Bolsas 2014	Ampliação de Bolsas 2012-2014	Bolsas 2018
Recife	728 (80,9%)	462	1190(81,7%)
Caruaru	60 (6,7%)	54	114(7,8%)
Vitória de Santo Antão	112 (12,4%)	-40	152(10,4%)
EAD	-	3	3(0,2%)
Total	900 (100%)	568	1468

Esse aumento contou com o trabalho desenvolvido pela comissão de monitoria, formada desde 2012, com o objetivo de discutir as condições de oferta de bolsas. Os resultados

apontados por esse trabalho observou a necessidade do aumento de bolsas em função da criação de novos cursos.

No Campus Recife, a distribuição das bolsas de monitoria por Centro Acadêmico, excluindo o EAD, revela percentuais de alocação que vão de 1,6% a 25,6% e traduzem diferenças significativas no número de bolsas disponibilizadas, como mostra a Tabela 3. Essas diferenças podem ser explicadas de um lado pela quantidade de alunos e, de outro lado pela grande necessidade de monitores nas aulas práticas, por exemplo, para os cursos do CCS.

**Tabela 3: Quantidade de Bolsas de monitoria por Centro.
2018**

Campus	Centro	Quantidade bolsas	% Bolsas
CARUARU	CAA	114	7,8
EAD	EAD	3	0,2
RECIFE	CAC	108	7,4
RECIFE	CCB	138	9,4
RECIFE	CCEN	24	1,6
RECIFE	CCJ	43	2,9
RECIFE	CCS	372	25,3
RECIFE	CCSA	74	5,0
RECIFE	CE	67	4,6
RECIFE	CFCH	130	8,9
RECIFE	CIN	65	4,4
RECIFE	CTG	178	12,1
VITÓRIA	CAV	152	10,4
Total		1468	100,0

5.2.5. Política de Inovação no Ensino

A busca por inovação no ensino de graduação na UFPE tem sido motivada pela constante necessidade de qualificação do ensino superior, adequando-o às necessidades da sociedade contemporânea considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos.

Práticas e metodologias inovadoras são muito mais raras na Educação Superior do que em outros níveis de ensino. Segundo Zabalza (2006)¹⁴ "na recente tradição universitária, a docência em si mesma não constituía um assunto relevante para a universidade, como instituição. Estando garantida a presença dos alunos, não existia nenhuma pressão para justificar a qualidade do processo formativo". Para este autor (op cit), a Didática Universitária, e as atividades realizadas por professores da educação superior em sala de

¹⁴ ZABALZA, M. A. *Uma nova didáctica para o ensino universitário: respondendo ao desafio do espaço europeu de ensino superior*. In: *Sessão Solene comemorativa do Dia da Universidade – 95º aniversário da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, mar/2006.

aula, laboratórios e outros espaços de ensino, é bem mais desvalorizada do que as demais atividades que o docente universitário desenvolve, como pesquisa e extensão.

Essa realidade, contudo, está se modificando, considerando-se a importância da formação profissional dos alunos e a necessidade de refletir sobre o tipo dessa formação e o papel da pedagogia nesse processo. Dessa forma, considerar o sujeito aprendente como principal ator nesse processo, como já vem ocorrendo há mais tempo na educação básica, passou a ser preocupação também dos professores universitários. E considerar esse processo formativo requer pensar percursos e estratégias de ensino, condizentes com o contexto social e tecnológico em que vivemos.

Diversos professores, já conscientes dessa realidade, buscam desenvolver práticas diferenciadas do tradicional ensino bancário (FREIRE, 2002)¹⁵ e sugerem estratégias mais colaborativas entre os estudantes e outras práticas que promovam uma construção e apropriação significativa dos conteúdos, habilidades e competências necessárias para a formação profissional e humana de seus alunos.

Nesse sentido, a UFPE, através da sua Coordenação para Acompanhamento das Atividades Docentes e Inovação Pedagógica (PROACAD/DDE)¹⁶, tem procurado conhecer e socializar as práticas inovadoras já desenvolvidas por seus docentes, buscando motivar os professores em geral na busca por uma formação mais significativa e humanizadora.

O conceito de inovação pedagógica na UFPE se alinha com o referencial de Cunha (2008)¹⁷ que estabelece que a "inovação pedagógica requer uma ruptura necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade. Ainda neste sentido, não apenas considera a inclusão de novidades e tecnologias, mas também, uma mudança na forma de entender o conhecimento." Cunha (2008)¹⁹, considera como características inovadoras:

- a ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender;
- a gestão participativa com a atuação dos estudantes na definição de percursos e critérios no ensino;
- a reconfiguração de saberes, procurando uma compreensão integradora dos fenômenos humanos e da natureza, incluindo também no ensino competências como arte e vivências pessoais;
- a reorganização da relação entre a teoria e a prática, valorizando esta última como uma leitura da realidade;

¹⁵ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁶ Essa Coordenação foi redefinida nos termos da Portaria Normativa nº 18, de 29 de julho de 2020.

¹⁷ CUNHA, Maria Isabel da. *Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária*. Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2008.

- a modificação da percepção da concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência no ensino/aprendizagem;
- a mediação do docente assumindo relações sócio-afetivas com os alunos como condição de aprendizagem significativa (subjetividade, conhecimento);
- o protagonismo como condição para aprendizagem significativa, reconhecendo que tanto estudantes quanto professores são sujeitos da prática pedagógica estimulando a produção de conhecimento pelos estudantes.

A UFPE vem desenvolvendo anualmente para promoção da inovação pedagógica no ensino da graduação, o edital para Melhoria e inovação da graduação que incentiva projetos propostos por docentes com vistas ao desenvolvimento de atividades/práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a integração de cursos e disciplinas, e ações de ensino, pesquisa e extensão. Em 2014, a UFPE definiu um conjunto de metas para especialmente estimular a inovação pedagógica na graduação, que vem ocorrendo desde então:

- Realização de uma semana de formação pedagógica para socialização de práticas inovadoras na UFPE, trazendo expoentes externos da área de inovação no ensino superior e promovendo workshops para apresentação e reflexão de relatos dos docentes da UFPE sobre suas práticas;
- Proposição de um edital do Programa do Livro-texto para estímulo da produção de material didático para suporte às práticas inovadoras;
- Planejamento contínuo de propostas de formação para os/as professores/as da UFPE sobre inovação pedagógica, em parceria com o NUFOPE (Núcleo de Formação Continuada e Didático-pedagógica dos Professores da UFPE)¹⁸;
- Realização de cursos de formação para professores/as da UFPE;
- Planejamento para a flexibilização e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, no que concerne às suas metodologias de ensino propostas.

5.2.6. Política de Gestão do Ensino

A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD)¹⁹ é a instância responsável pelos assuntos referentes ao ensino de graduação da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como responsabilidade garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pela instituição e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e de extensão.

Compete à Pró-Reitoria a coordenação das políticas de ensino e da docência nos cursos de graduação, visando à sua qualificação e o controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e à documentação, além de gerenciar os programas e

¹⁸ NUFOPE UFPE. Núcleo de Formação Continuada Didático-pedagógica dos Professores da UFPE. <http://nufope.blogspot.com.br/p/objetivos.html>. Acesso em 07.08.2014.

¹⁹ Atual PROGRAD. Vide notas anteriores.

ações de assistência e permanência estudantil, a coordenação de apoio acadêmico e a coordenação da Divisão do Corpo Discente.

A PROACAD atua em conjunto com a Câmara de Graduação e Ensino Básico (CGEB), os Colegiados dos Cursos de Graduação, as Câmaras de Graduação dos Centros Acadêmicos, além de Comissões de Trabalho em temas específicos. A PROACAD tem assento no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e no Conselho Universitário.

Sua estrutura organizacional comporta três diretorias: a Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) e a Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura Acadêmica (DIGI)²⁰.

A Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) está organizada com quatro coordenações: a Coordenação de Apoio Acadêmico, a Coordenação de Formação para o Trabalho, a Coordenação Geral de Estágios e a Coordenação da Divisão de Corpo Discente, que compreende o Núcleo de Informatização do Corpo Discente, a Divisão de Registro de Diplomas, a Seção de Análise de Diplomas e a Seção de Registro Escolar.

A Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) organiza-se com três coordenações: a Coordenação de Acompanhamento das Atividades Docentes e Inovação Pedagógica, a Coordenação de Avaliação dos Cursos de Graduação e a Coordenação Geral dos Cursos de Graduação que compreende a Divisão de Currículos e Programas e a Divisão de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino.

A Coordenação de Acompanhamento das Atividades Docentes e Inovação Pedagógica tem como atribuições acompanhar os processos relacionados aos docentes da Universidade, bem como as solicitações de aulas de campo e estágio docência no que diz respeito à sua influência na graduação. Um importante foco desta coordenação é procurar estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras nos cursos de graduação através de editais para melhorias dos cursos de graduação, promoção de eventos para socialização de práticas inovadoras e a promoção de formação docente com esta finalidade.

A Coordenação de Avaliação de Cursos de Graduação desenvolve atribuições relativas ao processo de avaliação institucional que compreende a autoavaliação docente e discente, a avaliação do docente pelo discente e a avaliação das demais condições de ensino na UFPE. Desenvolve procedimentos no sentido de propor instrumentos avaliativos e estratégias de enfrentamento a dificuldades emergentes do processo de ensino, analisar dados resultantes da avaliação e encaminhar relatório à coordenação dos cursos sobre os resultados dos processos avaliativos.

No âmbito da avaliação de cursos, a Coordenação de Avaliação acompanha os procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) aos quais os cursos superiores estão submetidos. Para isso, atua no apoio aos coordenadores

²⁰ A DIGI passou a ser denominada Diretoria de Finanças e Infraestrutura de Graduação/DIFI. As demais Diretorias continuaram com a mesma nomenclatura. Todavia, para conferir a estrutura atual da PROGRAD, em sua íntegra, ver a Portaria Normativa nº 18, de 29 de julho de 2020, publicada no Boletim Oficial: <https://www.ufpe.br/documents/38962/2571920/bo82.pdf/0497ac70-21a0-48d8-a992-829e8d5cbc9e>

e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, no sentido de orientar o recebimento das comissões do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsáveis pelas visitas in loco visando o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos. A Coordenação trabalha no sentido de acompanhar mudanças, atualizações e ajustes feitos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), dos vários Centros Acadêmicos. Acompanha os trabalhos das comissões do INEP responsáveis pela avaliação in loco através da realização de reuniões com os cursos, recepção à comissão, acompanhamento dos resultados da avaliação, leitura dos relatórios das referidas comissões e respostas às diligências do MEC; Atua também na interlocução com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas questões relativas à avaliação dos cursos e à participação nas simulações de avaliação.

A Coordenação Geral dos Cursos de Graduação objetiva fixar diretrizes gerais para elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos e currículos dos cursos de graduação, atendendo às exigências sociais postas aos cursos pelo mundo do trabalho e de cumprimento aos dispositivos legais regulamentadores das diversas formações profissionais. Tem como algumas das principais atribuições, orientar os cursos na elaboração e reformulação de seus Projetos Pedagógicos de Cursos; analisar, assessorar e acompanhar a realização de reformas parciais e integrais dos currículos dos cursos de graduação, devendo estar articulada à Divisão de Currículos e Programas; estabelecer diálogo frequente com os coordenadores e com o núcleo docente estruturante - NDE dos cursos, com intuito de acompanhar mudanças, atualizações e ajustes feitos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC); orientar docentes e técnicos quanto aos procedimentos legais para implantação de componentes curriculares dos cursos.

Por meio das suas Diretorias e da articulação entre as mesmas e entre suas coordenações, a PROACAD vem perseguindo os objetivos de coordenar a política de ensino da graduação, promover o controle acadêmico dos estudantes e coordenar a qualificação dos cursos de graduação da UFPE.

5.3. Perfil do Egresso

O perfil do aluno egresso da UFPE em quaisquer áreas de formação profissional deverá estar pautado por uma conduta ética e comprometida com as questões sociais e ambientais que afetam as populações, em especial, aquelas em situação de desvantagem socioeconômica, como característica de uma atuação profissional apoiada em princípios éticos de solidariedade, cooperação, respeito à alteridade e justiça social.

Esse compromisso implica no preparo técnico-científico indispensável à produção e aplicação do conhecimento, além de competências, atitudes e habilidades que caracterizam a capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas próprias a um profissional da área; a defesa dos Direitos Humanos e a capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa no atendimento às demandas da vida social; o desenvolvimento da capacidade para atuar em equipe na defesa, individual e coletiva, do bem comum; a capacidade comunicativa para compor equipes no desenvolvimento de um trabalho integrado e contributivo, que supõe investimentos na própria formação

continua, reconhecendo-se como ser inacabado e em busca de constante aprimoramento científico e técnico.

O percurso formativo dos acadêmicos da UFPE prima por preparar profissionais com sólida base científica, humanística e cultural para uma atuação que, sendo propositiva, estará empenhada na busca de soluções para as questões sociais demandadas pela contemporaneidade.

6. Análise Situacional

O ensino de graduação presencial na UFPE se expandiu timidamente no período 2014 a 2018 – um aumento de 3,1% do número de cursos oferecidos e 2,7% no número de vagas oferecidas. O crescimento do número de vagas foi moderado quando comparado ao período 2009-2013, quando os esforços para alcançar as metas dos projetos executados sobre a tutela do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) estavam em franca ascensão – o aumento do número de cursos oferecidos naquele período foi de 15,3% e o aumento do número de vagas foi de 11,7%. Esse baixo crescimento é entendido como consequência de fatores externos identificados no planejamento estratégico. Os números são reproduzidos na Tabela 4.

Tabela 4: Variação no número de cursos e vagas presenciais entre 2013 e 2018.

Graduação	2013		2018		Variação		Variação Percentual	
	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos
Recife	5.556	83	5.644	84	88	1	1,6%	1,2%
Caruaru	920	9	1.020	11	100	2	10,9%	22,2%
Vitória	430	6	430	6	0	0	0,0%	0,0%
Total	6.906	98	7.094	101	188	3	2,7%	3,1%

Fonte: Elaborada a partir dos relatórios gerenciais do sistema acadêmico SIG@

A evolução do número de vagas não foi linear, pois:

- Em 2014:
 - Foi iniciado o curso de Medicina no CAA, com 80 vagas;
 - Foi iniciada a licenciatura em Letras – Libras no CAC, com 30 vagas;
 - O quadro de vagas de Música – Instrumento, no CAC foi reduzido em 11 vagas;
 - O quadro de vagas de Hotelaria, no CCSA, aumentou em 10 vagas;
- Em 2015:
 - Foi iniciado o curso de Comunicação Social no CAA, com 40 vagas;
 - O quadro de vagas do Bacharelado em Educação Física, do CCS, é ampliado em 30 vagas;
- Em 2016:
 - O quadro de vagas de Música – Canto, no CAC, é reduzido em duas vagas;
- Em 2017:
 - O quadro de vagas do curso de Ciências Econômicas do CAA é reduzido em 20 vagas.

6.1. Formação Acadêmica

6.1.1. Ensino Básico

Os Colégios de Aplicação são mantidos e administrados pelas Universidades Federais, portanto, enquadram-se nas prerrogativas estabelecidas pelo artigo 207 da Constituição Federal, o que implica em obedecer ao princípio conferido às universidades federais no que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entre suas competências, destacam-se:

- Oferecer o ensino de qualidade na Educação Básica visando à formação de crianças, jovens e adultos, capacitando-os para o exercício da cidadania;
- Constituir-se como campo para estágio e realização de atividades teórico-práticas na formação docente;
- Constituir-se como espaço de produção de conhecimento sobre a Educação Básica por meio de experimentação metodológica inovadora associada ao ensino, a pesquisa e a extensão;
- Constituir-se como campo de pesquisa, experimentação e avaliação do cotidiano escolar, oferecendo subsídio para inovação e consolidação de práticas educativas nos diversos níveis da Educação Básica;
- Participar de projetos de extensão por meio dos editais institucionais;
- Oferecer cursos de formação continuada para os docentes da Educação Básica a fim de promover o desenvolvimento, a ampliação e a divulgação de conhecimentos produzidos nos CAPs.

Tais competências encontram-se referendadas ainda pela Portaria No. 959, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação que estabelece como finalidade dos Colégios de Aplicação desenvolver, no âmbito da Educação Básica, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente. Tendo como diretrizes o oferecimento de igualdade de condições para o acesso e a permanência de alunos na faixa etária do atendimento; a realização de atendimento educacional gratuito a todos; a integração das atividades letivas como espaços de prática de docência e estágio curricular dos cursos de licenciatura da Universidade; e a constituição do espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada pela Universidade. Atualmente, o CAP oferta Educação Básica para 423 alunos, entre ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio (1ª, 2ª e 3ª séries)

Tabela 5: Docentes e Técnicos do Colégio de Aplicação segundo titulação (2018)

Titulação	Técnicos		Docentes ¹	
	Quantidade	%	Quantidade	%

Ensino Médio	3	10		
Graduação	9	30		
Especialização	9	30	9	17,65
Mestrado	9	30	22	43,14
Doutorado			20	39,21
Total	30	100	51	100

¹ Dados referentes a 2019.

Tabela 6 : Quantitativo total de licenciandos atendidos, relacionando o curso e o vínculo pedagógico no ano de 2018

Curso de Graduação	Estágios e outras disciplinas curriculares	PIBID	Residência Pedagógica	Total
Letras - Lic. em Língua Espanhola	5	–	–	5
Letras - Lic. em Língua Francesa	19	–	–	19
Letras - Lic. em Língua Inglesa	25	–	–	25
Letras - Lic. em Língua Portuguesa	45	27	–	72
Lic. em Artes Visuais	4	–	–	4
Lic. em Biologia	16	24	10	50
Lic. em Ciências Sociais	6	10	–	16
Lic. em Dança	–	–	–	–
Lic. em Educação Física	10	–	20	30
Lic. em Expressão Gráfica	–	–	–	–
Lic. em Filosofia	14	–	9	23
Lic. em Física	3	17	10	30
Lic. em Geografia	4	14	–	18
Lic. em História	36	–	8	44
Lic. em Matemática	15	10	8	33
Lic. em Música	22	–	–	22
Lic. em Química	5	–	8	13
Lic. em Teatro	10	–	–	10
Pedagogia	16	–	–	16
Psicologia	11	–	–	11
Total	266*	102	73	441

*Do total, 250 são das disciplinas de Estágio curricular e 16 são das demais disciplinas (Didática e metodologia do ensino)

6.1.2. Ensino de Graduação

A definição da política do ensino de graduação da UFPE é discutida na Câmara de Graduação, colegiado ligado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgãos consultivos e deliberativos. A Câmara é constituída pelo presidente, que é o Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos (PROACAD)²¹, e representantes dos Centros Acadêmicos da Universidade.

A concepção de currículo da UFPE define que a estrutura curricular de cada curso deva ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados no Projeto Pedagógico Institucional e às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, quando existirem.

A atividade de estágio na UFPE não tem carga horária prévia definida, ficando isto a cargo dos colegiados e das diretrizes curriculares de cada curso. Mas, o desenvolvimento da atividade pelo aluno, na UFPE, ou em qualquer instituição privada ou pública, foi inicialmente regulamentada pela Resolução 02/1985 do CCEPE, e posteriormente, atualizada pelas resoluções 20/2015 também do CCEPE, e em seguida pela 09/2018. Esta regulamentação já cumpria as exigências da nova lei de estágio do governo federal.

O número de cursos de graduação ofertados pela UFPE cresceu de forma mais acentuada durante a década de 1990, quando passou de 46 para 62 cursos, permanecendo com este número até seu o processo de interiorização, iniciado no ano de 2006, com a criação dos campi de Caruaru e Vitória de Santo Antão. Neste momento a UFPE ampliou a sua oferta de cursos para 101, expandindo o número de matrículas de 24.111 para 25.947.

O ensino de graduação na UFPE depois de ter expandido de forma bastante relevante no período 2004 a 2013, devido ao processo de interiorização e à realização das metas do Projeto REUNI, manteve-se estável no período 2014 a 2018. Neste período, houve um aumento de apenas 3,1% no número de cursos e de 2,7% na quantidade de vagas ofertadas, conforme mostrado na Tabela 7. Vale a pena destacar que dos 101 cursos ofertados no ano 2018, 25,7% são cursos de licenciatura.

Tabela 7 : Vagas e cursos presenciais ofertados pela UFPE nos vestibulares 2013-2018

Campus	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos
Recife	5.556	83	5.612	84	5.642	84	5.644	84	5.644	84	5.644	84
Caruaru	920	9	1.160	11	1.040	11	1.040	11	1.020	11	1.020	11
Vitória	430	6	430	6	430	6	430	6	430	6	430	6
Total	6.906	98	7.202	101	7.112	101	7.114	101	7.094	101	7.094	101

Fonte: Elaborada a partir dos relatórios gerenciais do sistema acadêmico SIG@

Analisando a oferta de vagas no ano 2018 por campi e turno, os dados da Tabela 8 revelam que 28,5% das vagas são ofertadas por toda UFPE exclusivamente no turno noturno, sendo este percentual bem mais elevado no Campus de Caruaru (56,9%).

²¹ *Atual PROGRAD.*

Tabela 8- Vagas ofertadas em cursos presenciais pela UFPE para o ingresso em 2018 por Campus e turno

Campus	Diurno		Diurno/Noturno		Noturno		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Recife	4.139	73,7	210	3,7	1.295	22,9	5.644	100,0
Caruaru	440	43,1	0	0,0	580	56,9	1020	100,0
Vitória	280	65,1	0	0,0	150	34,9	430	100,0
Total	4.859	68,7	210	3,0	2.025	28,5	7.094	100,0

Fonte: Elaborada a partir dos relatórios gerenciais do sistema acadêmico SIG@

Avaliação dos Cursos de Graduação

As avaliações realizadas no âmbito do MEC, primeiro com o provão, entre 1998 e 2003, e depois com o ENADE, entre 2004 e 2012 foram sempre positivas para a UFPE.

A Tabela 9 apresenta a quantidades de cursos da UFPE participantes do ENADE, classificados de acordo com as faixas do CPC (conceito preliminar de cursos) durante os anos de 2011 a 2017, por triênio. Podemos verificar que no triênio de 2015-2017 os cursos tiveram um melhor desempenho que os outros triênios, não havendo cursos sem conceito, e a porcentagem de cursos com conceito 5 foi a maior no período. O resultado da avaliação de 2018 ainda não foi divulgado.

Tabela 9 – Número de cursos avaliados segundo a faixa do CPC para o período 2011 – 2017(*)

Conceito CPC	2011-2013		2012-2014		2013-2015		2014-2016		2015-2017	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	-
2	4	7,4	1	1,6	1	1,7	1	1,6	1	1,4
3	26	48,1	26	41,9	27	46,6	27	42,9	27	36,5
4	21	38,9	30	48,4	26	44,8	30	47,6	44	59,5
5	3	5,6	5	8,1	4	6,9	5	7,9	2	2,7
Sem Conceito	2	-	4	-	0	-	0	-	0	-
Total	56	100	66	100	58	100	63	100	74	100

A UFPE recebeu diversas comissões externas de avaliação do INEP para os atos regulatórios dos cursos de graduação (reconhecimento e renovação de reconhecimento), num total de 26 visitas no período 2014/2018. O resultado da visita é um conceito de curso (CC), atribuído a partir da avaliação de três dimensões. Os resultados globais das avaliações in loco, detalhados na Tabela 10, revelam que 88,5% dos cursos avaliados receberam conceito de ótimo a excelente (conceitos 4 e 5).

Em 2015, foram avaliadas as licenciaturas em Letras – Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Dança, Expressão Gráfica, Geografia e Educação Física, e os bacharelados em Engenharia de Produção, Direito, Engenharia Naval, História, Oceanografia e Educação Física. Destes, Oceanografia e a Licenciatura em Física

obtiveram conceito BOM (CC 3), Engenharia Naval e a Licenciatura em Matemática obtiveram conceito EXCELENTE (CC 5) e todos os outros tiveram conceito MUITO BOM (CC 4).

Em 2015, foram avaliados os bacharelados em Ciências Sociais, Engenharia de Minas e a licenciatura em História e a Licenciatura em Letras Espanhol na modalidade EAD. Dentre estes, o curso de História obteve conceito EXCELENTE, o de Ciências Sociais obteve conceito MUITO BOM e os dois outros, o conceito BOM.

Em 2016 foram avaliados os Cursos de Música – Canto e Engenharia Cartográfica, ambos obtendo o conceito MUITO BOM. Já em 2017 dos 5 cursos avaliados quatro obtiveram conceito MUITO BOM (Licenciatura em Matemática Licenciatura do CAA, Bacharelado em Letras, Hotelaria e Bacharelado em Educação Física), enquanto Química Industrial obteve conceito excelente EXCELENTE.

Em 2018, os cursos de Licenciatura em Letras – Inglês e Licenciatura em Letras – Espanhol ficaram com conceito EXCELENTE, enquanto os cursos de bacharelado em Engenharia de Controle e Automação e Saúde Coletiva, assim como as licenciaturas: Intercultural Indígena e Letras – Francês, ficaram com conceito MUITO BOM.

Tabela 10: Distribuição dos cursos avaliados in loco pelo INEP segundo conceito obtido (CC) 2014/2018

Ano	Conceitos dos cursos avaliados			
	3	4	5	Total
2014	2	10	2	14
2015	2	1	1	4
2016	0	2	0	2
2017	0	4	1	5
2018	0	4	2	6
Total	3	18	5	26
Total (%)	11,5%	69,2%	19,2%	100,0%

6.1.3. Ensino de Pós-graduação

Como órgão ligado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação define a política de pós-graduação na UFPE, e cabe ao Pró-Reitor da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ)²², que preside as reuniões desta Câmara, a implementação das políticas de ensino de pós-graduação.

Evolução recente do ensino de pós- graduação na UFPE

²² Atualmente são os Pró-Reitor de Pós-Graduação da PROPG e de Pesquisa e Inovação da PROPESQI que presidem a Câmara.

O ensino da pós-graduação (*stricto sensu*) na UFPE teve início em 1967 com a implantação de quatro cursos de Mestrado (Economia, Sociologia, Matemática e Bioquímica). O crescimento do sistema ocorreu, inicialmente, devido ao aumento do número de Mestrados e, a partir de 1990, pela implantação de doutorados em todas as áreas do conhecimento.

Desde então, e até 2018, em resposta à demanda da sociedade e ao estímulo da CAPES, tiveram início quinze mestrados profissionais, setenta e cinco mestrados acadêmicos e cinquenta e dois doutorados. No ano de 2017, o número de alunos no mestrado (profissional e acadêmico) foi de 4.516 estudantes – um crescimento de 409 matrículas, representando um aumento de 10% das vagas desde 2013 –, enquanto o doutorado chegou a 3.924 alunos – 789 novas matrículas, 25,2% de crescimento. Nos últimos 5 anos, o número total de matrículas na pós-graduação aumentou 13%. As Tabelas 11 e 12 ilustram os dados de cursos e alunos da pós-graduação no período 2013 à 2018.

Tabela 11 - Número de cursos de pós-graduação na UFPE – 2013 a 2018

Curso	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mestrado acadêmico	66	68	71	73	75	75
Mestrado profissional	8	8	9	12	16	15
Doutorado	49	51	51	53	53	52

Fonte – PROPESQ/UFPE

Tabela 12- Número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da UFPE 2013 a 2017*

Curso	2013	2014	2015	2016	2017
Mestrado acadêmico	3.759	3.877	3.971	4.140	4.117
Mestrado profissional	348	471	423	451	399
Doutorado	3.135	3.435	3.658	3.843	3.924
Total	9.255	9.797	10.067	10.450	10.457

Fonte – PROPESQ/UFPE

* Os dados de 2018 ainda estão sendo consolidados.

6.1.4. Pesquisa

Quanto aos dados da pesquisa, realizou-se uma consulta na base Scopus de onde foram extraídas informações acerca da produção científica da UFPE nos anos de 2015 a 2018. A tabela 13 mostra, por ano, a quantidade de **artigos** publicados por **alunos e professores**, bem como o número de citações e o índice h, com busca efetuada em abril de 2019. Constata-se com os dados apresentados o aumento de 9,8% na quantidade de artigos publicados no período 2015/2018, com aumento médio anual de 3,1% (regressão simples, 2018 teve o número de publicações abaixo do esperado); era esperada a diminuição do índice h e do número de citações visto que os artigos mais antigos são de fato mais conhecidos e mais citados do que os mais recentes.

A busca foi realizada no sítio <https://www.scopus.com> onde foram aplicados os seguintes filtros:

- Afiliação igual à Universidade Federal de Pernambuco, que já inclui algumas variantes;
- Tipo de documento igual a artigo; e
- Anos de publicação iguais aos anos de 2015 a 2018, um ano por consulta.

Os artigos correspondentes aos filtros acima foram então selecionados e solicitou-se uma visão geral das citações (view citation overview) para a obtenção do número de citações e índice h.

Tabela 13- Artigos Publicados, Citações e Índice h.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Publicações	1.123	1.120	1.174	1.245	1.233
Citações	9.339	7.032	6.508	3.456	1.124
Índice h	37	28	28	18	8

Fonte: base Scopus, busca realizada em 9 de abril de 2019.

6.2. Educação a Distância

As ações relacionadas à Educação a Distância (EaD) na UFPE são desenvolvidas no âmbito da sua Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. A PROACAD²³ realiza o acompanhamento, supervisão e apoio às atividades da EaD na Universidade, viabilizando os processos de Ensino e Aprendizagem mediados por Tecnologia da Informação em seus cursos, em dois possíveis contextos:

- **Coordenação dos Cursos de Graduação à Distância (CCGD):** apoio aos cursos de **Graduação** à distância (Universidade Aberta do Brasil - UAB) e aos cursos presenciais de **Graduação** que utilizem as ferramentas de EaD;
- **Núcleo de Educação a Distância (NEaD):** apoio aos projetos e cursos a distância e semipresenciais de **Pós-graduação** (Lato e Stricto Sensu), **Pesquisa, Extensão** (Atualização e Aperfeiçoamento) e de **Capacitação**; além do suporte aos cursos presenciais de mesma natureza, que utilizem as ferramentas de EaD.

Conforme Portaria Normativa N° 06/2017, foi instituído no âmbito da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos o Núcleo de Educação a Distância — NEAD, que tem entre os seus objetivos planejar, executar e avaliar as ações relacionadas à educação a distância

²³ O novo Regimento da Reitoria, aprovado em março de 2020, criou a Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital/SPREAD, instância que passou a ser responsável pela Educação à Distância da Universidade.

no âmbito da UFPE, estando o mesmo sob a Coordenação do Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos²⁴.

6.2.1. Abrangência Geográfica

Os cursos de graduação, na modalidade a distância, da Universidade Federal de Pernambuco estão presentes em todas as Mesorregiões do Estado de Pernambuco. Segue abaixo lista de cidades com polos UAB onde a UFPE atua com ofertas ativas de vagas:

<ul style="list-style-type: none"> ● Mesorregião do São Francisco Pernambucano ● Afrânio ● Petrolina ● Mesorregião do Sertão Pernambucano ● Ouricuri ● Salgueiro ● São José do Egito* ● Sertânia* ● Tabira ● Trindade ● Mesorregião da Mata Pernambucana ● Palmares ● Vitória de Santo Antão** 	<ul style="list-style-type: none"> ● Mesorregião do Agreste Pernambucano ● Águas Belas ● Caruaru** ● Gravatá* ● Limoeiro ● Pesqueira ● Santa Cruz do Capibaribe ● Surubim ● Região Metropolitana do Recife ● Jaboatão dos Guararapes* ● Recife
--	---

* (Cidade com Polo aprovado para ofertas em 2019.2)

** (Cidade com Polo Associado da UFPE aprovado para ofertas em 2019.2)

Os seguintes Pólos de Educação à Distância estão previstos para a vigência do PDI:

Afrânio – Centro Águas Belas Caruaru – Nova Caruaru** Gravatá – Centro* Jaboatão dos Guararapes – Curado IV* Limoeiro – Juá Ouricuri – Estrada Vicinal Palmares – Santa Rosa Pesqueira – Centro Vitória de Santo Antão – Bela Vista**	Recife – Madalena Salgueiro – Nossa Senhora das Graças Santa Cruz do Capibaribe – Centro São José do Egito – Centro* Sertânia – Centro* Surubim – São José Tabira – Jureminha Trindade – Centro Petrolina – Vila Eduarda
--	--

* (Polo aprovado para ofertas de 2019.2)

** (Polo Associado da UFPE aprovado para ofertas de 2019.2)

²⁴ O NEAD foi extinto pelas Portaria Normativa nº 18, de 29 de julho de 2020 e Portaria Normativa nº 35, de 01 de outubro de 2020.

6.2.2. Infraestrutura

Os parâmetros de infraestrutura física e de pessoal são estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ficando sob sua responsabilidade todo processo de autorização de criação de polo e verificação dos requisitos de infraestrutura para a aprovação definitiva. Para os polos do sistema UAB são projetados os seguintes parâmetros de infraestrutura física e de pessoal:

- Espaços gerais do Polo UAB
 - Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);
 - Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);
 - Sala de reunião (opcional);
 - Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10.908, de 19 de dezembro de 2000 e 11.982, de 2009;
- Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório)
 - Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada)
 - Biblioteca física, com espaço para estudos;
- Espaços acadêmicos
 - Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;
 - Laboratório pedagógico (quando couber).

Os espaços acadêmicos podem estar situados em outros locais, a partir de convênios com outras instituições, porém, há a obrigatoriedade de pelo menos uma sala de aula/multiuso nas instalações do polo. Todos os espaços obrigatórios devem estar localizados no endereço sede do polo, podendo os demais espaços ser localizados em locais distintos, desde que exista Termo de Cessão de Uso, assinado pelo proprietário do espaço, indicando os dias e horários de uso prioritário pelo polo UAB.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo
- Conexão à internet em banda larga para todos os ambientes do Polo
- Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Com relação à pólos associados, a UFPE tem dois (Centro Acadêmico do Agreste, CAA e o Centro Acadêmico de Vitória, CAV) é admitida utilização compartilhada da secretaria acadêmica, biblioteca e demais ambientes existentes nos Centros, com exceção da sala da coordenação do polo, ambiente obrigatório e exclusivo.

O CAA funcionará como estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras Língua-Portuguesa, Letras Língua-Espanhola, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Ciências Contábeis na modalidade a distância e demais cursos que vierem a ser ofertados no polo, uma vez que este centro da UFPE dispõe dos seguintes equipamentos, capazes de atender as demandas dos cursos previstos:

- Laboratórios didáticos
- Laboratórios de Informática
- Auditórios
- Salas de Aula
- Academia de Ginástica
- Quadra Poliesportiva
- Bibliotecas
- Escolas

O CAV funcionará como estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras Língua-Portuguesa, Letras Língua-Espanhola, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Ciências Contábeis na modalidade a distância e demais cursos que vierem a ser ofertados no polo, uma vez que este centro da UFPE dispõe de:

Bloco administrativo, onde se localiza a Diretoria, Vice-Diretoria, CIOF, Escolas, Secretaria Geral dos Cursos, Sala das coordenações dos cursos de graduação, Gestão de Pessoas e acesso a banheiros e Copa. Anexo estão localizados a Biblioteca com 2 pavimentos, e a coordenação da Pós-Graduação.

- Bloco de ensino Pirituba, localizado próximo à praça (área verde) onde estão as salas de aula, Laboratórios de Anatomia, Microbiologia e Imunologia, Fisiologia e Farmacologia, sala de descontaminação, central de segurança, Laboratório de Informática e almoxarifado.

- Bloco Bela Vista, construído em 2 pavimentos, encontram-se salas de professores, salas de aula, Laboratórios de Semiologia e Semiotécnica, Avaliação Clínica, Urgência e Emergência, Centro Cirúrgico, Parasitologia, Microscopia, Multifuncionais, Técnica Dietética, Bromatologia, Microbiologia de Alimentos, Tecnologia em Biomateriais, Biotecnologia e Farmacologia, Biodiversidade, além da sala da coordenação dos Laboratórios.

Composição da equipe do Polo UAB (Infraestrutura de pessoal)

- Ginásio coberto com quadra poliesportiva, e ao lado, uma cantina que oferece refeições diárias aos alunos e funcionários.
- Coordenador de Polo (indicação do mantenedor do polo);
- Assistente à Docência (de acordo com a quantidade de alunos no polo) (indicação das IES ofertantes de curso no polo);
- Secretária (o) ou Apoio Administrativo;
- Técnico (s) de informática;
- Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca;
- Técnico (s) para laboratórios pedagógicos, desde que exista laboratório de biologia (biologia), química (química), física (física), ateliê de artes (artes), ou quadra poliesportiva (educação física);
- Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança;
- Pessoal de manutenção e limpeza;

Metodologias e Tecnologias

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação a distância da UFPE buscam representar essa modalidade, um tipo de modalidade educacional que se utiliza da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) como alicerce didático- pedagógico para colaborar na composição do cenário didático virtual de ensino, mediando junto a professores e estudantes o processo aprendizagem, com acesso a diversos municípios e por pessoas dos mais vários segmentos sociais; otimizando as atividades propostas e o gerenciamento do tempo.

Nesta modalidade de ensino, a mediação didática pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou em tempo diversos.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) configura como um espaço virtual de cooperação que facilita a aprendizagem, em que os estudantes interagem uns com os outros, gerando estratégias conjuntas e integrando novas informações ao conhecimento

já existente. Para os cursos de EaD, a UFPE elegeu a plataforma baseada de software livre – Moodle. Atualmente, recomendada para todos os cursos do sistema UAB.

A plataforma Moodle representa um ambiente colaborativo atemporal, cujos estudantes podem acessar os conteúdos das disciplinas em formatos diversos como hipertextos e multimídias, além de chats e fóruns para conversação e interações entre os participantes durante o curso.

A plataforma Moodle possibilita integrar todos estes recursos em um só ambiente de aprendizagem e possui como principais recursos:

- 1- Fóruns: Os fóruns são espaços de interlocução não hierarquizados, onde os participantes opinam e expressam suas ideias, conceitos e experiências de forma assíncrona.
- 2- Diálogos: O diálogo torna possível um método simples de comunicação entre dois participantes da disciplina. O professor pode abrir um diálogo com um aluno, um aluno pode abrir um diálogo com o professor, e ainda podem existir diálogos entre dois alunos.
- 3- Testes: Os testes podem ter diferentes formatos de resposta (V ou F, escolha múltipla, valores, resposta curta) e é possível, entre outras coisas, escolher aleatoriamente perguntas, corrigir automaticamente respostas e exportar os dados para Excel.
- 4- Trabalhos: Os Trabalhos permitem ao professor classificar e comentar na página materiais submetidos pelos alunos, ou atividades offline como, por exemplo, apresentações. As notas são do conhecimento do próprio aluno e o professor pode exportar para Excel os resultados.
- 5 Wikis: O Wiki, para aqueles que não estão familiarizados com a Wikipedia, torna possível a construção de um texto (com elementos multimídia) com vários participantes, onde cada um dá o seu contributo e/ou revê o texto. É sempre possível ter acesso às várias versões do documento e verificar diferenças entre versões.
- 6- Glossários: O glossário permite aos participantes da disciplina criar dicionários de termos relacionados com a disciplina, bases de dados documentais ou de ficheiros, galerias de imagens ou mesmo links que podem ser facilmente pesquisados.
- 7- Lições: Consiste num número de páginas ou slides, que podem ter questões intercaladas com classificação e em que o prosseguimento do aluno está dependente das suas respostas.
- 8 - Books: Os books permitem construir sequências de páginas muito simples. É possível organizá-las em capítulos e subcapítulos ou importar ficheiros html colocados na área de ficheiros da sua página. Caso as referências dentro destes html (imagens, outras páginas, vídeo, áudio) sejam relativas, o livro apresentará todo esse conteúdo.
- 9- Inquéritos: Os inquéritos consistem num conjunto de instrumentos de consulta de opinião aos alunos inscritos numa página.
- 10 - Referendos: O referendo pode ser usado de diversas formas, como recolha de opinião, inscrição numa determinada atividade, entre outras, sendo dado aos alunos a escolher de uma lista de opções (até um máximo de 10) definida pelo professor. É possível definir um número de vagas por opção.
- 11- Questionários: Os questionários permitem construir inquéritos tanto a participantes de uma página como a participantes que não estão inscritos no sistema. É possível manter o anonimato dos inquiridos, e os resultados, apresentados de uma forma gráfica, podem ser exportados para Excel.
- 12- Material didático: O material didático consistirá principalmente de hipertextos disponibilizados no AVA que se organizam em unidades temáticas.

Também estarão disponíveis atividades de aprendizagem para fortalecer a autonomia dos cursistas. Haverá ainda material impresso de apoio, que também será disponibilizado em mídia digital. 13- Portfólio: Instrumento que compreende a compilação de todos os trabalhos realizados pelos estudantes durante um curso ou disciplina e inclui registro de visitas, resumos de textos, projetos e relatórios de pesquisa, anotações de experiências, ensaios auto reflexivos. Quaisquer tarefas que permitam aos alunos a discussão de como a experiência no curso ou disciplina mudou sua vida, seus hábitos de estudo, e/ou seus comportamentos. Permite acompanhar o seu desenvolvimento, analisar, avaliar, executar e apresentar produções resultantes das atividades desenvolvidas num determinado do período. O aluno arquiva e apresenta as evidências das habilidades, atitudes e conhecimentos definidos durante um tempo, acompanhados pelo responsável pelo curso.

O (a) professor (a) dos cursos de graduação a distância poderá elaborar os textos ou hipertextos, e organizar as atividades a serem desenvolvidas no AVA, que por meio da plataforma Moodle tem suporte técnico e tecnológico através das equipes vinculadas a Coordenação dos Cursos de Graduação a distância (CCGD) e Núcleo de Educação a Distância NEAD²⁵ da UFPE com sede em Recife.

Através da instalação dos plug-ins de acessibilidade no AVAUFPE, foram disponibilizadas as seguintes ferramentas: a ferramenta de lupa e de alto contraste no bloco Acessibilidade, tal bloco permite aos usuários personalizar o AVA às suas necessidades visuais, possibilitando a mudança de tamanho de texto e esquemas de cores, tal como o alto contraste. Já o bloco Leitor de Conteúdo possibilita que o usuário ouça todo o conteúdo disponibilizado dentro do AVA ao invés de realizar a leitura, por meio da tecnologia text to speech, o texto é convertido em áudio de forma automática, através de métodos computacionais. Outra ferramenta do AVA foi a inserção do aplicativo Pro Deaf, o qual, através da inserção de um script de programação, insere um botão de acessibilidade, possibilitando a tradução de conteúdos textuais em português para Libras, automaticamente.

No que concerne às metodologias que fomentem o ensino e a aprendizagem ao estudante na modalidade do ensino a distância, encontram-se propostas que buscam elencar a perspectiva interdisciplinar, por meio de atividades práticas nos polos e excursões didáticas, visando garantir maior aprendizagem dos conteúdos abordados.

6.2.3. Mediação Pedagógica

A interação entre os sujeitos mencionados do processo ensino-aprendizagem acontecerá através de mediações online e presenciais, envolvendo as atividades propostas pelo professor formador e as estratégias de ação relacionadas às atribuições de cada sujeito.

²⁵ Ambas as estruturas deixaram de existir/foram transformadas. Vide nota anterior.

Será assegurada flexibilidade no atendimento ao aluno, oferecendo horários ampliados para os atendimentos tutoriais.

6.2.4. Atividades Presenciais

Em cursos na modalidade à distância, a tutoria possui grande importância, pois no seu desenvolvimento são realizadas orientações de estudos e organizações das atividades acadêmicas individualmente e/ou em grupos, além de promover o incentivo do processo de aprendizagem. As atividades presenciais acontecerão nos polos presenciais, que contam com suporte técnico-administrativo, sob o acompanhamento do tutor, em agenda pré-definida pelo professor formador e coordenação do curso, observando as especificidades locais. As atividades à distância poderão ser mediadas pelos tutores. Estas atividades ocorrerão no Ambiente Virtual de Aprendizagem, que possibilitará a reunião das principais mídias e mecanismos de comunicação envolvidos. Estas atividades possibilitarão o registro completo das ações desenvolvidas por alunos e professores, permitindo aos demais sujeitos acessá-las e analisá-las a qualquer momento. Serão informados, desde o início do curso, nomes, horários, formas e números para contato com professores, tutores e pessoal de apoio, assim como locais e datas de provas e datas limite para as diferentes atividades (matrícula, recuperação e segunda chamada, entre outras). Em cada Polo, a turma terá no máximo 60 alunos. O tutor trabalhará sob orientação da Coordenação de Tutoria da coordenação do polo, em parceria com o professor pesquisador formador, e deverá cumprir carga horária de 20 horas semanais, distribuídas nas atividades de plantão pedagógico e acompanhamento dos alunos no ambiente virtual, nas diferentes atividades acadêmicas. Os tutores serão submetidos sistematicamente a processos de supervisão e avaliação (relatório de acessos ao AVA, questionários de avaliação preenchidos pelos alunos, entre outros), de modo a assegurar padrão de qualidade no atendimento aos alunos. Os encontros presenciais de cada disciplina serão definidos pelo professor responsável pela disciplina em conjunto com a coordenação do curso. Encontros semanais podem ser realizados por intermédio de videoconferência, se houver condições técnicas para tal. Caso contrário, o encontro será realizado como previsto, presencialmente. Além de dar início ao desenvolvimento do conteúdo programático, o primeiro encontro presencial tem por objetivo a apresentação do curso com esclarecimentos de suas características e do material didático nas mídias impressas e eletrônicas, a realização de orientações de estudos aos alunos e de informações sobre os plantões pedagógicos.

6.2.5. Atividades a Distância

Nos momentos à distância, a comunicação entre professores e tutores online (e também presenciais) se efetivará, em horários e dias previamente definidos e pelas ferramentas de comunicação existentes no ambiente virtual. A orientação acadêmica por telemática favorece o desenvolvimento de atividades por docentes e alunos em um ambiente virtual com diferentes ferramentas de comunicação, possibilitando um trabalho em grupo, potencializando a interação entre os participantes e o aprofundamento das reflexões teóricas. O aluno do ensino a distância, apoiado pelos tutores, seguirá ao seu ritmo próprio e entenderá que “é fazendo que se aprende”. Esta concepção, em articulação com os recursos das tecnologias de informação e comunicação, permite criar um Projeto Pedagógico calcado nos objetivos educacionais descritos a seguir: 1. Conciliar a extensão da informação curricular e a variedade de fontes de acesso na web com o aprofundamento da sua compreensão em espaços menos rígidos e menos engessados; 2. Selecionar as informações mais significativas e integrá-las à vida do estudante; 3. Incentivar a cooperação para vencer os desafios do hoje e do amanhã; 4. Incentivar a autonomia e autoria como metas a serem alcançadas; 5. Proporcionar grupos cooperativos como estratégia didática; 6. Adotar perspectiva construtivista, com ênfase na produtividade do aluno, no aproveitamento de seu conhecimento anterior e na troca de experiências como elemento dinamizador da aprendizagem; 7. Promover a interação entre as pessoas, em ambiente virtual; 8. Propiciar a troca de experiências entre os integrantes do curso. Para alcançar os objetivos acima mencionados, o desenvolvimento dos componentes curriculares na etapa a distância, sob a responsabilidade dos tutores online, deverá acontecer em cinco estágios, apresentados a seguir: Acesso e Motivação: ensino sobre a utilização do ambiente virtual de aprendizagem e construção da confiança do estudante, encorajando-o a participar regularmente. É neste estágio que se dão as boas vindas aos participantes e os tutores oferecem o seu apoio, terminando quando os participantes postam a sua primeira mensagem. I. Socialização: desenvolvimento da coesão e cultura do grupo e de formas de sistematização dos trabalhos online. II. Troca de Informações: estímulo à participação de todos nas discussões dos conteúdos que foram disponibilizados. É neste estágio que os estudantes se confrontam com a informação, então os tutores devem estar prontos para apoiar e orientar os mesmos e avaliar se as estratégias que utilizam para lidar com o volume de informações são as mais adequadas. III. Construção do Conhecimento: encorajar a interação, fazer ligações com a aprendizagem em curso, gerir conflitos, reduzir a sua

intervenção enquanto mediador para permitir a interação dos estudantes com seus pares, criando condições para construção do conhecimento. IV. Conexão e Desenvolvimento: neste estágio os estudantes são responsáveis pela sua própria aprendizagem por meio das oportunidades criadas, necessitando de pouco apoio além do já disponibilizado.

6.2.6. Ferramentas de Interação

Nos Cursos de graduação a distância da UFPE podem ser utilizadas algumas ferramentas de comunicação, com os seguintes objetivos: a) Email: Comunicações diversas com os cursistas (informe sobre inscrições e início dos cursos, envio de atividades que lhe serão solicitadas, avisos sobre a participação nos fóruns e chats, retorno das atividades entregues ao tutor, informações sobre novas fontes de pesquisas) além de servirem para a troca de informações entre os participantes do curso; b) Fóruns de Discussão: Oportunizam a discussão de assuntos pertinentes aos estudos, principalmente aqueles que possam oferecer dúvidas ou necessitem de um maior aprofundamento. Será a ferramenta pela qual os estudantes poderão construir o seu próprio conhecimento, porque, uma vez que o tema levantado ficará na tela por mais tempo, fará com que eles se aprofundem em suas pesquisas; c) Chat: Discussão de temas relevantes de pequenos grupos bem como para a confraternização dos participantes do curso.

6.2.7. Previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

O edital N° 75/2018 da CAPES aprovou 1000 vagas para serem ofertas para os cursos da UFPE, que foram submetidos ao edital, sendo divididas da forma ilustrada na Tabela 14 a seguir:

Tabela 14- Vagas ofertadas para os cursos à distância. UFPE, 2018

NOME DO CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
Licenciatura Letras – Língua Espanhola	150
Licenciatura Letras – Língua Portuguesa	150
Licenciatura em Matemática	150
Licenciatura Geografia	150
Licenciatura em Ciências Biológicas	150
Bacharelado Ciências Contábeis	100
Especialização em Ensino de Matemática	150
TOTAL	1.000

O quantitativo de alunos remanescentes das ofertas anteriores, por curso, encontra-se apresentado na Tabela 15.

Tabela 15- Alunos remanescentes de ofertas anteriores dos cursos EAD da UFPE. 2018

NOME DO CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
Licenciatura Letras – Língua Espanhola	143
Licenciatura Letras – Língua Portuguesa	172
Licenciatura em Matemática	79
Licenciatura Geografia	109
Licenciatura em Ciências Biológicas	179
TOTAL	682

Ainda não existe a previsão de abertura de um novo edital, por parte da CAPES, para oferta de novas vagas para o ano de 2020, por esse motivo a previsão da capacidade de atendimento é de **1732** estudantes, levando em consideração as vagas aprovadas e os alunos regularmente matriculados nos cursos, que são oriundos dos processos seletivos anteriores.

Existem 19 polos disponíveis para os alunos dos cursos em EAD da UFPE. Os dados da Tabela 16 detalham a localização dos polos da UFPE, de onde é possível constatar a abrangência regional com a presença de polos nas diversas microrregiões do estado, ou seja, do litoral ao sertão do estado.

Tabela 16 - Polos dos cursos EAD da UFPE. 2018

Código	Pólo	Estado	Município	Micro-Região de Pernambuco
1063336	Maragogi - Centro	AL	Maragogi	-
1072631	Afrânio - Centro	PE	Afrânio	Sertão São Francisco
1082628	Águas Belas	PE	Águas Belas	Agreste Meridional
1063490	Carpina - São José	PE	Carpina	Mata Norte
1046311	Garanhuns - Santo Antônio	PE	Garanhuns	Agreste Meridional
2006543	Ipojuca - Centro	PE	Ipojuca	RMR
1052012	Jaboatão dos Guararapes - Curado IV	PE	Jaboatão dos Guararapes	RMR
2006542	Limoeiro - Juá	PE	Limoeiro	Agreste Setentrional
2006541	Olinda - Salgadinho	PE	Olinda	RMR
1094826	Ouricuri - Zona Urbana	PE	Ouricuri	Sertão do Araripe
1063485	Palmares - Centro	PE	Palmares	Mata Sul
2006540	Pesqueira - Centro	PE	Pesqueira	Agreste Central
1072572	Petrolina - Vila Eduardo	PE	Petrolina	Sertão do São Francisco
1052011	Recife - Madalena	PE	Recife	RMR
1094832	Salgueiro - Nossa Senhora das Graças	PE	Salgueiro	Sertão Central
1064241	Santa Cruz do Capibaribe - Centro	PE	Santa Cruz do Capibaribe	Agreste Setentrional
1046310	Surubim - São José	PE	Surubim	Agreste Setentrional
1046228	Tabira - Jureminha	PE	Tabira	Sertão do Pajeu
1046229	Trindade - Centro	PE	Trindade	Sertão do Araripe

Quanto à infraestrutura física, cada polo dispõe no mínimo de salas para administração e apoio, salas de aula, computadores e bibliotecas. As bibliotecas disponíveis bem como os recursos de cada uma delas estão detalhadas na tabela 17.

Tabela 17 - Número de assentos, empréstimos, capacitações, rede sem fio, títulos e locais de oferta das bibliotecas dos Polos UAB em 2018.

Polo	Sigla da Biblioteca	Assentos	Empréstimos Domiciliares	Possui rede sem fio?	Títulos no acervo de	Títulos no acervo de livros	Títulos no acervo de
------	---------------------	----------	--------------------------	----------------------	----------------------	-----------------------------	----------------------

					periódicos impressos	impressos	outros Materiais
Carpina	BPC	20	98	Sim	0	421	0
Capibaribe	BIBPSC	30	99	Sim	5	1.008	15
Palmares	BIBPOLOPALM	20	35	Sim	0	1.500	0
Trindade	BPT	20	840	Sim	150	3.600	130
Ipojuca	BPI	20	1	Não	0	2.480	0
Surubim	BPS	12	72	Sim	692	3.245	0
Petrolina	BPPET	20	10	Sim	312	312	0
Recife	CFEPPFUAB	26	480	Sim	0	6.500	0
Pesqueira	MFSF PESQUEIRA	15	235	Sim	0	502	23
Tabira	BUABPT	20	4	Sim	0	1.787	10
Limoeiro	BPL	20	694	Sim	0	5.244	0
Afrânio	BIBAFR	18	1	Sim	0	255	3000
Maragogi	BPMARA	24	720	Sim	0	3.688	0

As informações sobre a acessibilidade nas bibliotecas dos polos EAD encontram-se discriminados na Tabela 18.

Tabela 18-Infraestrutura disponível nas bibliotecas dos plos UAB. UFPE, 2018(continua)

Polo	Sigla biblioteca	Banheiros adaptados	Bebedouros e lavabos adaptados	Entrada/ Saída com dimensionamento	Espaço para atendimento adaptado	Mobiliário adaptado	Rampa de acesso com corrimão	Sinalizaçã o Visual
Carpina	BPC	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Capibaribe	BIBPSC	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não

Palmares	BIBPOLOPALM	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Trindade	BPT	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ipojuca	BPI	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Surubim	BPS	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Petrolina	BPET	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Recife	CFEPPFUAB	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Pesqueira	MFSF PESQUEIRA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Tabira	BUABPT	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Limoeiro	BPL	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
Afrânio	BIBAFR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Maragogi	BPMARA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

Tabela 18-Infraestrutura disponível nas bibliotecas dos plos UAB. UFPE, 2018 (continuação)

Polo	Sigla biblioteca	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual	Possui acervo em formato especial (Braille/ Sonoro)	Sítios desenvolvidos para que pessoas percebam, compreendam, naveguem e utilizem os serviços oferecidos	Teclado virtual
Carpina	BPC	Não	Não	Sim	Não
Capibaribe	BIBPSC	Sim	Não	Sim	Não
Palmares	BIBPOLOPALM	Sim	Não	Não	Não
Trindade	BPT	Sim	Sim	Sim	Não
Ipojuca	BPI	Sim	Não	Não	Não
Surubim	BPS	Sim	Não	Não	Não
Petrolina	BPPET	Sim	Não	Não	Não
Recife	CFEPPFUAB	Não	Sim	Não	Sim
Pesqueira	MFSF PESQUEIRA	Sim	Não	Não	Não
Tabira	BUABPT	Sim	Não	Não	Não
Limoeiro	BPL	Sim	Não	Não	Não
Afrânio	BIBAFR	Sim	Não	Não	Não
Maragogi	BPMARA	Não	Não	Não	Não

6.3. Pessoas e Qualidade de Vida

6.3.1. Perfil do Corpo Docente

O corpo docente da UFPE evoluiu em quantidade e qualidade no período do último PDI passando de 2.598 docentes, em 2013, para 2.833 em 2018 – o que representa um aumento de 9%. Se analisarmos apenas os professores efetivos esse aumento foi de apenas 6,9%. Verifica-se também que em 2013 87,1% dos docentes eram efetivos, enquanto que em 2018, 85,3% dos docentes são efetivos.

Tabela 19: Corpo docente do Ensino Superior da UFPE por tipo de vínculo. Situação em dezembro, 2013-2018 (1).

Vínculo	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Efetivo	2.262	87,1	2.417	85,3
Substituto	328	12,6	408	14,4
Visitante	8	0,3	8	0,3
Total	2.598	100,0	2.833	100,0

(1) Não inclui os 52 docentes do Colégio de Aplicação.

Considerando a titulação dos docentes efetivos, os dados da Tabela 20 mostram que no período analisado o percentual de doutores passou de 78,4% para 87,5%, demonstrando aumento da titulação média dos docentes.

Tabela 20: Corpo docente efetivo do Ensino Superior da UFPE por titulação. Situação em dezembro, 2013-2018.

Titulação	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Graduado	83	3,7	12	0,5
Especialista	27	1,2	37	1,5
Mestre	379	16,8	253	10,5
Doutor	1.773	78,4	2.115	87,5
Total	2.262	100,0	2.417	100,0

Analisando o regime de trabalho dos docentes efetivos, os dados da Tabela 21 mostram uma redução da quantidade de docentes em regime de 40 horas, passando de 6,4% em 2013 para 5,1% em 2018, sendo esta queda compensada pelo aumento no percentual de docentes 20 horas.

Tabela 21: Corpo docente efetivo do Ensino Superior da UFPE por regime de trabalho. Situação em dezembro, 2013-2018.

Regime de trabalho	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
20 horas	181	8,0	203	8,4
40 horas	144	6,4	123	5,1
Dedicação Exclusiva	1.937	85,6	2.091	86,5
Total	2.262	100,0	2.417	100,0

A distribuição dos docentes segundo as classes da carreira do magistério superior encontra-se apresentada na Tabela 22, de onde é possível demonstrar que no período 2013/2018, houve uma diminuição da proporção de professores das classes de auxiliar (6,2% em 2013 para 1,8% em 2018), assistentes (13,7% em 2013 para 8,5% em 2018) e, adjunto (55,3% em 2013 para 47,1% em 2018) e um aumento nas classes de associado e titular.

Tabela 22: Corpo Docente efetivo do Ensino Superior da UFPE por classe. Situação em dezembro, 2013 - 2018.

Classe	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Auxiliar	140	6,2	44	1,8
Assistente	311	13,7	206	8,5
Adjunto	1.252	55,3	1138	47,1
Associado	450	19,9	796	32,9
Titular	109	4,8	233	9,6
Total	2.262	100	2.417	100,0

Analisando a distribuição por faixa etária constata-se uma mudança sutil destacando-se a redução dos docentes com até 40 anos passando de 30% em 2013 para 25% em 2018, em contraponto com ao aumento da proporção dos que tinham entre 41 e 50 anos, passando de 28,2% em 2013 para 32,2% em 2018. A proporção de docentes entre 51 e 60 anos decresceu de 26,4% em 2013 para 24,9% em 2018, enquanto a proporção com mais de 50 anos subiu discretamente de 41,7% em 2013 para 42,7 em 2018. A idade média subiu de 47,9 anos em 2013 para 49 anos em 2018, um tempo médio de serviço de cerca de 14 anos (ver Tabela 23).

Tabela 23- Corpo Docente efetivo do Ensino Superior da UFPE por faixa etária. Situação em dezembro, 2013 - 2018.

Faixa Etária	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
20 a 30	76	3,3	25	1,0
31 a 40	605	26,7	581	24,0
41 a 50	633	28,2	778	32,2
51 a 60	596	26,4	602	24,9
61 a 70	352	15,3	394	16,3
Acima de 71	0	0,0	37	1,5
Total	2.262	100,0	2.417	100,0
Idade média (anos)	47,9		49,0	
Tempo médio de serviço (anos)	13,9		13,9	

Crítérios de Seleção e Contratação

A Universidade Federal de Pernambuco busca o planejamento de concursos públicos com vista a obter docentes qualificados para suprir o seu quadro permanente em substituição a aposentadorias e adequações dos projetos pedagógicos dos diversos cursos e áreas de pesquisa. A UFPE conta com a reposição de vagas de vacâncias, no entanto, necessita se antecipar admitindo novos docentes antes das aposentadorias. A PROGEPE realiza análise sistemática do quadro de docentes para fins de planejamento das unidades acadêmicas responsáveis pela definição das áreas a concursar. Por outro lado, a UFPE tem como diretriz abertura de concurso público no regime de 40 horas com dedicação exclusiva, para dar ênfase ao ensino, pesquisa e extensão.

Plano de Carreira de Magistério Superior

A carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Pernambuco compõe-se das seguintes classes: Professor Titular; Professor Associado; Professor Adjunto; Professor Assistente; e Professor Auxiliar, sendo que cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível, e as de Auxiliar e Assistente com dois níveis. A progressão dentro de cada uma destas classes encontra-se regulamentada a partir de 2014, através da Resolução Nº 03/2014 do Conselho Universitário, posteriormente alterada pela 02/2017, e se guia, em primeiro lugar, pelo que está disposto na Lei Nº 12.772/2012, alterada pela Lei 12.863/2013. Conforme esta Lei Nº 12.863 de 24 de setembro de 2013 a Carreira do Cargo de Professor do Magistério Superior da Universidade Federal de Pernambuco está estruturada por Classes, a saber: Classe A (com a denominação de Professor Adjunto A se portador de título de Doutor, Professor Assistente A se portador de título de Mestre e Professor Auxiliar A se portador de título de Especialista ou puramente de Graduação); Classe B com a denominação de Professor Assistente B; Classe C com a denominação de Professor Adjunto C; Classe D com a denominação de Professor Associado; e Classe E com a denominação de Professor Titular. As Classes C e D possuem quatro níveis cada, rotuladas pelos algarismos arábicos 1, 2, 3 e 4. As Classes

A e B possuem apenas dois níveis cada, rotuladas pelos algarismos arábicos 1 e 2. A Classe E possui nível único. Afora o Cargo de Professor do Magistério de Ensino Superior, estruturado por Classes, há também o Cargo de Professor Titular Livre cujo acesso se dá por concurso público.

Além desta regulamentação, o Plano de Carreira docente da UFPE traz um modelo de avaliação que explicita e estabelece as diretrizes para progressão funcional e promoção docente com base na titulação e no desempenho acadêmico. O processo de avaliação previsto atende à diversificação e às peculiaridades de todas as áreas de atividades acadêmicas, profissionais e de gestão na Universidade.

A promoção para professor Titular se dá através de avaliação de desempenho e da aprovação de defesa de memorial, bem como da realização de concurso, este último aberto também ao público externo. A realização de concurso é dependente do número de vagas abertas pelo Governo Federal para a Universidade.

Para as outras classes tem-se a progressão funcional e promoção também definida pela Resolução Nº 03/2014 do Conselho Universitário. Essa resolução foi posteriormente alterada pela 02/2017 e foi amplamente discutida com a comunidade acadêmica, a partir de suas representações nos Conselhos Departamentais e do próprio Conselho Universitário, e estabelece normas e critérios para fins de progressão funcional e promoção na Carreira de Professor de Magistério Superior. O processo de avaliação previsto atende à diversificação e às peculiaridades de todas as áreas de atividades acadêmicas da Universidade, quais sejam: o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

O processo de progressão funcional e promoção do professor começa dentro de uma comissão criada exclusivamente para este fim, chegando até a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que avalia todos os casos de progressão funcional e promoção da Universidade. Este Órgão possui atribuições de apreciar alteração de regime de trabalho, progressão funcional e promoção, concessão da retribuição por titulação e avaliação de desempenho dos docentes, além dos afastamentos para aperfeiçoamento. Realiza estudos e análises para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

De uma forma geral, a avaliação de desempenho leva em consideração 6 grupos de análise, contemplando as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de formação e capacitação acadêmica, e gestão. A pontuação é atribuída por cada Centro Acadêmico de acordo com as diretrizes do Conselho Universitário com o objetivo de atender as especificidades dos perfis das unidades acadêmicas.

Plano de Carreira de Magistério de Ensino Básico

A carreira dos docentes do Colégio de Aplicação da UFPE se pauta pela qualificação e integração com o magistério superior, possibilitando a pesquisa e sua aplicação prática, além do campo de estágio para formação de recursos humanos de excelência.

Importantes ações vêm sendo realizados como a implementação de resolução para desenvolvimento na carreira, adequação do processo de concurso docentes e a criação de comissão própria de avaliação de desempenho dos professores do ensino básico, técnico e tecnológico.

6.3.2. Perfil do Corpo de Servidores Técnico-Administrativos

No período do último PDI houve uma queda de 2,9 % na quantidade de servidores do quadro técnico/administrativo. Os dados da Tabela 22 demonstram um aumento significativo na titulação desses servidores, com percentual de pessoal com nível superior ou mais passando de 66,7% em 2013, para 85,1% em 2018.

Tabela 22- Corpo técnico efetivo da UFPE por nível de instrução. Situação em dezembro, 2013-2018.

Titulação	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundamental	203	4,9	48	1,2
Médio	1.165	28,4	548	13,7
Superior	771	18,8	972	24,4
Especialista	1.553	37,8	1.630	40,9
Mestre	345	8,4	656	16,5
Doutor	69	1,7	132	3,3
Total	4.106	100,0	3.986	100,0

Analisando o regime de trabalho dos servidores, os dados da Tabela 23 revelam que não houve diferença significativa no período analisado continuando com cerca de 95% dos técnicos contratados em regime de 40 horas semanais.

Tabela 23- Corpo técnico efetivo da UFPE por regime de trabalho. Situação em dezembro, 2013-2018

Regime de	Ano 2013	Ano 2018
-----------	----------	----------

Trabalho	Quantidade	%	Quantidade	%
20 horas	112	2,7	96	2,4
24 horas	39	0,9	37	0,9
25 horas	21	0,5	24	0,6
30 horas	45	1,1	42	1,1
40 horas	3.889	94,7	3.787	95,0
Total	4.106	100,0	3.986	100,0

A distribuição dos técnicos segundo a classe profissional, apresentada na Tabela 24 revela que no período analisado a distribuição é bastante semelhante destacando-se o maior percentual da classe D com 47,1% dos técnicos em 2013 e 48,4% em 2018.

Tabela 24 - Corpo técnico efetivo da UFPE por classe. Situação em dezembro, 2013-2018

Classe	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
A - Fundamental Incompleto	121	2,9	93	2,3
B - Fundamental Incompleto com Experiência/Fundamental Completo	113	2,8	82	2,1
C - Médio Incompleto com Experiência/Médio Completo	835	20,3	794	19,9
D - Médio Profissionalizando /Médio Completo com Experiência	1.933	47,1	1.928	48,4
E - Superior	1.104	26,9	1.089	27,3
Total	4.106	100,0	3.986	100,0

Por outro lado, analisando a distribuição por faixa etária constata-se, tal como já referido com os docentes, uma mudança sutil destacando-se o aumento dos técnicos com até 40 anos passando de 35,6% em 2013 para 40,7% em 2018, bem como um aumento da proporção dos que tinham mais de 60 anos, passando de 7,3% em 2013 para 11,7% em 2018, em contraponto com a diminuição na faixa de 41 a 60 anos. Mesmo com essas mudanças não se identifica alteração da idade média em torno de 46 anos e, um tempo médio de trabalho de cerca de 17 anos (vide Tabela 25).

Tabela 25: Corpo técnico efetivo da UFPE por faixa etária. Situação em dezembro, 2013-2018.

Faixa Etária	Ano 2013		Ano 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%

20 a 30	606	14,8	421	10,6
31 a 40	853	20,8	1.201	30,1
41 a 50	923	22,5	722	18,1
51 a 60	1.423	34,7	1.175	29,5
61 a 70	301	7,3	452	11,3
Acima de 71	0	0,0	15	0,4
Total	4.106	100,0	3.986	100,0
Idade média (anos)	46,1		45,7	
Tempo médio de serviço (anos)	17,9		16,8	

Critérios de seleção e contratação

A admissão de técnico-administrativo em educação tem direcionado os concursos públicos de acordo com as necessidades das áreas, buscando adequar o máximo possível o perfil dos cargos constantes da carreira com as demandas institucionais. Cabe ainda realizar estudo e proposta ao Ministério da Educação quanto à criação de novos cargos para atender as demandas em virtude de novos conhecimentos e tecnologias, cujos cargos são ainda inexistentes na Lei Nº 11.091/2005, carecendo de criação em lei específica.

A realização dos concursos públicos tem dado enfoque à avaliação de competências através de provas objetivas e práticas, com o objetivo de suprir o quadro de pessoal técnico-administrativo em educação com servidores competentes para desenvolver as atribuições das diversas áreas.

Políticas para o corpo técnico-administrativo

A Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

A Universidade realiza anualmente o Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores tendo como prioridade elevar a escolaridade, através de apoio à graduação e pós-graduação (especialização e mestrado). Busca ainda a oferta de ações de capacitação com a finalidade de desenvolver competências essenciais para o desempenho institucional.

Programas de Capacitação

Estão previstas diferentes linhas de desenvolvimento no Plano de Capacitação, desde a Iniciação ao Serviço Público, com ações que visam o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do papel do Estado, da Instituição e do servidor público, enquanto

profissional e cidadão; até aquelas mais específicas, com ações voltadas para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente, ao cargo, ao setor e a projetos.

Também incluídas as ações de capacitação de caráter geral, que visam à conscientização sobre o papel social e a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais; que envolvem aspectos de Gestão, devendo-se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção.

Visando tornar viáveis atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente e/ou unidade organizacional são oferecidos cursos interambientais; e finalmente aquelas voltadas para a Educação Formal, que objetivam o desenvolvimento integral do servidor, desde a alfabetização até a pós-graduação. A participação de servidor em eventos de capacitação, poderá ser com ônus para a Universidade (concessão total ou parcial, de inscrições, de passagens, diárias ou outras taxas, assegurados ao servidor o vencimento e demais vantagens do cargo ou função); com ônus limitado (manutenção do vencimento e demais vantagens do cargo ou função); ou sem ônus.

A expansão do quadro de pessoal docente da carreira de magistério superior se faz necessário para criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, bem como readequação interna com a finalidade de corrigir distorções e melhorar a qualidade dos cursos. Ainda, se faz necessária a ampliação do banco de professor equivalente possibilitando a mudança de regime de trabalho de docentes para intensificar a pesquisa em algumas áreas do conhecimento.

Ampliação do quadro de docentes da carreira de ensino básico, é imprescindível para a consolidação das áreas e expansão das atividades.

A carreira de servidores técnico-administrativos em educação necessita de aperfeiçoamento a partir da criação de novos cargos, aumento do número de vagas e disponibilização de cargos existentes e não disponíveis no quadro atual, com a finalidade de suprir demandas existentes.

6.4. Organização Administrativa

6.4.1. Estrutura Orgânica

A Administração da UFPE é exercida por órgãos normativos, deliberativos e consultivos e pela Reitoria como órgão executivo central.

Existem duas diferentes estruturas administrativas e acadêmicas na UFPE, uma para o campus do Recife e uma para os campi do interior. Em Recife existe uma estrutura de Departamentos, coordenados por onze Centros Acadêmicos, de acordo com a área de conhecimento. Os Centros do Campus Recife, que têm a finalidade de integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada área, são:

- Artes e Comunicação
- Biociências

- Ciências da Saúde
- Ciências Exatas e da Natureza
- Ciências Jurídicas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Médicas
- Educação
- Filosofia e Ciências Humanas
- Informática
- Tecnologia e Geociências

Os onze centros compreendem 70 Departamentos, que é a menor fração da estrutura universitária no campus do Recife. O Departamento é o órgão que congrega em uma área específica do saber, do ponto de vista didático-científico e administrativo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades acadêmicas de cada curso ou projeto desenvolvem-se mediante a cooperação dos Departamentos de um mesmo ou diferentes Centros.

A UFPE possui dois campus no interior, o Campus do Agreste e o Campus de Vitória, com cursos em diversas áreas, cumprindo o papel de interiorização do conhecimento.

Nos campi do interior, que foram definidos como Centros Acadêmicos, diferentemente do Recife, estão localizados os Núcleos Acadêmicos, estes cumprindo o papel de aglutinação das grandes áreas, sem, contudo, conter a segmentação por Departamentos.

No Campus de Vitória existem os seguintes Cursos:

- Biologia
- Enfermagem
- Educação Física e Ciências do Esporte
- Nutrição

E, no Campus do Agreste existem os seguintes Núcleos:

- Design e Comunicação Social
- Formação Docente
- Gestão
- Tecnologia
- Ciências da Vida
- Núcleo Interdisciplinar de Ciências Exatas e da Natureza

A Universidade, para melhor desempenho das suas múltiplas tarefas, dispõe ainda dos seguintes Órgãos Suplementares, subordinados diretamente ao Reitor:

- Biblioteca Central (e 12 bibliotecas setoriais);
- Editora Universitária;
- Hospital das Clínicas;
- Núcleo de Saúde Pública;
- Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami.

Além desses órgãos, encontram-se também subordinados ao Reitor:

- a) As Assessorias e Comissões: Assessoria do Reitor, Cerimonial, CPA, CPPD, CACE, COSAIP, CORAX²⁶, Comissão de Ética e Comissão de Espaço de Diálogo e Reparação.
- b) As secretarias e Unidades especiais: Auditoria, Ouvidoria, CECON- Centro de Convenções²⁷, DRI- Diretoria de Relações Internacionais, UAB, UNASUS²⁸.

6.4.2. Órgãos Colegiados: Atribuições, Competências e Composição

Os diversos níveis de órgãos colegiados da UFPE estão definidos, em suas formações e competências, no Estatuto da Universidade, da seguinte forma:

I - órgãos de deliberação superior:

- a) o Conselho Universitário (CONSUNI), instância máxima da Universidade;

Conforme o Estatuto, no seu artigo 11:

" Ao Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação, incumbe formular a política geral da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar".

É constituído do reitor, como presidente, vice-reitor, presidentes das Câmaras de Graduação e Ensino Básico, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e Cultura do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, diretores e vice-diretores dos Campi do interior, diretores e vice-diretores de Centros Acadêmicos, além de diversas representações de técnicos administrativo e de discentes, conforme Artigo 10 do Estatuto.

- b) o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), colegiado superior de integração da atividade acadêmica é um órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

É constituído do Reitor, como presidente, Vice-Reitor, pró-reitores, diretores e vice-diretores dos Campi do interior, diretores e vice-diretores de Centros Acadêmicos, representantes das câmaras setoriais de Graduação, pós-graduação e extensão, diretor do Colégio de Aplicação, diretor do Hospital das Clínicas, representantes dos técnicos administrativos em educação e de estudantes com assento no Conselho Universitário, além do ouvidor-geral, com direito a voz, sem voto, conforme Artigo 15 do Estatuto

²⁶ A CACE, COSAIP e CORAX passaram a integrar a estrutura da PROGEPE. A CACE, inclusive, passou a ser uma Coordenação vinculada à Pró-Reitoria. Ver a Portaria Normativa nº 24, de 29 de julho de 2020, que aprovou a estrutura regimental da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, publicada no Boletim Oficial: <https://www.ufpe.br/documents/38962/2571920/bo77.pdf/8937bb93-e1ac-4516-996e-2d6411f243de>

²⁷ O CECON passou a ser espaço vinculado ao Complexo de Convenções, Eventos e Entretenimento. Ver a publicação da portaria normativa que institui sua estrutura regimental na nota anterior.

²⁸ UAB e UNASUS passaram a ter sua vinculação subordinada à SPREAD do Gabinete do Reitor.

c) o Conselho de Administração (CONSAD), responsável pela jurisdição superior da gestão administrativa, financeira e patrimonial, é um órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria administrativa, financeira e patrimonial. Arelada a este Conselho está a Ouvidoria da UFPE.

É constituído do Reitor, como presidente, Vice-Reitor, pró-reitores, diretores e vice-diretores dos Campi do interior, diretores e vice-diretores de Centros Acadêmicos, representantes dos técnicos administrativos em educação e de estudantes com assento no Conselho Universitário, um representante das chefias ou coordenações das unidades acadêmicas de cada Centro Acadêmico, diretor do Colégio de Aplicação, diretor do Hospital das Clínicas, além do ouvidor-geral, com direito a voz, sem voto, conforme Artigo 19 do Estatuto.

d) o Conselho Fiscal (CONFIS), órgão de fiscalização econômico-financeira.

É constituído por: sete representantes docentes do CONSUNI, um representante dos técnicos administrativos em educação e um representantes dos estudantes com assento no CONSUNI, além de um representante da comunidade externa no Conselho Social.

II - Órgão de consulta, constituído pelo Conselho Social (CONSOL), instância representativa da sociedade, com a função precípua de contribuir, com caráter consultivo, para a definição das políticas sociais institucionais da Universidade.

É constituído pelo- Reitor, como presidente, Vice-Reitor, um representante do conselho universitário, um representante discente, um representante docente, um representante técnico administrativo, um representante docente aposentado, um representantes técnico administrativo aposentado, um estudante egresso, de cada Campus, representantes da comunidade externa, além do ouvidor-geral, conforme Artigo 26 do Estatuto.

III - Órgão de administração geral, representado pela Reitoria;

IV - Órgãos de execução do ensino, da pesquisa e da extensão, representados pelos Centros Acadêmicos e suas unidades acadêmicas;

Cada Centro Acadêmico tem um Conselho do Centro Acadêmico, órgão deliberativo e consultivo, com representação de docentes, técnicos administrativos e estudantes.

Existe um colegiado para cada curso de graduação e de pós-graduação stricto sensu, visando à integração dos estudos e à coordenação didática.

No caso de estrutura de Centros acadêmicos departamentalizadas, os Departamentos Acadêmicos atuam de forma integrada com as coordenações e os colegiados dos cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu, e administram as atividades de ensino, pesquisa e extensão sob a sua responsabilidade.

Os Núcleos Acadêmicos são unidades acadêmicas com estrutura organizacional executiva no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, que agrupam cursos de uma ou mais áreas de conhecimento e/ou programas de pós-graduação. Atuam de forma

integrada com as coordenações e os colegiados dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, e administram as atividades de ensino, pesquisa e extensão sob a sua responsabilidade, com representação de docentes, técnicos administrativos e estudantes.

V - Órgãos de apoio às atividades acadêmicas e de gestão, integrados pelos Órgãos Suplementares e Complementares.

6.4.3. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

Do ponto de vista organizacional, e entendendo-se atividades acadêmicas como todas as atividades fins da Universidade, destacam-se a PROACAD, a PROPESQ²⁹, a PROAES, e a PROEXC como os principais órgãos de apoio acadêmico da UFPE.

Deve-se destacar ainda o Sistema de Informação e Gestão Acadêmica (**SIG@**), sistema integrado de apoio e implementação da política acadêmica e de gestão administrativa da UFPE, através de seus módulos de ensino de graduação e pós-graduação.

O Sistema de Informação e Gestão Acadêmica - SIG@ foi desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPE. Em nível dos Cursos de Graduação, este sistema fornece uma série de ferramentas gerenciais que podem ser trabalhadas pela Diretoria de Gestão Acadêmica da PROACAD, pelas Coordenações de Curso, professores, e pelos próprios alunos. Cada dirigente específico, professor, ou aluno, tem um perfil definido para o seu nível de decisão; neste sentido, existem perfis de acesso definidos para Coordenador de Curso, Diretor de Gestão Acadêmica, Professor, Aluno, entre outros.

É através deste sistema que o professor informa as notas de suas disciplinas, podendo definir seu sistema próprio de avaliação ou adotar o sistema padrão da UFPE. É facultado também ao professor informar as presenças e faltas dos alunos à disciplina.

Pelo sistema, o aluno tem acesso às suas notas (e à média observada da turma), que são mantidas em privacidade, e às informações gerenciais para a sua vida acadêmica, como seu histórico escolar, média geral, grade curricular, tempo restante para conclusão do curso, entre outros. Estas mesmas informações, aliás, são também disponíveis ao Coordenador de Curso, que pode acompanhar o aluno “de perto”.

O Coordenador do Curso, que visualiza o Curso como um todo, pode observar o andamento das disciplinas de uma forma geral, durante o decorrer do semestre, e ao fim dele. Ao final de cada semestre é possível obter informações sobre número de reprovações (por falta e por nota), número de aprovações e as disciplinas que mais reprovam ou aprovam. É possível ainda identificar os alunos que ultrapassaram o prazo

²⁹ Atuais PROGRAD, PROPG e PROPESQI, respectivamente.

médio de conclusão do curso e as dificuldades que estes alunos estão tendo em termos de desempenho nas disciplinas.

O sistema do SIG@ também é para a pós-graduação e atualmente está em fase de adaptações. Está em fase de negociação a implantação de um novo sistema acadêmico: SIGA-A

A **Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)** tem por finalidade garantir a excelência dos cursos de graduação, atuando no acompanhamento dos processos de avaliação da qualidade do ensino, reafirmando seu compromisso social, articulando o ensino superior com as áreas de pesquisa e de extensão

A **Pró-Reitoria de Pós-graduação (PROPG)** tem por finalidade o planejamento, a gestão, a supervisão e a avaliação das políticas de pós-graduação, garantindo a qualidade do ensino de pós-graduação de forma articulada com a graduação, a pesquisa e a extensão.

A **Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI)** tem por finalidade planejar e articular as políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) apoiando a formação de pessoal de alto nível.

A **Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)** apoia, acompanha e registra as atividades extensionistas e culturais da UFPE, e tem como instância deliberativa superior a Câmara de Extensão.

A atuação da PROEXC junto à comunidade universitária é intermediada pelas coordenações setoriais de extensão, unidades vinculadas aos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares que devem ser contactadas, em primeiro lugar, pelos interessados em realizar alguma ação extensionista.

A **PROAES** (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis) foi criada em 2011, em substituição a uma diretoria da PROACAD, e é responsável pela gestão na UFPE do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República), e busca ampliar as condições para permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, com o objetivo de conclusão do curso superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo democraticamente para a promoção da inclusão social pela educação. Tem como missão oferecer ao discente, condições materiais e psicológicas que assegurem o processo de formação acadêmica, o desenvolvimento de capacidade profissional e de cidadania.

As outras pró-reitorias existentes que trabalham na gestão institucional, podendo ser consideradas pró-reitorias meio são: a PROPLAN, a PROGEPE e a PROGEST.

A **PROPLAN**, Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças, é responsável pela gestão financeira da Universidade, a administração das contas, gerenciamento da

execução orçamentária, prestação de contas dos investimentos e gastos da UFPE por meio de balancetes e recebimento oficial de recursos federais. Nos últimos anos a Proplan tem se destacado pelas ações voltadas a transparência das movimentações financeiras, abrindo dados do orçamento e finanças da UFPE para a comunidade acadêmica e para sociedade em geral, dando acesso à política financeira de manutenção e expansão da Universidade. Possui como missão a busca da eficiência, eficácia e efetividade das ações institucionais, centralizando-se em três eixos principais: Planejamento, avaliação e monitoramento; Gestão da informação e controle do desempenho institucional; e Gestão orçamentária e financeira.

A **PROGEPE**, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, é o órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Compete a ela realizar ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida dos servidores, saúde e bem-estar social de todos os servidores da UFPE. Abrange atividades de capacitação e qualificação de pessoal, planejamento da força de trabalho de técnico-administrativos, acompanhar a execução da folha de pagamento, provimentos, vacância, e demais atividades de pessoal.

A **PROGEST**, Pró-Reitoria de Gestão Administrativa, foi criada em 2008 pela Portaria Normativa nº 15 A, de 26 de setembro de 2008 para absorver parte da PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças que, na ocasião encontrava-se bastante sobrecarregada de atribuições. Esta pró-reitoria é responsável pela gestão de importantes áreas, tais como: licitações e contratos, gestão de patrimônio e de serviços (transporte, protocolo, arquivo), gestão de logística e de compras da UFPE.

6.5. Infraestrutura e Segurança

6.5.1. Infraestrutura Física

A atual infraestrutura física da UFPE possui 420.530 m² de área construída, sendo 274.254 m² em edificações acadêmicas, 68.704 m² em edificações do complexo hospitalar e 20.385 m² em edificações administrativas.

Possui um total de 919 laboratórios que abrangem uma área de 54.220,5m², sendo de 59,1m² a área média por laboratório. O Centro de Tecnologias e Geociências concentra 27,1% do quantitativo de laboratórios, englobando uma área de 15.470,9 m², conforme discriminado na Tabela 26.

Tabela 26- Laboratórios existentes por centro, área e tipo de uso. Ano 2018

Centro	Quantidade	Área (m2)	Média de Área (m2)	Uso do Laboratório		
				Ensino e Pesquisa	Apenas Ensino	Apenas Pesquisa
CAA	14 (1,5%)	1.007,1	77,5	10	3	1
CAC	76 (8,3%)	4.321,1	56,9	36	28	12
CAV	34 (3,7%)	1.640,0	48,2	16	8	10
CCB	146 (15,9%)	7.421,3	50,8	82	17	47
CCEN	105 (11,4%)	5.766,3	54,9	12	10	83
CCJ	1 (0,1%)	61,9	61,9			1
CCS	185 (20,1%)	9.644,0	52,1	146	16	23
CCSA	10 (1,1%)	484,5	48,4	3	5	2
CE	15 (1,6%)	812,2	54,1	14	1	
CFCH	54 (5,9%)	5.432,1	100,6	34	1	19
CIN	19 (2,1%)	1.065,3	56,1		8	11
CTG	249 (27,1%)	15.470,9	62,1	131	21	97
CTG-CCEN	11 (1,2%)	1.093,8	99,4		11	
Total	919 (100%)	54.220,5	59,1	484	129	306

Analisando os laboratórios existentes a partir dos dados da tabela 26, identifica-se que 52,7% são usados para ensino e pesquisa, 14% apenas para ensino e 33,3% somente para pesquisa.

6.5.2. Segurança Institucional

Breve Histórico e Descrição

A Superintendência de Segurança Institucional – SSI – foi criada pela Portaria Normativa nº 10/2011, em substituição a Diretoria de Segurança Institucional que era ligada à PROGEPE, ficando diretamente vinculada ao gabinete do reitor. Tem como finalidade exercer o planejamento, a execução e a avaliação dos projetos e atividades referentes à segurança institucional com os seguintes objetivos:

- ✓ Implementar uma política de prevenção ativa e passiva;
- ✓ Identificar os perigos naturais, antrópicos e ambientais;
- ✓ Controlar a situação de risco/violência no campus universitário;
- ✓ Erradicar os agentes criminosos das diversas unidades;
- ✓ Fornecer condição de tranquilidade aos usuários;
- ✓ Estruturar a defesa patrimonial partindo da engenharia de segurança;
- ✓ Organizar a estrutura interna de prevenção de acidentes;
- ✓ Executar a fiscalização de trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito;
- ✓ Trabalhar continuamente no aperfeiçoamento de suas técnicas.

A Portaria Normativa nº 12/2010 por sua vez instituiu o Sistema Integrado de Segurança Institucional da UFPE, o qual divide os aspectos da segurança em três, a saber:

- Segurança Física ou Patrimonial, responsável pela proteção dos bens da instituição.
- Segurança Estratégica ou de Inteligência, responsável pela proteção antecipada do patrimônio presente e futuro da instituição.
- Segurança Especial ou Complementar, responsável por proteger as áreas estratégicas da instituição que necessitam de monitoramento permanente diferenciado para consecução de suas finalidades.

Houve ainda a regulamentação da atuação do Sistema Integrado de Segurança Institucional pela Portaria Normativa nº 16/2015, que também fornece estrutura à SSI e cria o Comitê de Segurança Institucional.

6.5.3. Infraestrutura de manutenção e expansão

Breve Histórico e Descrição

A Superintendência de Projetos e Obras- SINFRA foi criada pela Portaria Normativa nº 30, de 01 de outubro de 2012, vinculada diretamente ao gabinete do reitor. Tem como finalidade planejar e administrar as obras e o uso do espaço físico da Universidade, conforme os objetivos estabelecidos para a ampliação da infraestrutura da UFPE e tem as seguintes competências:

- Elaborar, fiscalizar e administrar a execução dos projetos de engenharia, arquitetura, paisagismo e urbanismos vinculados às obras da Universidade;
- Planejar o uso dos espaços físicos e a expansão da infraestrutura urbana e predial da Universidade;
- Fiscalizar o uso dos espaços físicos, comunicando às autoridades competentes a utilização inadequada ou irregular de locais ou de instalações da Universidade;
- Exercer as demais atribuições conferidas pelo Reitor ou pelos órgãos deliberativos superiores.

Prevenção Contra Incêndio

A UFPE, como todas as IFES, por exigência do MEC para credenciamento ou credenciamento, conforme consta no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, em seu dispositivo legal/normativo número dois, exige que a Instituição de Ensino Superior apresente o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), o qual nada mais é que um certificado que atesta as condições de segurança e pânico das instalações.

A Universidade Federal de Pernambuco apresenta assim necessidade de se adequar a esta demanda, pois existem situações distintas nos diversos prédios dos Centros Acadêmicos e outros órgãos dos diversos campi. Em prédios e instalações novas e recém-construídas, estão dentro dos padrões e requisitos da legislação em vigor, entretanto, há muitos prédios antigos criados antes dessas normas de prevenção contra incêndio e que ainda não foram reformados/adaptados aos novos requisitos de segurança, necessitando de grandes mudanças estruturais para adequação.

6.5.4. Meio Ambiente, Acessibilidade e Sustentabilidade

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Sabendo da importância que o tema meio ambiente tem para o país e o planeta, a UFPE tem buscado promover ações e programas concretos com a sua comunidade local e seu entorno com o intuito de preservar o meio ambiente. A UFPE vem sistematicamente estimulando ações e implantando mudanças em seus processos de gestão relacionados ao meio ambiente com vistas a tornar o seu entorno mais autosustentável.

Por outro lado, o Ministério do Meio Ambiente dentro do seu programa de responsabilidade socioambiental possui uma Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O programa tem sido posto em prática em diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo, no âmbito dos três poderes e pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade.

A Diretoria de Gestão Ambiental (DGA) recebeu, em 2014, o Selo A3P: Verde. Na ocasião, para receber esse certificado passamos por monitoramentos e nos comprometemos ainda a realizar cursos de capacitação específicos da área de gestão ambiental, reduzir consumo dos recursos naturais e bens públicos, promover licitação

sustentável e planejamento de obras e serviços a partir de critérios de sustentabilidade. Essas promessas vêm sendo cumpridas nos últimos anos.

A UFPE vem implantando um processo de controle na gestão de seus resíduos (plano de gerenciamento), buscando uma maior eficiência energética (pretendendo instalar uma nova estação de 69 KVA), tendo um maior controle no uso da sua água, realizando construções mais sustentáveis que minimizem a necessidade de utilização de energia elétrica durante o dia e realizando na medida do possível, licitações sustentáveis. Com estas ações voltadas para a maximização na utilização dos recursos naturais, uso mais racional de recursos e reutilização dos mesmos acredita-se que a UFPE tornará mais sustentável melhorando o meio ambiente e, por conseguinte a qualidade de vida dos que habitam e usufruem o seu entorno.

A DGA promove, entre outras, as seguintes ações:

- Promove a inserção da Universidade nos padrões necessários de sustentabilidade;
- Realiza ações e campanhas de educação ambiental;
- Fiscaliza a gestão de contratos ligados à Gestão Ambiental;
- Planeja sistemas de captação, tratamento e distribuição de águas.

Os principais serviços de responsabilidade da diretoria são: poda e jardinagem, controle de pragas, coleta seletiva, coleta de resíduos químicos e resíduos infectantes, coleta de pilhas e baterias, dentre outros.

Acessibilidade

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE) tem por finalidade apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes e servidores com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

As atividades do núcleo são regulamentadas pela Portaria Normativa 04/2016. Esta portaria institui o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco, como unidade vinculada ao Gabinete do Reitor.

O NACE é composto pelo Conselho Gestor, Coordenação geral e pelas Coordenações Setoriais de Acessibilidade.

São os seguintes as atividades de responsabilidade do NACE:

- Promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, nos diversos níveis de ensino oferecidos por esta instituição, garantindo condições de acessibilidade na UFPE;
- Articular-se intersetorialmente frente às diferentes ações já executadas na UFPE, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, pesquisa e extensão;

- Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo;
- Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NACE/UFPE.

6.5.5. Acervo Bibliográfico Físico e Virtual

Os acervos da UFPE são uma fonte de consulta e disseminação de informações de suma importância para nortear a comunidade acadêmica, bem como, servir de instrumento de consulta e orientação a estudantes, profissionais, consultores e técnicos que precisem colher informações sobre tudo o que diz respeito a todas as coleções, principalmente as referências, circulação dos cursos de graduação, ADR, coleção concurso, PIU, coleção especial, etc.

Desenvolvimento de Acervos

A biblioteca universitária na UFPE procura cumprir com sua missão na instituição como órgão de apoio, sendo elo de divulgação, preservação e guarda do conhecimento contribuindo com o ensino, pesquisa e extensão, aliada à promoção de serviços e eventos de cunhos acadêmicos e culturais que atendam às necessidades da comunidade universitária.

Todo o acervo acadêmico da UFPE, cerca de um milhão de documentos, está disponível nas 14 bibliotecas que compõem o Sistema Integrado de Bibliotecas- SIB - (Biblioteca Central- BC -, Biblioteca Joaquim Cardozo - Centro de Artes e Comunicação (CAC), Biblioteca do Centro de Biociências (CB), Biblioteca do Centro de Educação (CE), Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Biblioteca Reitor Edinaldo Bastos - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Biblioteca do Colégio de Aplicação (CAP), Biblioteca do Núcleo de Saúde da Vida (CAA), com informações disponíveis em: www.biblioteca.UFPE.br. A Biblioteca Central (BC) é a responsável pela aquisição das obras da bibliografia básica e complementar solicitadas para atender aos cursos de graduação, dos três campi da instituição. A BC resguardou os acervos de memória e as setoriais disponibilizam as coleções por área de interesse dos cursos do centro a que servem, com objetivo de apoio acadêmico e pesquisa aos alunos, professores, técnicos e comunidade externa.

A BC também formou um de grupo de trabalho para levantamento de acervos históricos, com objetivo de identificar e classificar as coleções especiais como: Colted (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - criada com base nas orientações da XXII Conferência Internacional de Instrução Pública (realizada em Genebra, em 1959 e organizada pela UNESCO), que sugeriu o investimento dos Estados na elaboração e

distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos. José Olimpio; Primeiras edições, Prenam (Programa de Estudos Americanos) e Coleção Estudos do Sagrado (Pe. Romeu Perea), etc.), com tratamento técnico; Institucionalização dos acervos das escolas universitárias, desde a Universidade do Recife até a UFPE; Tombamento dos acervos para reconhecimento mundial (Selos Memória Nacional e Memória Mundial).

A criação do Memorial Denis Bernardes se deu, oficialmente, com a reabertura da Biblioteca Central em junho de 2013, ano em que a predominância das atividades do setor foi resgate e guarda de objetos informacionais que se referem à memória institucional e de Pernambuco.

As coleções estão organizadas em mais de 30 Fundos Documentais, nomeados por acervos, compreendendo alguns dos principais: 1 - João Alfredo, 2 - Ruy Antunes, 3 - Joaquim Cardozo, 4 - Methódio Maranhão, 5 - Padre Daniel Lima, 6 - Assessoria de Comunicação, 7 - Núcleo de Rádio e TV Universitárias, 8 - Escola de Belas Artes, 9 - Escola de Medicina – 10 Marcos Freire, 11 - Produção Intelectual da UFPE; 12 - PIU (Produção Intelectual Universitária), entre outros.

Bases de Dados Eletrônicas

A associação das bibliotecas americanas em seu relatório **Libraries Connect Communities: Public Library Funding & Technology Access Study, 2010-2011**, demonstra que “A era digital está promovendo um novo renascimento da informação e da comunicação”. Com base nesse foco, a Biblioteca Central viabilizou a implantação de base de dados de informação acadêmica/científica.

A BC adquiriu a base de livros eletrônicos da coleção de e-books do **Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)**, responsável pelas publicações dos principais títulos nas áreas de Engenharia, Computação, Tecnologia, entre outros, com mais de 500 títulos, atualizados até 2015.

Mantém assinatura da Vlex – Base de Dados Jurídica, com Informação em um único sistema de pesquisa. São mais de 100 milhões de documentos de 134 países, disponíveis em 13 idiomas. É um dos serviços mais completos de investigação com acesso à informação multi-disciplinar de mais de 130 países. Possui acordos com mais de 1.000 editoras e universidades de todo o mundo e publicamos na íntegra mais de 7.000 livros, periódicos e enciclopédias.

Para acessar esses e-books, as bibliotecas dispõem de terminais de consultas disponíveis à comunidade acadêmica. No entanto, o acesso pode ser realizado dentro ou fora da instituição, através de smartphone, tablet, notebook ou computador.

O acervo de e-books conta ainda com as coleções da Atheneu (na área de saúde), com 107 títulos em português e Springer (todas as áreas do conhecimento), com mais 2.757 livros, todos disponíveis em todos disponíveis em <https://www.UFPE.br/sib/ebooks>.

Repositório Institucional

Dentre os avanços tecnológicos informacionais, o SIB focou seus esforços para o desenvolvimento do serviço de informação científica em ambiente digital e interoperável, dedicado ao gerenciamento da produção intelectual da instituição. O Repositório Institucional (RI) é um sistema que permite a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na UFPE.

O RI possibilita a visibilidade institucional, facilidade de gerenciamento, preservação de documentos e proporcionar aos pesquisadores indicadores do impacto que os resultados das suas pesquisas ocasionam nas áreas de conhecimento às quais pertencem.

Apesar de ter o início de testes em 2014, o RI teve a sua política de informação aprovada em 2017. Atualmente, o RI da UFPE reúne 18.630 teses e dissertações, 1.025 documentos dos centros acadêmicos, 9.155 documentos de memória acadêmica, com acesso através do endereço: <https://repositorio.UFPE.br/>

Por sua atuação, o RI da UFPE ocupa o 24º lugar na América Latina e 16º lugar no Brasil, em visibilidade, de acordo com o Ranking da WEBOMETRICS, disponível em: http://www.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil

Portal de Periódicos da UFPE

Foi também instituído o Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que tem como missão reunir, armazenar, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente à produção de revistas acadêmicas e científicas da Universidade, em um único local virtual. 43 revistas estão hospedadas no portal, com acesso aos artigos de responsabilidade dos editores das revistas. O Portal pode ser acessado através do endereço: <https://www.UFPE.br/sib/periodicos>

Formas de Atualização e Expansão

A Biblioteca Central promove a aquisição de material bibliográfico, levando em consideração a importância de levantamento das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UFPE, objetivando um direcionamento de compras de livros impressos e eletrônicos, mais estruturadas, e a melhoria na avaliação dos cursos presenciais e a distância.

Estão em tramitação, os processos de renovação TargetGedweb, além da contratação dos seguintes serviços: 1 - EBSCO Discovery Service (EDS) que vai permitir ao usuário pesquisar com relevância em todo conteúdo da biblioteca simultaneamente, economizando, assim, o tempo desperdiçado do usuário que por vezes precisava entrar

em mais de 20 plataformas diferentes de pesquisa, tais como: CAPES, Scielo, Pergamum, Periódicos da UFPE, Repositório Digital UFPE, Scielo, etc, fortalecendo as estatísticas de uso dos conteúdos que podem estar sendo subutilizados. Esse serviço está presente hoje em mais de 10.000 bibliotecas no Brasil e exterior, sendo utilizadas em diversas Bibliotecas Universitárias, Bibliotecas Públicas, Centros de Documentação, Tribunais, Empresas Públicas e Privadas. (Valor de R\$ 37.000,00- trinta e sete mil reais); 2 - A Evolution™ oferece um amplo conteúdo multimídia que acompanha o e-book para auxiliar tanto professores quanto alunos, dentro e fora da sala de aula. Contém obras conceituadas da Elsevier publicadas no mercado brasileiro, reconhecidas por renomados autores e pela qualidade do conteúdo por área temática, com acesso livre e multiusuário, a todos os alunos da instituição assinante. O catálogo Elsevier no Brasil, disponível na Evolution, foi segregado em 3 coleções: MED (Medicina), NHE (Enfermagem e Saúde Aliada) e ST (Ciência e Tecnologia, incluindo Administração, Economia, Engenharias, TI & Computação, entre outras áreas). 389 títulos mais relevantes para essas áreas específicas, dentre o catálogo atual da Elsevier, oferecendo opcionalmente a coleção ST, que por sua vez agrega 374 títulos adicionais. (Valor do serviço R\$ 543.179,70 - quinhentos e quarenta e três mil e cento e setenta e nove reais e setenta centavos); 3 - MINHA BIBLIOTECA LTDA - uma plataforma que oferece acesso a livros da bibliografia básica e complementar de cursos de graduação das áreas de ciências sociais e humanas, da UFPE, além de beneficiar especialmente aos alunos e professores dos Cursos de Educação a Distância - EAD, pela correlação do conteúdo da base de dados com os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis; Licenciatura em Geografia; Licenciatura em Letras - Língua Espanhola; Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa; Licenciatura em Matemática. São mais de 7.000(sete mil) livros técnicos, científicos e profissionais, disponíveis através da internet ou pelo aplicativo. É a única representante no Brasil de livros das editoras: Grupo A; GEN; Atlas; Manole; Saraiva; Artmed; Artes Médicas; Bookman; Penso; Mc Graw Hill; Série Tekne; E.P.U; Forense; Forense Universitária; Guanabara Koogan; LTC; Método; Roca; Santos; Saraiva JUR; Saraiva UNI; Érica; Cengage; Cortez; Autêntica; Zahar. Valor do serviço: R\$ 490.000,00(quatrocentos e noventa mil reais), pagos em parcela única, dando acesso ao conteúdo por 30(trinta) meses.

Espaço Físico, Horários e Serviços

Todas as bibliotecas da UFPE dispõem de área de estudo individual e em grupo, wi-fi para acesso à internet, computadores para pesquisa e ambiente climatizado para melhor servir ao seu público.

O atendimento é realizado em horário contínuo compreendido das 07h às 21h30min, de acordo com o funcionamento do Centro Acadêmico que as bibliotecas estão vinculadas, conforme Tabela 27 :

Tabela 27- Horário de funcionamento das Bibliotecas da UFPE em 2019

Unidade	Horário
BC	08h às 21h
BibCAA	07:30 às 21:30
BibCAC	08h às 21h
BibCAp	07h às 17h
BibCAV	07h às 21h
BibCCB	08h às 21h
BibCCEN	08h às 21h
BibCCJ	07:30 às 21:30
BibCCS	08h às 21h
BibCCSA	08h às 21h
BibCE	08h às 21h
BibCFCH	08h às 21h
BibCTG	08h às 21h
BibNCV	07:30 às 18h

A BC realiza gerência técnica das demais unidades setoriais. São 87 bibliotecários e cerca de 120 auxiliares administrativos que executam suas atividades, prestando os seguintes serviços: Auditórios, Cabines de estudo individuais e em grupo; Salas de estudo em grupo; Acervo Multimídia; Assistência ao usuário; Orientação à pesquisa no Pergamum e no uso das coleções; Emissão de nada consta; visitas dirigidas, oficinas e treinamentos; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Catalogação na fonte; Comut; Empréstimo de material bibliográfico; Estação da pesquisa - Pesquisa em bases de dados - Portal de Periódicos da Capes - Pesquisas no catálogo on-line; Orientação a elaboração de Monografias, Dissertações e Teses.

6.5.6. Equipamentos de TIC da UFPE

Os alunos atualmente possuem acesso a aproximadamente 82 laboratórios de computação/informática espalhados nos diversos centros acadêmico, sendo que 28 atendem à graduação, 25 à pós graduação e 29 a ambos, conforme mostra a Tabela 28. Em cada laboratório é disponibilizado o acesso a rede institucional da UFPE através de cabeamento estruturado. Além disso, a rede da UFPE também é disponibilizada por meio de acesso sem fio (Wi-Fi) autenticado com usuário e senha dos alunos.

Tabela 28- Laboratórios de Informática

Uso	Quantidade de Laboratórios	Média de Área (m2)	Quantidade de Computadores
Ambos	29	42,0	459
Graduação	28	57,8	720
Pós-Graduação	25	34,9	301

Total geral	82	45,2	1480
-------------	----	------	------

Estamos em processo de implantação da nova plataforma de serviços institucionais, que é a Google Educacional, com isso os alunos vão ter acesso a uma plataforma de e-mail robusta e confiável, além de todos os demais serviços disponibilizados pelo Google, como, criação, edição e compartilhamento de documentos online, além de espaço ilimitado para armazenamento de arquivos e documentos.

Com relação aos softwares disponíveis de maneira institucional para os alunos podemos citar que, as máquinas dos laboratórios já são fornecidas com sistema operacional Windows instalados de fábrica, além de outros softwares que são instalados por meio do NTI³⁰ através dos NATIS, como suíte de escritório, navegador, antivírus e leitor de PDF, todos esses com licenciamento livre (Open Source). Por outro lado, vale a pena ressaltar que existem laboratórios com especificações diferentes do padrão.

Como uma evolução tecnológica destaca-se o investimento em novos equipamentos de rede sem fio, melhorando o acesso e a disponibilidade da Wi-Fi para toda comunidade acadêmica.

Com relação à aquisição de equipamentos de TIC, a UFPE não possui uma política formal definida, conforme Relatório Preliminar da OS201801562 e Plano de Providências (TIC). O NTI tem informado à Administração da UFPE sugestões de compras baseado em tempo de vida útil, garantia de equipamentos e disponibilidade de licenças de sistemas operacionais, mas as aquisições nos últimos dois anos foram prejudicadas por falta de recursos.

Quanto à atualização e manutenção de equipamentos, o NTI procura adquirir peças para recuperar parte das máquinas do parque da UFPE, realizando registro dos componentes substituídos e equipamentos recuperados. Esta ação está na lista das ações a serem formalizadas dentro das políticas de TIC da UFPE.

6.5.7. Hospital das Clínicas - HC

A pedra fundamental da construção do Hospital das Clínicas (HC) foi lançada na década de 50, durante o reitorado do professor Joaquim Amazonas. Contudo, a sua inauguração ocorreu no dia 14 de setembro de 1979 pelo Reitor Paulo Frederico do Rêgo Maciel. Essa iniciativa marcou a transferência dos setores do Pedro II - primeira unidade hospitalar ligada à UFPE – para o HC.

A mudança iniciada em 1979 estendeu-se até o começo da década de 80. O primeiro setor transferido foi o laboratório. Em 1980, foi a vez dos ambulatórios de iniciação ao exame

³⁰ Atual STI. Vide notas anteriores.

clínico e terapêutico. Em 1981, começaram a funcionar as clínicas especializadas, como cirurgia geral, reumatologia e gastroenterologia. As enfermarias foram os últimos setores trabalhados nesse processo. Entre 1984 e 1985, foi criado o Serviço de Doenças Infecto-Parasitárias (DIP).

No final da década de 90, o HC passou por sua primeira grande reforma. A unidade de saúde teve reformadas: a Unidade de Terapia Intensiva, Enfermaria de Nefrologia, Bloco Cirúrgico e dois andares (10º e 11º). As reestruturações não param e hoje, anualmente, diversos serviços passam por um processo de modernização para melhor atender ao público.

Em 11 de dezembro de 2013, a Universidade Federal de Pernambuco assinou o contrato de adesão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

A partir de janeiro de 2014, a Ebserh passou a gerir o Hospital das Clínicas da UFPE e a desenvolver o plano de reestruturação, construindo um novo modelo de gestão para reconduzir o HC no patamar de excelência na assistência, ensino e pesquisa. Os indicadores que caracterizam a dimensão do HC estão detalhados nas Tabelas 29a 32.

Tabela 29- Recursos Humanos do HC

Tipo	Quantidade de profissionais
Servidores RJU (UFPE)	1.254
Empregados públicos (Ebserh)	989
Voluntários	63
Residentes*	314
Terceirizados**	479

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas (DivGP); Unidade de Gerenciamento de Pós-Graduação*; e Unidade de Contratos** (atualizado em 12.3.19)

Tabela 30 - Produtividade do HC em 2018

Tipo	Quantidade horas
Consultas ambulatoriais	21.460/mês
Internações	1.331/mês
Exames por imagem	5.015/mês
Exames laboratoriais (de pacientes ambulatoriais)	39.150/mês
Cirurgias	808/mês
Partos	192/mês

Fonte: TabWin/Ministério da Saúde.

Tabela 31 - Indicadores do HC em 2018

Tipo	Quantidade
Admissão	1.073/mês
Alta	1.118/mês

Média de Duração de Internamento	7,3 dias
----------------------------------	----------

Fonte: Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU)/Ebserh.

Tabela 32 - Capacidade física instalada do HC em 2018

Tipo	Quantidade
Área física construída*	64 mil ²
Total de leitos	413
Unidade de Tratamento Intensivo (adulto) e UTI Cirúrgica	10 leitos
Unidade de Tratamento Intensivo (neonatal) e Unidade de Cuidados Intermediários (UCI)	15 leitos
Centro Cirúrgico	10 salas
Centro Cirúrgico Ambulatorial	4 salas
Centro Obstétrico	4 salas
Centro Dialítico	15 hemodialisadores

Fonte: Plano de Reestruturação do HC-UFPE* e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)/Ministério da Saúde

7. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

A UFPE é uma Instituição Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, responsável por sua sustentabilidade financeiro-orçamentária, através de recursos previstos e aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional. A manutenção das IFES é assegurada por matriz de distribuição orçamentária adotada pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, composta pelo Orçamento de Manutenção e pelo Orçamento de Investimento.

Nessa matriz de distribuição orçamentária entre as IFES, o aluno equivalente é o principal indicador para análise dos custos de manutenção nas rubricas do orçamento de custeio e capital (OCC). O cálculo do aluno equivalente é o somatório dos indicadores parciais relativos às atividades de graduação, mestrado, doutorado e residências universitárias.

Com o Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, a matriz de distribuição orçamentária para despesas correntes e de capital foi institucionalizada e aperfeiçoada, cujos parâmetros foram definidos por comissão paritária formada pelo MEC e pelos reitores das universidades federais.

Na Tabela 33 são apresentados os valores da dotação, em reais, que a UFPE recebeu no período 2014/2018, de onde se pode destacar a redução significativa do investimento.

Tabela 33: Dotação da LOA (R\$) para UFPE, por grupo de despesa.
2014/2018 (valores a preços corrente)

Grupo de	2014	2015	2016	2017	2018
----------	------	------	------	------	------

despesa					
Investimentos	50.951.509	75.717.633	60.053.071	31.669.782	12.926.463
Outras despesas correntes	192.973.572	201.479.436	206.328.128	228.359.413	231.703.286
Pessoal e encargos sociais	852.183.832	954.672.212	1.030.441.409	1.194.592.182	1.269.838.244
Reserva de contingencia			4.320		
Total	1.096.108.913	1.231.869.281	1.296.826.928	1.454.621.377	1.514.467.993

Para que seja possível fazer uma melhor análise da variação dos recursos recebidos no período, apresentamos na Tabela 34 os valores deflacionados pelo INPC, a preços de 2018. Podemos constatar a significativa redução do investimento no período, identificando que em 2018 o Investimento foi de apenas 20,4% do Investimento em 2014. No caso de “outras despesas correntes” os valores durante todo o período foram sistematicamente menores que o valor de 2014, sendo que o valor de 2018 representa 96,5 % do valor de 2014, ou seja, o custeio não acompanhou a inflação no período.

Tabela 34- Dotação em reais da LOA para UFPE, por grupo de despesa. 2014/2018 (valores a preços constante de 2018)

Grupo de despesa	2014	2015	2016	2017	2018
Investimentos	63.402.045,30	84.676.940,58	63.018.546,89	32.562.869,85	12.926.463,00
Outras despesas correntes	240.128.690,87	225.319.539,92	216.516.800,78	234.799.148,45	231.703.286,00
Pessoal e encargos sociais	1.060.423.900,74	1.067.634.036,76	1.081.325.553,78	1.228.279.681,53	1.269.838.244,00
Reserva de contingencia			4.533,33		
Total	1.363.954.636,92	1.377.630.517,26	1.360.865.434,79	1.495.641.699,83	1.514.467.993,00

Além dos recursos do tesouro, as IFES recebem recursos de convênios e próprios. A receita própria provém da arrecadação de taxas, emolumentos, aluguéis de imóveis da instituição, alienação de veículos e material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa e extensão.

Com base no Limite Orçamentário estabelecido pela Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC, faz-se a composição da Proposta Orçamentária da Instituição pela distribuição de valores por ações componentes de programas, previamente definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), utilizando-se para este o sistema SIMEC.

Os convênios são realizados pelas Pró-Reitorias, Institutos de Ensino, Núcleos e Campi com autarquias e empresas públicas da administração pública federal, além daqueles assinados com o governo do Estado e prefeituras municipais.

Na Tabela 35 são apresentados os dados de descentralização de crédito que a UFPE recebeu de outros órgãos federais para desenvolver projetos através da celebração de

Termo de Execução Descentralizada no período 2014/2018, tanto em valor corrente como em valor constante. O salto de 2017 é referente aos recursos para obras captados junto ao MEC (prédio de medicina no CAA, ampliação e reforma do CCSA e concha acústica/centro de convenções, que juntos receberam em 2017 o valor de R\$ 34.925.057,09).

Tabela 35 - Valores (R\$) recebidos de órgãos federais fora da LOA - Convênios e Contratos

Ano	(valores a preços corrente)	(valores a preços constante de 2018)
2014	42.117.595,30	52.409.472,02
2015	52.462.511,55	58.670.151,15
2016	45.485.848,93	47.731.981,99
2017	72.800.979,85	74.853.967,48
2018	37.612.557,35	37.612.557,35

8. Ações e Indicadores do Plano de Desenvolvimento 2019/2023

Como parte de sua trajetória em prol da concretização de sua visão, a UFPE atualizou no seu Plano Estratégico PEI 2013-2027 os seus objetivos estratégicos, resultando em 20 objetivos estratégicos, derivados de demandas dos interessados (stakeholders) e os novos desafios a serem enfrentados nos próximos anos. Esses desafios estão perfeitamente alinhados de um lado com a declaração da última Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela UNESCO em julho de 2009, e de outro lado com o PNE - Plano Nacional para Educação, aprovado pelo Senado Brasileiro em dezembro de 2013 e decretado e sancionado pelo Congresso Nacional pela Lei nº135005 de 25 de junho de 2014.

Considerando a análise situacional da UFPE já apresentada, que descreve o diagnóstico da instituição, nos diversos aspectos de interesse, com o foco na evolução ocorrida no período do último PDI, qual seja 2014-2018 e, a partir de uma grande discussão com os gestores e a comunidade da UFPE, foram então definidas as ações para o período 2019-2023 organizadas em função de cada um dos objetivos estratégicos atualizados, na sua Visão, qual seja: “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”.

Para a UFPE se tornar uma instituição de referência mundial deverá investir em ações estratégicas de diversas naturezas as quais estão agrupadas segundo os objetivos estratégicos ligados à sua missão e visão.

Assim, cada objetivo estratégico é, nesse plano, desdobrado em ações. Cada ação tem um identificador numérico único composto pelo identificador numérico do objetivo

estratégico e um número sequencial da ação. Assim, por exemplo, a ação 3.2 refere-se à segunda ação associada ao objetivo estratégico 3.

Na elaboração do PDI, aprovado em 20/9/2019, pactuou-se que as metas deveriam ser definidas até o final do primeiro ano de vigência. Em consonância com essa definição, revisou-se também todo espectro de ações e indicadores, visando dar maior clareza ao que estava sendo proposto e a dar maior foco nos resultados ao inserir metas mensuráveis.

A quantidade de ações segundo cada objetivo estratégico encontra-se detalhada na Tabela 36. As 94 ações previstas no plano e seus respectivos indicadores estão detalhados na Tabela 37.

Tabela 36- Quantidade de ações previstas no PDI 2019/2023 segundo objetivo estratégico

Objetivo Estratégico	Quantidade de Ações
01. Adotar novas práticas pedagógicas para formação acadêmica	2
02. Expandir e consolidar cursos de graduação, pós-graduação e da educação básica	4
03. Reduzir a evasão e retenção nos cursos de graduação e pós-graduação	4
04. Ampliar a integração da universidade com outros setores da sociedade, dentro de um programa de ensino, pesquisa, extensão, cultura, empreendedorismo e inovação	12
05. Consolidar e expandir a interiorização	2
06. Expandir e consolidar a internacionalização	6
07. Aprimorar a governança e gestão institucional	11
08. Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social	3
09. Implantar uma política de valorização, preservação e acesso à cultura	2
10. Implantar uma política de planejamento e avaliação (interna e externa), em todas as instâncias.	4
11. Redefinir a política de gestão de pessoal (docentes e técnicos)	8
12. Ampliar a educação aberta e digital	4
13. Aprimorar a governança de TI e a gestão de TI	7
14. Promover ações que impulsionem políticas propositivas para a pesquisa e a pós-graduação	2
15. Consolidar a segurança institucional	4
16. Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa da formação acadêmica dos estudantes	4
17. Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física garantindo a acessibilidade com eficácia	5
18. Desenvolver e implantar aplicativos e sistemas integrados de informação e comunicação que abranjam todas as áreas da instituição	2
19. Fortalecer a comunicação institucional e a comunicação pública	4
20. Aperfeiçoar a gestão da informação, promovendo a transparência, a qualidade da informação e a produção do conhecimento.	3
21. Captar recursos externos para implementar as ações estratégicas	1
Total	94

ORDEM	01. ADOTAR NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA FORMAÇÃO ACADÊMICA	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
1.1	Fomentar a inclusão de metodologias ativas e de práticas interdisciplinares e interprofissionais nos PPCs.	Nº de PPCs atualizados	12	22	25	25	25	PROGRAD
1.2	Incluir modalidade à distância nos cursos presenciais.	% de implementação da modalidade à distância	-	-	5%	10%	15%	PROGRAD
ORDEM	02. EXPANDIR E CONSOLIDAR CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO E DA EDUCAÇÃO BÁSICA	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
2.1	Investir na qualidade da Pós-Graduação, diminuir a endogenia e reduzir assimetrias.	Nº de ações desenvolvidas por ano	2 ações	4 ações	8 ações	8 ações	8 ações	PROPG
2.2	Executar ações de indução estratégica para expansão dos Programas de Pós-Graduação.	Nº de cursos contemplados pelas ações por ano	4 cursos	25 cursos	50 cursos	70 cursos	70 cursos	PROPG
2.3	Promover o Programa Institucional de Iniciação Científica.	Nº de Bolsas	-	870	900	930	960	PROPESQI
		Nº de Voluntários	-	443	500	500	500	PROPESQI
2.4	Criar novos cursos de Graduação	Nº de novos cursos criados	-	-	-	1	1	PROGRAD
ORDEM	03. REDUZIR A EVASÃO E RETENÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
3.1	Diminuir evasão e retenção nos cursos de graduação	Taxa de evasão	5,80%	5,70%	5,50%	5,30%	5,00%	PROGRAD
3.1	Diminuir evasão e retenção nos cursos de graduação	Taxa de retenção	21,80%	21,50%	21%	20,50%	20%	PROGRAD
3.2	Consolidar os serviços de atenção à saúde dos discentes	Nº de atendimentos realizados por ano	8.000	8.000	5.000	8.000	8.000	PROAES
3.3	Executar programa de apoio pedagógico para estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais	Nº de estudantes atendidos	-	-	85	95	105	NACE

3.4	Executar programa de apoio pedagógico da assistência estudantil	Nº de atendimentos realizados	100	100	500	600	700	PROAES
ORDEM	04. AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM OUTROS SETORES DA SOCIEDADE, DENTRO DE UM PROGRAMA DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, CULTURA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
4.1	Apoiar, difundir e divulgar a produção acadêmica.	Nº eventos realizados	1	1	1	1	1	PROEXC
4.2	Promover encontros temáticos de aproximação universidade-empresa para pesquisa, desenvolvimento e inovação.	Quantidade de encontros temáticos realizados	3	10	5	5	5	PROPESQI
4.3	Promover parcerias estratégicas entre Universidade e empresas.	Nº de parcerias formalizadas	-	-	4	4	4	PROPESQI
4.4	Apoiar à criação do parque científico e tecnológico da UFPE.	Quantidade de empresas instaladas no Polo	-	30	60	100	140	PROPESQI
4.5	Promover ações político-institucional da extensão.	Nº de ações realizadas por ano	-	6	4	6	6	PROEXC
4.6	Realizar ações de cultura mensuráveis.	Nº ações culturais realizadas	-	6	4	6	6	PROEXC
4.7	Realizar ação a destino da rede básica de ensino, vinculadas à educação científica e tecnológica.	Nº de ações de médio/grande porte realizadas	-	-	4	6	6	PROEXC
4.8	Manter catálogo de formação para público idoso da Universidade Aberta da terceira Idade.	Nº de cursos promovidos	-	-	3	3	3	PROEXC
4.9	Implantar a vitrine tecnológica da UFPE de exposição das propriedades intelectuais.	Quantidade de trabalhos expostos por ano	-	30	30	40	40	PROPESQI
4.10	Aumentar o Nº de patentes, registro de softwares, registro de marcas e registro de desenho industrial depositadas na UFPE.	Nº de novas patentes e registros depositados	-	50	50	60	60	PROPESQI
4.11	Fomentar ações de formação na área de inovação e empreendedorismo.	Nº de Ações	-	3	8	8	10	PROPESQI
4.12	Efetivar a divulgação comunicacional das principais ações de extensão e cultura.	Nº de Produtos disponibilizados	-	-	4	5	5	PROEXC

ORDEM	05. CONSOLIDAR E EXPANDIR A INTERIORIZAÇÃO	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
5.1	Estimular elaboração de projetos de cursos de pós graduação nos campi do interior	Nº de projetos de cursos elaborados	-	-	3 projetos	4 projetos	4 projetos	PROPG
5.2	Criar novos cursos	Nº de cursos lato sensu e stricto sensu criados por ano	-	-	2 cursos	3 cursos	3 cursos	PROPG
ORDEM	06. EXPANDIR E CONSOLIDAR A INTERNACIONALIZAÇÃO	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
6.1	Elaborar políticas institucionais de internacionalização	Nº de Programas de Pós Graduação com ações definidas de internacionalização por ano	10	95	95	95	95	PROPG
6.2	Viabilizar estratégias para internacionalização do ensino, extensão, inovação e pesquisa acadêmica.	Recursos financeiros aportados	-	-	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.400.000,00	DRI
6.3	Viabilizar estratégias para mobilidade e pesquisa acadêmica	Recursos financeiros aportados para mobilidade			R\$ 400.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 900.000,00	DRI
6.4	Promover programas de mobilidade acadêmica no formato virtual	Nº de Discentes Beneficiados	-	-	800	1500	3000	DRI
6.5	Fomentar as publicações em periódicos internacionais da produção científica e tecnológica	Quantidade de editais de apoio às publicações.	-	2	2	2	2	PROPESQI
6.6	Engajar estudantes em intercâmbio na UFPE nos programas e projetos de extensão	Nº de alunos intercambistas em programas e projetos de extensão	-	6	6	10	10	PROEXC
ORDEM	07. APRIMORAR A GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
7.1	Realizar pesquisa/diagnóstico de imagem e comunicação	Nº de pesquisas de imagem da UFPE	-	1	1	1	1	SUPERCOM
7.2	Coordenar a implantação da gestão de riscos	% de Tratamento riscos estratégicos críticos,	-	-	30%	60%	100%	CONTROLADORIA

		altos e médios = (riscos tratados / total de riscos) * 100						
		% de Unidades capacitadas para gestão de riscos nos processos operacionais	-	-	30%	60%	100%	CONTROLADORIA
7.3	Reforçar a cultura de mapeamento de processos	% de Unidades capacitadas no mapeamento de processos	-	-	30%	60%	100%	CONTROLADORIA
		Nº de processos mapeados por ano	-	-	20	20	20	CONTROLADORIA
7.4	Implantar modelo unificado de secretarias administrativas e pedagógicas	Quantidade de setores ajustados ao modelo	-	-	-	6	9	PROGEPE
7.5	Dar resolutividade às manifestações da população	% de Manifestações respondidas	100%	100%	100%	100%	100%	OUIDORIA
7.6	Consolidar a estrutura normativa da UFPE	% de normativos revisados	-	-	100%	-	-	GABINETE
7.7	Implantar um Sistema de Avaliação dos Indicadores da UFPE de acordo com as 10 dimensões do SINAES (Sistema 10 D)	% de desenvolvimento do Sistema de avaliação dos indicadores da UFPE	-	-	100%	-	-	DEPLAG
7.8	Estruturar Modelo de Alocação de Recursos da UFPE (MODALOC)	% de implementação do MODALOC	-	-	100%	-	-	DEPLAG
7.9	Uniformizar os processos de compras por adesão e participação na origem	% de Processos uniformizados = (processos uniformizados / total de processos) * 100	-	-	30%	70%	100%	PROGEST
7.10	Utilizar o PGC – Planejamento e Gerenciamento de Contratações como ferramenta de consolidação, monitoramento e divulgação.	% de Contratações de bens e serviços publicadas no Plano Anual de Contratações	60%	80%	85%	90%	100%	PROGEST
7.11	Reforçar a cultura de Planejamento	% de Execução das Unidades de Gestão = (Orçamento Executado/Planejado) *	-	-	70%	75%	80%	PROPLAN

		100						
		% de desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento e Avaliação	-	-	100%	-	-	DEPLAG
ORDEM	08. PROMOVER UMA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
8.1	Elaborar projetos de pesquisa Institucionais com a temática Sustentabilidade.	Nº de Projetos realizados por ano	1 projeto	2 projetos	4 projetos	4 projetos	4 projetos	PROPG
8.2	Implantar ações educativas, sócio-emocionais, para a humanização, inclusão, cultura de paz e participação social.	Nº de de ações realizadas	-	5	15	20	25	OUVIDORIA
8.3	Executar ações de acessibilidade na UFPE	Nº ações de acessibilidade executadas por ano	-	-	10	15	20	NACE
ORDEM	09. IMPLANTAR UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO À CULTURA	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
9.1	Desenvolver agenda cultural do CECON	Nº de sessões realizadas	-	-	150	150	225	CECON
		Nº de atividades culturais internas realizadas por ano	-	-	6	6	6	CECON
9.2	Ampliar e aperfeiçoar a oferta de oficinas (extensionistas) de arte e cultura	Nº de oficinas (extensionistas) de arte e cultura realizadas	-	-	4	4	4	PROEXC
ORDEM	10. IMPLANTAR UMA POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO (INTERNA E EXTERNA), EM TODAS AS INSTÂNCIAS.	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
10.1	Promover cursos de capacitação presencial e a distância em planejamento e avaliação	Nº de cursos ofertados	-	-	4	4	2	PROGEPE
10.2	Ampliar a participação dos estudantes na avaliação externa	% de aumento de participação no ENADE	-	-	5%	5%	5%	PROGRAD
10.3	Reforçar a cultura de Planejamento	% de Execução da	-	-	100%	100%	100%	PROPLAN

		UFPE = (Orçamento Executado / Orçamento discricionário da LOA) *100						
10.4	Incentivar as unidades gestoras a elaborarem seus planos estratégicos	Nº de ações de planejamento e avaliação realizadas	-	-	10	10	10	DEPLAG
ORDEM	11. REDEFINIR A POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAL (DOCENTES E TÉCNICOS)	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
11.1	Executar o plano de Desenvolvimento dos servidores e gestores da UFPE.	Nº de turmas ofertadas	-	-	4	5	5	PROGEPE
		Nº de servidores capacitados	1.244	1.600	2.000	2.000	2.000	PROGEPE
11.2	Consolidar programas de qualidade de vida	Quantidade de ações implantadas	-	8	16	16	11	PROGEPE
11.2	Consolidar programas de qualidade de vida	Nº de servidores beneficiados	-	1200	1500	1800	1800	PROGEPE
11.3	Fomentar a Assistência Suplementar à Saúde	Ações de fomento	-	2	5	5	4	PROGEPE
11.4	Consolidar programa de saúde mental	Nº de atendimentos de saúde mental	-	3000	3000	3200	3200	PROGEPE
11.5	Construir e validar a matriz de competências	Nº de áreas com a matriz implementada	1	-	3	6	6	PROGEPE
11.6	Realizar pesquisa de clima organizacional	% de respondentes	-	-	50%	55%	60%	PROGEPE
11.7	Implantar metodologia de dimensionamento de pessoal	Nº setores funcionando com força de trabalho adequada	-	-	20%	30%	40%	PROGEPE
11.8	Implantar Sistema de Registro de Assiduidade	% de Implementação do Sistema	-	-	100%	-	-	PROGEPE
ORDEM	12. AMPLIAR A EDUCAÇÃO ABERTA E DIGITAL	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
12.1	Incluir metodologias de ensino aprendizagem adequadas ao AVA para os cursos de graduação, pós-graduação e extensão.	Nº acumulado de servidores atendidos	-	-	1.500	2.000	2.500	SPREAD
12.2	Fortalecer os pólos associados de atuação presencial nos cursos de graduação à distância	Nº de pólos criados	-	-	2	1	1	SPREAD
		Nº de ações para os pólos presenciais	-	-	5	5	5	SPREAD

12.3	Produzir e apoiar a produção de vídeos, documentários e programas de TV e rádio	Nº produções de divulgação por ano	130	130	150	175	200	SUPERCOM
12.4	Criar cursos de pós-graduação em EAD (dependendo da regulamentação da portaria publicada em dezembro/ 2018).	Quantidade de projetos elaborados e submetidos à CAPES	-	2 projetos	2 projetos	2 projetos	4 projetos	PROPG
ORDEM	13. APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TI E A GESTÃO DE TI	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
13.1	Melhorar o alinhamento estratégico entre a governança de TI e a governança corporativa (institucional)	Nº de ações para fortalecimento do Comitê de Tecnologia da Informação e de Comunicação	-	2	4	4	4	STI
13.2	Alinhamento a Estratégia de Governo Digital	Nº de Planos elaborados	-	2	1	1	1	STI
13.3	Implantação de gerenciamento de portfólio de projetos de TIC	% de Implantação de portfólio de gestão de projetos de TIC	-	30%	50%	70%	100%	STI
13.4	Promover e viabilizar a transformação de ideias inovadoras em soluções de TIC que produzam valor agregado a UFPE	Nº de projetos realizados pelo STI Labs		5	10	10	10	STI
13.5	Reestruturar modelo de atendimento ao usuário de serviços de TIC	% de Reestruturação do modelo de atendimento ao usuário via whatsapp	-	20% Implantação	70% Implantação	100% Implantação	-	STI
		% de Reestruturação do modelo de atendimento ao usuário via videochamada	-	20% Implantação	70% Implantação	100% Implantação	-	STI
13.6	Modernização, expansão e manutenção da infraestrutura computacional, de rede e telecomunicação.	% de implantação de serviços de TIC da UFPE (Gsuite)	-	100%	-	-	-	STI
		% de implantação de serviços de TIC da UFPE (Microsoft 365)	-	-	100%	-	-	STI
13.7	Aprimoramento da gestão de energia do datacenter e salas de redes	Número de ações voltadas para gestão de energia	-	5 ações	3	3	3	STI
ORDEM	14. PROMOVER AÇÕES QUE IMPULSIONEM POLÍTICAS	INDICADORES	METAS					UNIDADE

	PROPOSITIVAS PARA A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO							RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
14.1	Lançar editais internos para pesquisa	Quantidade de Editais de apoio à pesquisa e inovação publicados.	-	-	4	4	4	PROPESQI
14.2	Aperfeiçoar a política de contratação de professor visitante	Nº de professor visitante	16	5	16	16	16	PROPG
ORDEM	15. CONSOLIDAR A SEGURANÇA INSTITUCIONAL	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
15.1	Diminuir o nº de Ocorrências Segurança	Taxa de diminuição de ocorrências em relação ao ano anterior	-	-	10%	10%	10%	SSI
15.2	Elaborar Mapa de Risco através de geolocalização	Nº de Mapas de Risco elaborados	-	-	2	3	4	SSI
15.3	Realizar campanhas educativas e informativas de segurança	Nº de Campanhas Educativas realizadas	-	-	3	4	4	SSI
15.4	Desenvolver processos e planos que normatizem a área de segurança da informação e comunicações	Quantidade de planos, processos e manuais de segurança da informação elaborados	-	2	2	1	2	SSI
ORDEM	16. OFERECER CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO EXITOSA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
16.1	Capacitar coordenadores de curso e professores sobre adequações didático-pedagógicas em consonância com as singularidades dos estudantes com deficiência	Nº de coordenadores e professores capacitados por ano	-	-	100	110	120	NACE
16.2	Adequar a política de alimentação ao estudante	Nº de usuários dos RU	8.800	8.800	8.800	10.000	11.200	PROAES
16.3	Fortalecer a política institucional de bolsas estudantis	% de utilização do recurso PNAES	-	-	100%	100%	100%	PROAES
16.4	Promover ações de esporte, lazer e qualidade	Nº de ações	-	-	47	47	47	CAEL

	de vida							
ORDEM	17. AMPLIAR, MODERNIZAR E MANter A INFRAESTRUTURA FÍSICA GARANTINDO A ACESSIBILIDADE COM EFICÁCIA	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
17.1	Ampliar e requalificar a infraestrutura física	Nº ampliações realizadas	1	5	4	11	6	SINFRA
		Nº projetos de arquitetura	-	36	12	12	12	SINFRA
17.2	Operacionalizar o uso do Edifício SUDENE (42.900m²)	% de M² em operação - (área em operação / área construída) * 100	-	5%	15%	25%	50%	SINFRA
17.3	Recuperar e manter as edificações e equipamentos dos campi	% de Atendimento de solicitações = (Nº de Ordens de Serviço Atendidas / Total de Solicitações realizadas) * 100	60%	60%	70%	75%	80%	SINFRA
17.4	Diversificar Matriz hídrica e energética	Capacidade fotovotaica implantada = (consumo de energia fotovotaica / total de consumo) * 100	-	-	10%	20%	30%	SINFRA
		% de autonomia hídrica (capacidade de fornecimento da ETA/consumo total) * 100	85%	85%	100%	100%	100%	SINFRA
17.5	Adequar os espaços físicos da UFPE às normas de acessibilidade	Nº de projetos executivos de acessibilidade elaborados	0	1	2	3	3	SINFRA
		Nº de Centros Requalificados	-	-	1	2	3	SINFRA

ORDEM	18. DESENVOLVER E IMPLANTAR APLICATIVOS E SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO QUE ABRANJAM TODAS AS ÁREAS DA INSTITUIÇÃO	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
18.1	Implantar, aprimorar e manter sistemas e soluções de TIC	% Implementação dos SIGs	-	-	100%	-	-	STI
		% Customização dos SIGS	-	-	30%	60%	100%	STI
18.2	Reforçar a cultura de Planejamento	% de desenvolvimento do Sistema de Controle de Receita	-	-	100%	-	-	PROPLAN
		% de desenvolvimento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos	-	-	100%	-	-	PROPLAN
ORDEM	19. DESENVOLVER E IMPLANTAR APLICATIVOS E SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO QUE ABRANJAM TODAS AS ÁREAS DA INSTITUIÇÃO	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
19.1	Promover a capacitação das equipes de comunicação e conteudistas	Nº de capacitações e eventos	-	-	2	3	4	SUPERCOM
19.2	Promover campanhas alinhadas com a estratégia institucional	Nº de campanhas institucionais realizadas	4	4	5	6	7	SUPERCOM
19.3	Construir as políticas integradas de comunicação institucional e comunicação pública da UFPE de forma coletiva e colaborativa	Quantidade de projetos de identidade visual e materiais gráficos (impresso / digital / audiovisual) para promoção e divulgação de eventos setoriais da UFPE	8	8	8	8	8	SUPERCOM
19.4	Requalificar a comunicação via rádio e TV	Nº de novas Parcerias com emissoras públicas, sociedade civil e comunidade acadêmica	-	6	12	12	12	SUPERCOM

		Nº de Editais para produtos audiovisuais para compor a grade de programação do NTVRU	-	-	2	2	2	SUPERCOM
		Nº de Mesorregião com sinal da TVU	1	1	2	3	4	SUPERCOM
		Nº de Programas transmitidos de maneira multimídia	-	-	3	5	7	SUPERCOM
ORDEM	20. APERFEIÇOAR A GESTÃO DA INFORMAÇÃO, PROMOVENDO A TRANSPARÊNCIA, A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
20.1	Implantar a política de informação para Dados Abertos	Quantidade de conjuntos de dados abertos publicados	-	-	12	9	9	STI
20.2	Implementar o modelo AFD	% de documentos digitalizados	-	-	40%	70%	100%	PROGEPE
20.3	Aprimorar o cumprimento da lei de acesso à informação (LAI).	% de atendimento de itens obrigatórios	-	-	75%	85%	95%	CONTROLADORIA
20.3	Aprimorar o cumprimento da lei de acesso à informação (LAI).	% de atendimento no prazo	-	-	75%	80%	90%	CONTROLADORIA
ORDEM	21. CAPTAR RECURSOS EXTERNOS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS					UNIDADE RESPONSÁVEL
	Ações		2019	2020	2021	2022	2023	
20.1	Captar Recursos externos	Nº de Instrumentos formalizados	-	-	65	70	75	GABINETE
		Recursos (R\$) captados	-	-	R\$ 80.000.000,00	R\$ 90.000.000,00	R\$ 100.000.000,00	GABINETE

Tabela 37 - Ações propostas e seus respectivos indicadores, segundo cada objetivo estratégico.

9. Monitoramento e Avaliação do PDI

Para que a avaliação institucional fosse realizada de forma permanente, articulando todos os processos avaliativos da instituição entre si, e com o SINAES, tornou-se necessário a institucionalização deste processo na UFPE. E, dada a natureza transversal e complementar da avaliação com o planejamento fez-se esta institucionalização através da criação de uma Diretoria de Avaliação e Planejamento (DAP) na Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, que vem trabalhando de forma articulada desde outubro de 2008. A partir de 2019 a DAP passa a integrar o Gabinete como Diretoria Estratégica de Planejamento, Avaliação e Gestão (DEPLAG).

Do ponto de vista estratégico, entende-se que o monitoramento e a avaliação devam estar muito próximos das atividades de planejamento da Universidade, uma vez que todo planejamento deve partir de um processo de avaliação, ao mesmo tempo em que sua implementação deve ser acompanhada de perto de um processo avaliativo.

Como já referido, a UFPE faz o seu planejamento em três níveis: o estratégico através de seu Plano Estratégico Institucional com a sua versão mais atual PEI 2013-2027, no nível tático se utiliza do PDI e, no nível operacional o instrumento que expressa as demandas de curto prazo é o Plano de Ação Institucional (PAI), válido e executado pelo período de um ano. Este tipo de planejamento vem sendo executado pela UFPE há mais de 5 anos, mas foi a partir do planejamento do ano 2012 que houve um maior envolvimento da comunidade de gestores da UFPE.

O monitoramento do PAI é feito sistematicamente através de reuniões com os gestores a cada quadrimestre e, para as ações prioritárias com intervalos de tempo menores.

Como no PDI 2013/2018 não constava, para cada ação, os indicadores e metas, o monitoramento final foi feito através de uma planilha EXCEL onde os gestores informaram, no fim do ano 2018, a situação de cada uma das ações classificando em uma das seguintes categorias: concluída, em andamento, não realizada, não realizada e cancelada e sem informação. Os resultados apresentados na Tabela 36 revelam que das ações planejadas 40,8% foram concluídas e 40,3% estavam em andamento em dezembro/2018 revelando um elevado percentual de cumprimento do plano.

UP	Concluído		Em andamento		Não realizado		Não realizado e cancelado		Sem informação		Total
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	
CAA	9	36,0	9	36,0	7	28,0	0	0,0	0	0,0	25
CAV	3	16,7	7	38,9	8	44,4	0	0,0	0	0,0	18
DRI	7	43,8	8	50,0	1	6,3	0	0,0	0	0,0	16
FADE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1
Gabinete	6	66,7	1	11,1	2	22,2	0	0,0	0	0,0	9
NTI	4	57,1	2	28,6	1	14,3	0	0,0	0	0,0	7
NTVRU	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
POSITIVA	4	40,0	6	60,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10
PROACAD	24	58,5	16	39,0	1	2,4	0	0,0	0	0,0	41
PROAES	6	60,0	3	30,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0	10
PROCIT	4	23,5	7	41,2	4	23,5	1	5,9	1	5,9	17
PROEXC	12	75,0	2	12,5	1	6,3	1	6,3	0	0,0	16
PROGEPE	5	41,7	6	50,0	1	8,3	0	0,0	0	0,0	12
PROGEST	3	75,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4
PROPESQ	2	12,5	7	43,8	0	0,0	2	12,5	5	31,3	16
PROPLAN	5	50,0	3	30,0	2	20,0	0	0,0	0	0,0	10
SIB	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
SINFRA	2	10,0	14	70,0	2	10,0	1	5,0	1	5,0	20
SSI	0	0,0	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3
HC	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1
Total geral	97	40,8	96	40,3	30	12,6	8	3,4	7	2,9	238

**Tabela 38- Resultado do Monitoramento das ações planejadas no PDI
2013/2018(situação em dezembro/2018)**

A DEPLAG/GR em conjunto com a equipe da CIG/DEPLAG/GR é responsável por avaliar anualmente os indicadores que foram definidos no Projeto REUNI, os indicadores do TCU como também os indicadores e metas do PDI, bem como participar das discussões para elaboração do relatório anual de autoavaliação coordenado pela CPA, além do relatório de gestão elaborado sob a coordenação da Diretoria de Controladoria.

O relatório de autoavaliação do ano de 2018 encontra-se disponível no link:

https://www.UFPE.br/proplan/planejamento-institucional?p_p_id=56_INSTANCE_9qCPapPuxELA&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1

Embora o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e as metas definidas pela UFPE para cada uma das ações sejam num nível de agregação muito grande, as mesmas são monitoradas no sistema SIMEC e consideradas, ainda de forma superficial, no planejamento operacional (PAI).

O próximo desafio da equipe de gestores da UFPE é continuar o processo de integração das ações do PAI, que é um plano anual, com os planos de médio e longo prazo, PPA, PDI e PEI, bem como sistematizar as ações de monitoramento e avaliação dos planos de curto, médio e longo prazo.

A expectativa da coordenação de planejamento da UFPE é de que o plano anual seja de fato um detalhamento do PDI.

Anexo 1 - Relação nominal das pessoas que foram convidadas e participaram da elaboração do Plano, por Comissão Temática

Comissão 1: Política para Ensino, Pesquisa e Extensão

- Arina Leite de Lima
- Daniele Andrade da Cunha
- Ernani Rodrigues de Carvalho eto
- Fabio Barbosa de Souza
- Jeronymo José Libonati
- Jose Augusto Suruagy Monteiro
- Jose Eduardo Garcia
- Jose Luiz de Lima Filho
- Juliana Souza Oliveira
- Manoel Guedes Alcoforado Neto
- Marcelo Navarro
- Maria Christina de Medeiros Nunes
- Maria Cristina Falcão Raposo
- Maria Leonor Alves Maia
- Monica Maria Barbosa Gueiros
- Paulo Savio Angeiras de Goes
- Ricardo Pinto de Medeiros
- Roseane Amorim da Silva
- Sergio Ribeiro de Aguiar
- Solange Galvao Coutinho
- Suzana Rebeca da Silva Lima
- Vera Lucia Dutra Facundes
- Zionam Euvecio Lins Rolim

Comissão 2: Assuntos Estudantis

- Adriano Bento Santos
- Alba Valeria da Fonseca Cavalcanti
- Ana Maria Santos Cabral
- Ana Paula Arcoverde
- Bruno Severo Gomes
- Fellipe Souza Gouveia Vicente
- Ivan Vieira de Melo
- Jonatas Félix da Silva
- Jorge Jose da Rocha Carvalho
- José Tiago da Silva
- Kátia Virgínia N. G. da Silva

- Lucas Gallindo Martins Soares
- Luiz Carlos de Araujo
- Maria Cristina Falcão Raposo
- Mariana Espíndola Gonçalo
- Marisilda de Almeida Ribeiro
- Nicodemos Teles de Pontes Filho
- Odete Patricia Peixoto da Costa
- Thaís Buarque Vieira de Mello
- Wilza Maria Aparecida de Melo Estrella
- Zionam Euvecio Lins Rolim

Comissão 3: Gestão Institucional

- Ana Luiza Freire de Lorena
- Andre Luis de Medeiros Santos
- Frederico Jorge Ribeiro
- Henrique Alves do Monte
- Jansen Dodo da Silva Campos
- Juliana Candida Ribeiro Dias
- Lenita Almeida Amaral
- Liliana Vieira de Barros
- Manoel Guedes Alcoforado Neto
- Maria da Conceição Couto da Silva
- Maria da Conceicao Lafayette de Almeida
- Niedja Paula Silva Veras de Albuquerque
- Silvio da Silva Caldas Neto
- Silvio Romero de Barros Marques
- Sydelecia Maria Marcelino Bento E Silva
- Thiago Jose Galvão das Neves

Comissão 4: Política de Gestão de Pessoas

- André Luiz Batista de Macedo
- Caetano Correia Lira
- Eugenio Geovani Caraciolo E Silva
- Evandro Francisco Carneiro
- Irani de Farias Cunha Junior
- Jorge Luiz dos Santos
- Lucas Gallindo Martins Soares
- Lucia de Fatima de Andrade
- Maria Cristina Falcão Raposo
- Maria de Lourdes Melo
- Maria Elizabeth de Melo Viana
- Monica Maria Barbosa Gueiros
- Patrícia do Nascimento Silva
- Rossana Maia Wanderley

- Saulo Cabral dos Santos
- Sonia Maria Medeiros de Menezes
- Sydclecia Maria Marcelino Bento e Silva
- Zuleide Cristina de Araujo

Comissão 5: Responsabilidade Social

- Ana Karina Morais de Lira
- Carla Regina Pasa Gomez
- Djanyse Barros Mendonça
- Flávia de Moura Campos
- Jose Eduardo Garcia
- Juliana Souza Oliveira
- Lucas Gallindo Martins Soares
- Luis Augusto da Veiga Pessoa Reis
- Maria Aparecida Guilherme da Rocha
- Maria da Conceição Lafayette de Almeida
- Maria de Fatima Moraes Xavier
- Paulo Roberto de Santana
- Ricardo Pinto Medeiros
- Saulo Cabral dos Santos

Comissão 6: Comunicação e Informação

- Anderson Carvalho
- Andre Luis de Medeiros Santos
- Bernadette Farias Loscio
- Christianne Alcântara
- Daniel de França Arcoverde
- Décio Fonseca
- Elilson Rodrigues Gois
- Jose Mario Austregesilo da Silva Lima
- Lourival de Holanda Barros
- Lucas Gallindo Martins Soares
- Luis Augusto da Veiga Pessoa Reis
- Maria Cristina Falcão Raposo
- Nara Cavalcanti Maranhão de Albuquerque
- Paula Reis Melo
- Paulo Carneiro da Cunha Filho
- Renato Vasconcelos Mendes
- Roberta Lira dos Santos
- Shirley da Silva Jacinto de Oliveira Cruz
- Susimery Vila Nova Silva
- Teresa Maria de Medeiros Maciel
- Vitória Régia Galvão da Silva

Comissão 7: Infraestrutura Física

- Ana Júlia de Souza Melo
- Ana Karina Moraes de Lira
- Andre Luiz Ribeiro da Silva
- Armando Luiz do Nascimento
- Bruno Gomes de Almeida
- Eduardo Jorge da Silva Ramos
- Elilson Rodrigues Gois
- Giane da Paz Ferreira Silva
- Jose Augusto Suruagy Monteiro
- Jose Mariano de Sá Aragão
- Lucas Gallindo Martins Soares
- Luiz Filipe Guimarães Novaes
- Manoel Rodolfo Marinho de Andrade
- Maria Isabel Pinto de Oliveira
- Nicodemos Teles de Pontes Filho
- Priscila Gonçalves da Silva
- Rubens Leal de Azevedo Filho
- Sérgio Bezerra de Menezes
- Silmara Rufino de Melo
- Thiago Jose Galvão das Neves

Anexo 2 - Relação de cursos de graduação presencial e EAD e os últimos conceitos do INEP/MEC

Quadro 1: Cursos presenciais de graduação ofertados pela UFPE em 2018 e as respectivas informações de regulação junto ao INEP(atualizado em abril/2019)

	Campus	Centro	Código	Curso	Grau	Vagas 2018	Último Conceito INEP		
							C C	CP C	Ano
1	Caruaru	CAA	101082	ADMINISTRAÇÃO	Bac	160		3	2015
2	Caruaru	CAA	101086	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bac	100		3	2015
3	Caruaru	CAA	1321439	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bac	40	5		2018
4	Caruaru	CAA	101127	DESIGN	Bac	160		4	2012
5	Caruaru	CAA	101129	ENGENHARIA CIVIL	Bac	80		4	2017
6	Caruaru	CAA	118092	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bac	80		4	2017
7	Caruaru	CAA	118096	FÍSICA	Lic	80		4	2017
8	Caruaru	CAA	150192	INTERCULTURAL INDÍGENA	Lic	0	4		2018
9	Caruaru	CAA	118100	MATEMÁTICA	Lic	80	4	4	2017
10	Caruaru	CAA	1189778	MEDICINA	Bac	80	Sem conceito		
11	Caruaru	CAA	101092	PEDAGOGIA	Lic	80		4	2017
12	Caruaru	CAA	118098	QUÍMICA	Lic	80		3	2017
13	Recife	CAC	13610	ARQUITETURA E URBANISMO	Bac	100		3	2017
14	Recife	CAC	23910	ARTES VISUAIS	Lic	35		4	2017
15	Recife	CAC	13609	BIBLIOTECONOMIA	Bac	55		3	2009
16	Recife	CAC	117394	CINEMA E AUDIOVISUAL	Bac	50	4		2013
17	Recife	CAC	33784	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bac	45		4	2015
18	Recife	CAC	23912	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIALISMO/RÁDIO/TV	Bac	30		3	2009
19	Recife	CAC	117392	DANÇA	Lic	30	4		2014
20	Recife	CAC	80088	DESIGN	Bac	70		3	2015
21	Recife	CAC	1204606	EXPRESSÃO GRÁFICA	Lic	30	4		2014
22	Recife	CAC	117386	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Bac	55	4		2012
23	Recife	CAC	29483	JORNALISMO	Bac	50		4	2015
24	Recife	CAC	313603	LETRAS	Bac	30	4		2017
25	Recife	CAC	44978	LETRAS - ESPANHOL	Lic	60	5		2018
26	Recife	CAC	44950	LETRAS - FRANCÊS	Lic	15	4		2018
27	Recife	CAC	44977	LETRAS - INGLÊS	Lic	30	5		2018
28	Recife	CAC	1313313	LETRAS - LIBRAS	Lic	30	4		2019
29	Recife	CAC	44947	LETRAS - PORTUGUÊS	Lic	90		4	2017
30	Recife	CAC	13604	MÚSICA	Lic	60		3	2017
31	Recife	CAC	53750	MÚSICA - CANTO	Bac	4	4		2016
32	Recife	CAC	53760	MÚSICA - INSTRUMENTO	Bac	18	3		2012
33	Recife	CAC	35520	TEATRO	Lic	35	4		2019
34	Recife	CAC	13625	TURISMO	Bac	70		4	2015

35	Recife	CCB	13597	BIOMEDICINA	Bac	120		4	2016
36	Recife	CCB	20889	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Lic	100		4	2017
37	Recife	CCB	44992	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bac	100		4	2017
38	Recife	CCB	58852	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÊNFASE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS	Bac	80		3	2017
39	Recife	CCEN	13594	ESTATÍSTICA	Bac	30	4		2019
40	Recife	CCEN	13589	FÍSICA	Bac	30		4	2017
41	Recife	CCEN	13617	FÍSICA	Lic	30		4	2017
42	Recife	CCEN	13592	MATEMÁTICA	Bac	30		2	2017
43	Recife	CCEN	13619	MATEMÁTICA	Lic	40		4	2017
44	Recife	CCEN	13591	QUÍMICA	Bac	20		4	2017
45	Recife	CCEN	13618	QUÍMICA	Lic	30		4	2017
46	Recife	CCJ	13576	DIREITO	Bac	250		3	2015
47	Recife	CCS	13598	EDUCAÇÃO FÍSICA	Lic	120		3	2017
48	Recife	CCS	1192307	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bac	120	4		2017
49	Recife	CCS	13599	ENFERMAGEM	Bac	80		4	2016
50	Recife	CCS	13600	FARMÁCIA	Bac	90		4	2016
51	Recife	CCS	13614	FISIOTERAPIA	Bac	66		4	2016
52	Recife	CCS	20306	FONOAUDIOLOGIA	Bac	30		4	2016
53	Recife	CCS	13601	MEDICINA	Bac	140	4		2019
54	Recife	CCS	13602	NUTRIÇÃO	Bac	60		4	2016
55	Recife	CCS	13611	ODONTOLOGIA	Bac	140		4	2016
56	Recife	CCS	13615	TERAPIA OCUPACIONAL	Bac	36	4		2013
57	Recife	CCSA	13572	ADMINISTRAÇÃO	Bac	200		3	2015
58	Recife	CCSA	117380	CIÊNCIAS ATUARIAIS	Bac	30	4		2013
59	Recife	CCSA	13573	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bac	220		4	2015
60	Recife	CCSA	13574	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bac	120		3	2015
61	Recife	CCSA	18474	HOTELARIA	Bac	30	4		2017
62	Recife	CCSA	13582	SECRETARIADO	Bac	120		3	2015
63	Recife	CCSA	13581	SERVIÇO SOCIAL	Bac	120		4	2016
64	Recife	CE	13580	PEDAGOGIA	Lic	250		4	2017
65	Recife	CFCH	117390	ARQUEOLOGIA	Bac	30	4		2013
66	Recife	CFCH	117378	CIÊNCIA POLÍTICA	Bac	50	5		2019
67	Recife	CFCH	13575	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bac	60		4	2017
68	Recife	CFCH	21847	CIÊNCIAS SOCIAIS	Lic	60		3	2017
69	Recife	CFCH	13577	FILOSOFIA	Lic	40		3	2017
70	Recife	CFCH	313577	FILOSOFIA	Bac	20		4	2017
71	Recife	CFCH	52231	GEOGRAFIA	Lic	120		3	2017
72	Recife	CFCH	52249	GEOGRAFIA	Bac	60		4	2017
73	Recife	CFCH	13579	HISTÓRIA	Lic	75		4	2017
74	Recife	CFCH	313579	HISTÓRIA	Bac	35		4	2017
75	Recife	CFCH	117388	MUSEOLOGIA	Bac	30	4		2013
76	Recife	CFCH	13608	PSICOLOGIA	Bac	80		3	2015
77	Recife	CIN	13595	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bac	100		4	2017
78	Recife	CIN	58854	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	Bac	100		4	2017

79	Recife	CIN	1136142	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bac	70		4	2017
80	Recife	CTG	58856	ENGENHARIA BIOMÉDICA	Bac	20	5		2019
81	Recife	CTG	13583	ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA	Bac	60	4		2016
82	Recife	CTG	13584	ENGENHARIA CIVIL	Bac	120		3	2017
83	Recife	CTG	117382	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Bac	45		5	2017
84	Recife	CTG	1192306	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Bac	40	4		2018
85	Recife	CTG	117384	ENGENHARIA DE ENERGIA	Bac	20		4	2017
86	Recife	CTG	1136141	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Bac	40		3	2017
87	Recife	CTG	13587	ENGENHARIA DE MINAS	Bac	50	3		2015
88	Recife	CTG	21710	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bac	40		4	2017
89	Recife	CTG	13616	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bac	60		4	2017
90	Recife	CTG	13585	ENGENHARIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA	Bac	80		4	2017
91	Recife	CTG	13586	ENGENHARIA MECÂNICA	Bac	100		3	2017
92	Recife	CTG	1188497	ENGENHARIA NAVAL	Bac	20		3	2017
93	Recife	CTG	13588	ENGENHARIA QUÍMICA	Bac	90		4	2017
94	Recife	CTG	13590	GEOLOGIA	Bac	40	Sem conceito		
95	Recife	CTG	117376	OCEANOGRAFIA	Bac	25	3		2014
96	Recife	CTG	13593	QUÍMICA INDUSTRIAL	Bac	40	5		2017
97	Vitória	CAV	101140	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Lic	90		3	2017
98	Vitória	CAV	1155122	EDUCAÇÃO FÍSICA	Lic	90		3	2017
99	Vitória	CAV	5000731	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bac	70		3	2016
100	Vitória	CAV	101153	ENFERMAGEM	Bac	60		4	2016
101	Vitória	CAV	101149	NUTRIÇÃO	Bac	60		4	2016
102	Vitória	CAV	1189922	SAÚDE COLETIVA	Bac	60	4		2018

Anexo 3 - Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional - Valores

Ordem da Ação (Objetivo ponto Número da Ação)	Valores							
	Cidadania	Cooperação	Criatividade	Sustentabilidade	Dignidade	Diversidade	Equidade	Inclusão
1.1		X				X		
1.2		X				X		
1.3		X	X			X		
1.7		X	X			X		
1.8								X
1.9	X	X	X			X		
1.10		X	X			X		
1.11		X			X		X	X
1.12		X	X			X		
2.2	X	X						
2.3						X		
3.1							X	X
3.2					X		X	X
3.3	X				X	X	X	X
3.4	X				X	X	X	X
3.5					X		X	X
3.6					X		X	X
4.1	X	X	X					
4.2	X	X	X					
4.4		X	X			X		

4.5			X					
4.6			X					
4.7	X	X						
4.8	X	X			X	X	X	X
4.9	X	X			X	X	X	X
4.10	X	X		X	X			
4.11	X	X			X		X	X
4.12	X	X						
4.13	X	X			X	X		
4.14			X					
4.15		X	X			X		
5.1					X		X	X
5.2					X		X	X
5.3					X		X	X
5.4					X		X	X
5.6					X		X	X
5.7	X	X			X		X	X
5.8					X		X	X
5.9					X		X	X
5.10					X		X	X
5.11					X		X	X
6.1		X				X		
6.2		X						
6.3					X	X		
6.4			X					
6.5			X			X		
6.6		X				X		

6.7		X				X		
8.1	X	X	X	X	X	X	X	X
8.2					X		X	X
8.3					X		X	X
8.4	X	X	X	X	X	X	X	X
8.5	X	X	X	X	X	X	X	X
8.6					X		X	X
9.1			X					
9.2			X					
9.3			X					
9.4			X					
9.5			X					
9.7			X			X		
9.8			X		X	X	X	X
11.2					X			
11.3					X			
11.4					X			X
11.5					X			X
12.1			X					
12.3		X	X					
12.4			X					
14.1			X					
14.2			X					
14.3	X	X				X	X	
14.4		X				X		
15.2						X		
16.1	X	X	X		X	X	X	X

16.2						X		
16.3						X		
16.4					X	X		X
16.5					X	X		X
16.6					X		X	
16.7							X	
16.8	X				X	X	X	X
16.9					X		X	X
16.10					X		X	X
18.3	X		X					
19.1	X		X					
19.3			X					
19.4	X	X						
19.5			X					
19.6	X	X						
20.2	X							
20.3	X							
20.4	X							
20.5	X							
20.6	X							
20.7	X		X					
21.1	X							
21.2	X	X	X	X	X	X	X	X
Contagem de Ações por Valor	32	35	36	5	41	35	35	37

Anexo 4 - Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional – Fraquezas

Ordem	Comunicação institucional precisando de expansão	Política de sustentabilidade (econômica, social, ambiental e institucional), ainda não totalmente abrangente.	Cultura de avaliação precisando ser consolidada	Integração de saberes de forma ainda restrita	Manutenção de espaços físicos e equipamentos sem garantia de recursos	Política de internacionalização ainda desconhecida de parte do corpo docente	Ensino a distância restrito	Capacidade de produção científica docente ainda não totalmente utilizada.	Novas práticas pedagógicas ainda não exploradas	Importância estratégica da pesquisa para o futuro da UFPE ainda pouco conhecida	Formas alternativas de captação de recursos externos ainda desconhecidos
1.1	X			X		X					
1.2						X					
1.3				X					X		
1.4				X					X		
1.5							X		X		
1.6							X		X		
1.7				X					X		
1.8											
1.9	X								X		
1.10				X					X		
1.11											
1.12				X					X		
2.1							X				
2.4							X				
4.1	X							X			
4.2	X										
4.4	X										

4.5	X										
4.6	X										
4.7	X								X		
4.8	X										
4.9											
4.10	X								X		
4.11	X										
4.12	X										
4.13	X										
4.14									X		
4.15	X							X		X	X
5.3							X				
5.5							X				
5.9					X						
5.10					X						
6.1						X				X	
6.2	X					X					
6.3						X					
6.4						X					
6.5						X					
6.6						X					
6.7						X					
7.1											
7.2					X						
7.3					X						
7.4					X						
7.5					X						

7.6				X							
7.7				X							
7.8				X							
7.10				X							
7.13				X							
7.14											
7.15				X							
7.16											
7.17											
7.18	X										
8.1		X									
8.4		X									
8.5		X									
9.1	X										
9.6	X										
9.8	X								X		
10.1			X								
10.2				X							
10.3			X	X							
11.1				X							
11.6			X	X							
11.7				X							
11.9			X	X							
12.1				X					X		
12.2						X					
12.3	X										
12.4	X										

12.7							X				
13.1				X							
13.2				X							
13.3											
14.1								X		X	X
15.1				X							
15.2			X	X							
15.3				X							
15.4				X							
15.5				X							
16.1	X										
16.2	X										
17.4					X						
17.5					X						
17.6					X						
17.7					X						
17.8					X						
17.9					X						
17.10					X						
18.3											
19.1	X			X							
19.2											
19.3	X										

19.4	X										
19.5	X										
19.6	X										
20.1											
20.2	X										
20.5	X										
20.6	X			X							
20.7	X			X							
21.1											
21.2											X